

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

MARINA MARIA AUSTREGÉSILO SARAIVA DA SILVA

O DISCURSO CAMUSIANO SOBRE SUICÍDIO: UM OLHAR SOBRE OS MODOS DE
DIZER O SUICÍDIO NA OBRA *A QUEDA*

Recife

2023

MARINA MARIA AUSTREGÉSILO SARAIVA DA SILVA

O DISCURSO CAMUSIANO SOBRE SUICÍDIO: UM OLHAR SOBRE OS MODOS DE
DIZER O SUICÍDIO NA OBRA *A QUEDA*

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Letras como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre. Área
de concentração: Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiele Stockmans de Nardi Sottili

Recife

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Marina Maria Austregésilo Saraiva da.

O discurso camusiano sobre suicídio: um olhar sobre os modos de dizer o suicídio na obra a queda / Marina Maria Austregésilo Saraiva da Silva. - Recife, 2023.

89 p.

Orientador(a): Fabiele Stockmans de Nardi Sottili

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2023.

1. discurso. 2. Camus. 3. suicídio. 4. escuta. 5. políticas públicas. I. Sottili, Fabiele Stockmans de Nardi. (Orientação). II. Título.

410 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2024 - 49)

MARINA MARIA AUSTREGÉSILO SARAIVA DA SILVA

O DISCURSO CAMUSIANO SOBRE SUICÍDIO: UM OLHAR SOBRE OS MODOS
DE DIZER O SUICÍDIO NA OBRA *A QUEDA*

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Letras como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre.
Área de concentração: Linguística.

Aprovada em: 18/07/2023.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Fabiele Stockmans de Nardi Sottili (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Professora Doutora Fernanda Correa Silveira Galli (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Professora Doutora Luciana Iost Vinhas (Examinadora externa)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A Manoel Pereira, *in memoriam*, meu paiho, dedico cada página dessa dissertação. Agradeço as letras como herança, meu colete salva-vidas, mesmo que palavras não alcancem meu amor por você.

AGRADECIMENTOS

Sol nascendo. A rebeldia é uma postura que tenho aprendido com a vida e, nesses últimos dois anos, também com Michel Pêcheux. Nunca fui muito boa em desobedecer, mas acredito que as letras tem me ensinado. Elas parecem imperiosas em sua vontade, em sua conveniência. Coniventes elas apenas são com o desaguar dos sentidos, esses ainda mais revoltos. Espero por elas com paciência, agradecendo sempre quando decidem chegar. À vista disso, gostaria de através delas registrar meus calorosos agradecimentos aqueles que, cada um à sua maneira, estiveram comigo durante esse período:

A Rosenilda Austregésilo, por todo amor e dedicação em me apresentar o mundo com seus e limites e potencialidades, pelo investimento incessante na minha educação. Obrigada pela empolgação ao me escutar contar sobre cada letra do alfabeto aprendida com o sorriso no rosto de quem me ensinou, da forma mais radical, o que é a lingua(gem).

A Mariana Austregésilo e a Marília Austregésilo, vocês são um pedaço do meu mundo e do meu coração, a vocês todo o carinho que eu puder sentir.

A Fabiele Stockmans, pela orientação precisa, sensível e inteligente com que conduziu nossos encontros nesses dois anos, trabalhar junto a você foi fascinante. Terminei o mestrado uma Marina muito diferente da que o iniciou. Meus sinceros agradecimentos por isso. Recomendo fortemente sua orientação a qualquer um interessado em enveredar pelas aventuras da escrita e do discurso.

Ao PPG Letras, professores e funcionários, pelo acolhimento e implicação com o trabalho na UFPE (Universidade Federal de Pernambuco). Vocês são inspiração.

A FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco), pelo auxílio financeiro que muito contribuiu para que eu pudesse viver mais essa formação.

A Thiago Costa, pelo companheirismo durante todo o mestrado, meu engatinhar na AD foi contigo, que amizade linda, sou tua fã demais e é muito *old* que te amo!

A Estela Carielli, por embarcar nesse desafio comigo, por todo apoio desde o início da seleção e pela lembrança constante de que relaxar antes de escrever solta letras. Obrigada por há 19 anos me incentivar a ser revisora de mim mesma.

A Iana Lira, Bianca Chaves e Amanda Brandão por essa amizade que me acompanha há tanto tempo, em tantas fases, pelo suporte e confiança que me permitem seguir julgando a vida interessante. Muito obrigada pelo amor a todas as Marinas que fui.

A Raquel Torres, obrigada por todos os romances vividos, escrever a vida ao seu lado torna tudo mais empolgante. Você sempre me lê como ninguém.

A Matheus Melo, minha capitã, obrigada por tantas aventuras nas embarcações dessa vida, com você a tristeza fica a ver navios. Sempre a bordo na sua tripulação!

A Naiara Pazzola, meu cafuné diário, junto a você sinto a vida como um carnaval, colocar meu bloco na rua fica fácil demais. Obrigada por tantas vezes ser um estandarte para mim.

A Jalyson Gadelha, Mayara Macaíba e Amanda Melo, por tantos anos de amizade e risadas, sempre sinto uma energia contagiante quando encontro cada um de vocês. Só pode ser amor. Dizem que um barril de chopp não é suficiente de tanta história pra contar!

A Gabriela Félix, minha fechação, essa amizade é ouro fino, é ouro raro. Obrigada por todos os castelos construídos e pelas preciosas doses de coragem para viver.

A Stephanie Azevedo, pela presença e parceria em tantos momentos diferentes da minha vida, por tantas identificações, por me escutar de forma tão precisa, pela paciência com minhas idas e vindas. Você me encanta faz tempo. Obrigada por tanto.

A Gabriel Müller, pela amizade tão bonita, me desculpa a ausência na cervejada, te pago um litrão na próxima terça do vinil.

A Filha da Letra, pela prorrogação desse amor e por me lembrar de que os términos não precisam ser finais.

A Isabelle Vesper, minha amorzona, o golaço que é tua amizade na minha vida. Esse amor sempre foi campeão demais.

A Cássia Farias, a sócia mais linda já vista, agradeço a presença tão afetuosa e a incomparável compreensão em tantos momentos desse período, me sinto uma sortuda com tanto carinho.

A Rosa Prestrelo, por todos os debates acalorados, pela paciência com meus tempos e por uma das amigas mais bonitas que tenho na vida. Você é sem igual.

A Daniel Coelho, para sempre minha casa, que moradia linda criamos. Agradeço o conforto que é residir nessa amizade, habitar a vida perto de você é um carinho.

A Raíssa Peregrino, minha musa, tua força sempre me inspirou de tantas maneiras diferentes. Ter você na minha vida é um prazer sem tamanho. Agradeço por tanto.

A Tayná Andrade Duginski, Carlos Do Valle, Yury Ferreira, Filipe Feijó, Laísse Arruda, Maíra Rodrigues, Monyque Melo, Manuela Patriota, Taciana Freires, Andreza dos Anjos, Marília Galdino, Mailson José, Marina Gomes, Calebe Afonso, Alyne Macedo, Evelize Santana, Oneida Falcão, Júlia Perrusi e Yumi Aoki pela presença das formas mais diversas

possíveis, na virtualidade-presença da vida, agradeço todas as conversas, as reflexões e os respiros desde a concepção, seleção e percurso do mestrado.

A Isabela Cribari, pela paciência, encorajamento e confiança. Admiro suas escutas desde a graduação, muito do que alcancei nesta formação foi inspirado na sua insistência em sempre apostar no poder das palavras.

As pessoas que escuto, agradeço o privilégio.

Pois quando tento captar este eu no qual me asseguro, quando tento defini-lo e resumi-lo, ele é apenas água que escorre entre meus dedos. Posso desenhar, um por um, todos os rostos que ele costuma assumir, todos também que lhe foram dados, esta educação, esta origem, este ardor ou estes silêncios, esta grandeza ou esta baixeza. Mas não se somam os rostos: este coração que é o meu permanecerá indefinível para sempre. O fosso entre a certeza que tenho da minha existência e o conteúdo que tento dar a esta segurança jamais será superado. Para sempre serei estranho a mim mesmo.
(CAMUS, 2020a, p. 41)

Basta uma nova palavra para desembaraçar o espaço duma pergunta, aquela que não tinha sido posta. A nova palavra abala as antigas, e faz o vazio para a nova pergunta. A nova questão põe em questão as antigas respostas, e as velhas questões adormecidas debaixo delas. Ganha-se aí uma nova visão da coisa. (ALTHUSSER, 1979, p. 34)

RESUMO

Esta pesquisa se propôs a analisar os modos de dizer o suicídio na obra *A queda* (1956), escrita pelo filósofo Albert Camus (1913-1960), apontando formas de como esses modos de dizer se entrelaçam às redes de construções simbólicas atravessadas pelo tema. Foram delineados pontos de (des)estabilização dessas redes que atravessam as formas de dizer o suicídio no referido texto e seus efeitos de sentido acerca da compreensão dessa prática. Camus apresenta sua filosofia elaborando angústias e dilemas de seu tempo através de dispositivos literários. Suas produções constituem um objeto de estudo relevante tanto do ponto de vista da literatura como da filosofia, provocando um grande impacto na construção do pensamento do século XX (LINS, 2016). Assim, a partir da perspectiva de Pêcheux (2009; 2014; 2011a; 2011b; 2012; 2015), procurou-se compreender os efeitos de sentido sobre o termo *suicídio* que se constroem na escrita de Camus no tocante aos possíveis lugares dessa noção no texto *A queda*. Partiu-se, da função da arte enquanto recurso de trabalho simbólico para elaboração de estruturas sociais, oferecendo como recurso construções diferentes de sentido ao provocar outras compreensões discursivas. Destaca-se aqui o trabalho da Análise de Discurso (AD) como dispositivo teórico-analítico que possibilita gestos de leitura sobre compreensões discursivas em diferentes ordens e cuja concretude se produz por meio das diversas materialidades produzidas a partir de um lugar político-ideológico. A AD foi trazida como uma possibilidade de amplificação do trabalho simbólico através da língua fazendo sentido, formando noções de seu contexto, das condições de produção discursivas e, conseqüentemente, das posições históricas anteriormente assumidas. Para análise, foram delineadas sequências discursivas do *corpus*, as quais tocaram a construção da noção de suicídio. A partir desse movimento, foi possível explorar apontamentos de efeitos de sentido compondo o suicídio como um movimento facetado por dimensões polissêmicas pautadas em concepções como enigma, punição, ressentimento, entre outras. Na insistência em escutar o implícito no discurso, encarando a dimensão da incompletude na linguagem, ao entender que questionar a morte voluntária dentro das produções de sentido hegemônicas abre espaço para uma escuta polissêmica dessa prática e, assim, de suas estratégias de cuidado foi traçado ainda um gesto de leitura sobre as formas de compreender-dizer o suicídio e sua prevenção na Política Nacional de Prevenção à Automutilação e ao Suicídio. Movimentou-se, assim, pela noção de escuta discursiva na qualidade de um gesto de resistência um conjunto de questionamentos-reformulações acerca da prática suicida no texto da política, escolhido por sua representação enquanto regulação oficial no tocante ao cuidado e manejo sobre essa prática no Brasil. Partindo das construções teóricas lacanianas, foi discutida ainda a compreensão do suicídio também enquanto ato significativo motor de uma instância metafórica diante do desejo pelo morrer. Promoveu-se, assim, movimentos de tensão e ruptura na rede de significações posta, abrindo interrogações diante dessa prática, colocando-a como pluralizada e distante de uma concepção unívoca do suicídio. Diante do exposto, foi possível construir uma abertura para a compreensão da morte voluntária enquanto uma experiência dotada de uma heterogeneidade semântica, a qual viabiliza não apenas a ampliação de possíveis fatores condicionantes e possibilidades outras de cuidado, mas o encontro com a dimensão do agir enquanto linguagem.

Palavras-chaves: discurso; Camus; suicídio; escuta; políticas públicas.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the ways of saying suicide in the work *The Fall* (1956), written by the philosopher Albert Camus (1913-1960), pointing out ways in which these ways of saying it are intertwined with the networks of symbolic constructions crossed by the theme. Points of (de)stabilization of these networks were outlined that cross the ways of saying suicide in the aforementioned text and its effects of meaning on the understanding of this practice. Camus presents his philosophy by elaborating on the anxieties and dilemmas of his time through literary work. His productions constitute a relevant object of study both from the point of view of literature and philosophy, causing a great impact on the construction of 20th century thought (LINS, 2016). Thus, from the perspective of Pêcheux (2009; 2014; 2011a; 2011b; 2012; 2015), we sought to understand the effects of meaning on the term suicide that are constructed in Camus' writing regarding the possible places of this notion in the text *The fall*. The starting point was the function of art as a symbolic work resource for the elaboration of social structures, offering as a resource different construction of meaning by provoking other discursive understandings. The work of Discourse Analysis (DA) stands out here as a theoretical-analytical device that enables reading gestures on discursive understandings in different orders and whose concreteness is produced through the different materialities produced from a political-ideological place. AD was brought as a possibility of amplifying symbolic work through language making sense, forming notions of its context, the conditions of discursive production and, consequently, the historical positions previously assumed. For analysis, discursive sequences from the corpus were outlined, which touched on the construction of the notion of suicide. From this movement, it was possible to explore notes of meaning effects composing suicide as a movement faceted by polysemic dimensions based on concepts such as enigma, punishment, resentment, among others. In the insistence on listening to what is implicit in the discourse, facing the dimension of incompleteness in the language, by understanding that questioning voluntary death within the hegemonic productions of meaning opens space for a polysemic listening to this practice and, thus, its care strategies, it was further outlined a gesture of reading about the ways of understanding suicide and its prevention in the National Policy for the Prevention of Self-Mutilation and Suicide. Thus, through the notion of discursive listening as a gesture of resistance, a set of questions-reformulations about suicidal practice in the policy text, chosen for its representation as an official regulation regarding the care and management of this practice in the Brazil. Starting from Lacanian theoretical constructions, the understanding of suicide was also discussed as a significant act that drives a metaphorical instance in the face of the desire to die. This promoted movements of tension and rupture in the established network of meanings, opening questions regarding this practice, placing it as pluralized and far from a univocal conception of suicide. Given the above, it was possible to build an opening for understanding voluntary death as an experience endowed with a semantic heterogeneity, which enables not only the expansion of possible conditioning factors and other possibilities of care, but the encounter with the dimension of acting as language.

Keywords: discourse; Camus; suicide; listening; public policy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	SOBRE O <i>CORPUS</i> E SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E DE LEITURA: A <i>QUEDA</i> E SEUS DIZERES SOBRE O SUJEITO E A MORTE	19
2.1	Condições de produção em <i>A Queda</i> e seus dizeres sobre o sujeito e a morte	21
2.2	Condições de produção: um caminho percorrido	23
2.3	Albert Camus: no meio do caminho	27
2.4	As condições de produção da leitura do discurso camusiano: escuta discursiva, teoria e as noções-chave	32
3	DISCURSO(S) SOBRE O SUICÍDIO: OUVINDO A LITERATURA DE CAMUS	38
3.1	Ouvindo a literatura de Camus: modos de dizer o suicídio	42
4	EFEITOS DE UMA ESCUTA DISCURSIVA: DIÁLOGOS ENTRE OS MODOS DE DIZER DE CAMUS E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO AO SUICÍDIO	64
4.1	Escuta discursiva: “não entender ou entender errado”	64
4.2	Um gesto de escuta da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio	68
4.3	Prevenção e seus efeitos de sentido: de qual morte se fala?	76
5	ALGUMAS NOTAS (IN)CONCLUSIVAS	80
	REFERÊNCIAS	83

1 INTRODUÇÃO

Assim, as últimas páginas de um livro já estão nas primeiras. Este nó é inevitável. O método aqui definido confessa a sensação de que todo conhecimento verdadeiro é impossível. Só se pode enumerar as aparências e apresentar o ambiente (CAMUS, 2020a, p. 32).

Ao construir as reflexões iniciais sobre sua teoria do discurso – ou, como diz Malidier (2003), sua “aventura teórica” –, Pêcheux ([1969] 2014, p. 76) rejeita a existência de um ponto de início para o processo discursivo:

Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido.

Essas deformações ao se presentificarem no discurso marcam as transformações dos lugares outrora existentes em uma formação social, histórica e assujeitada ao inconsciente, localizando, assim, circunstâncias das quais partem esse trabalho. Desse modo, os olhares presentes nessa análise se propõem a elaborar as (de)formações materializadas na escrita de Albert Camus (1913-1960), no tocante ao seu discurso sobre o suicídio.

O termo suicídio tem origem da junção entre *sui* (de si) e *caedes* (assassino), colocando a escolha pela morte de si mesmo na representação do lugar de uma morte não consentida (MINOIS, 2018). As construções simbólicas a respeito do tema têm atravessado toda a história da humanidade. No Ocidente, é possível traçar construções discursivas que produzem, sobre o suicídio, efeitos de sentido dominantes: como prática de punição, na Grécia Antiga; como expiação dos pecados, na Idade Média; como decisão e exercício da liberdade individual, no período Iluminista, ou apontando para a dimensão sociológica do fenômeno, como ocorre na Modernidade (MINOIS, 2018).

Hoje, a cada 40 segundos ocorre um suicídio no mundo. Por ano, cerca de 800 mil pessoas tiram a própria vida. Apesar da decisão pela morte voluntária acontecer durante todo o percurso da humanidade, no ano de 2016, ela foi a segunda principal causa de morte em jovens com idade entre 15 e 29 anos, de acordo com a World Health Organization (SUICIDE, 2019). Dados da World Health Organization (SUICIDE, 2019) indicam ainda uma grande proporção no número de tentativas para cada suicídio realizado, colocando o suicídio em um lugar de importante atenção dentro do cenário da saúde pública.

No Brasil, ainda de acordo com a OMS, a ocorrência de mortes autoprovocadas entre 2010 e 2016 apresentou um aumento de 7% para cada 100 mil habitantes, contrariando o índice

global que revelou uma queda de 9,8% (SUICIDE, 2019). Em 2019, foi instituída a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio a ser implementada em parceria com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Em 2020, a pandemia da Covid-19 (doença), provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, vírus descoberto na China que se espalhou em escala global, trouxe um acréscimo a essa conjuntura alarmante. O distanciamento social em conjunto com a proposta de quarentena potencializa um contexto de risco, pois pesquisas apontam que 51% dos casos de suicídio no Brasil acontecem dentro de casa (FIOCRUZ, 2020).

No século XX, os escritos de Albert Camus tomam a questão do suicídio como a única indagação – filosófica - realmente importante. Esse filósofo-autor dedica algumas de suas obras a serem transpassadas pelo tema: *O Avesso e o Direito* (1937); *O Estrangeiro* (1942), *A Peste* (1947); *A Queda* (1956); *A Morte Feliz* (1971). De modo mais contundente o texto produzido em *A Queda*, cuja história retrata um ex-advogado que ocupa o lugar de narrador-personagem em constante diálogo com um interlocutor que conhece em um bar de Amsterdã, apresenta o tema do suicídio como elemento central da narrativa.

O romance é considerado uma crítica à visão de mundo moderna e à experiência humana dessa época, a partir da figura de Jean-Baptiste, autodenominado como “juiz-penitente”, que atravessa um exame de consciência ao se isolar na cidade de Amsterdã após presenciar o suicídio de uma mulher nas águas do rio Sena e não ter tentado salvá-la. Camus viveu o período pós-guerra e construiu sua filosofia trabalhando angústias e dilemas de seu tempo através de dispositivos literários como romances, contos, mas também em ensaios e peças teatrais, provocando um grande impacto na construção do pensamento do século XX (LINS, 2016). Ele constrói a teoria do absurdo¹, tecendo reflexões sobre o sentido da vida e seu caráter absurdo.

O texto psicanalítico Lacaniano também atenta para o ato suicida. Lacan aborda esse tópico em suas falas no texto *Outros Escritos*, colocando o suicídio em conformidade com a noção de ato, discutida em seu seminário XV, apontando sobre o ato suicida, ao ser realizado pelo sujeito, não oferecer espaço para falha, pois o sujeito também esvai-se no morrer (LACAN,

¹ É possível sintetizar, brevemente, a teoria do absurdo na filosofia camusiana como uma série de reflexões sobre as relações do homem com o mundo, com o sentido de seu existir e, conseqüentemente, com os motivos para permanecer – ou não – vivo. Em um dado momento de seu percurso, o homem se depararia com nuances de uma existência mecânica e sem sentido, instaurando, a partir desse momento, um divórcio com o mundo no que tange suas relações automáticas. Para a filosofia camusiana, esse despertar de consciência provoca uma reelaboração nessa forma de conexão com o mundo quando o homem desiste da relação automática, passando a colocar-se enquanto autônomo. Essa tomada de consciência acontece de maneira imprevisível: “Numa esquina qualquer, o sentimento do absurdo pode bater no rosto de um homem qualquer.” (CAMUS, 2020a, p. 30). A partir desse momento, torna-se, assim, evidente a falta de sentido e superficialidade de um mundo desordenado e mecânico. Ao assumir essa desarmonia, o homem passa a se posicionar de forma diferente diante do mundo e diante de si mesmo (PIMENTA, 2018; CAMUS, 2020a).

[1974] 2003). Enquanto práticas de linguagem, os modos de dizer o suicídio vão construindo, para os sujeitos, no curso da história, uma mediação necessária para o trabalho simbólico, base da existência humana. Vai se conformando, nesse processo, o imaginário que suporta as formas de dizer e compreender o suicídio, discurso que, de diferentes formas, incide nos modos de se olhar para essa prática e, também, para os sujeitos que dela tomam parte. Jogo complexo de formações imaginárias² que podem ter efeitos, também, no que hoje podemos chamar de políticas de prevenção do suicídio, entendido, de forma geral, no campo da saúde, como “um fenômeno complexo que pode afetar indivíduos de diferentes origens, classes sociais, idades, orientações sexuais e identidades de gênero” (BRASIL, 2017). Diante do exposto, essas observações levam à formulação da seguinte proposta de pesquisa: investigar os modos de dizer o suicídio na obra *A Queda* de Albert Camus no tocante às redes de construções simbólicas atravessadas pelo tema.

Como orientação teórico-metodológica será utilizado o arcabouço da análise do discurso (AD) idealizada por Michel Pêcheux (1938-1983). Nascida nos anos 60 a partir de uma proposta de ruptura e subversão, a AD traz questionamentos a respeito da relação entre língua(gem) e sujeito mediante a reunião de epistemes como a psicanálise e o materialismo histórico, fundando-se em uma crítica ao fazer científico das ciências humanas de sua época (ORLANDI, 2020). O discurso, a partir de então, é tomado como um efeito de sentido entre locutores: “não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de um modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, [1969]2014, p. 81). Ao tomar o discurso como objeto, o analista visa, portanto, compreender os efeitos de sentido que se produzem entre os pontos A e B, que representam, enquanto abstração, os lugares marcados no interior de uma estrutura socialmente determinada, remetendo ao funcionamento do imaginário sobre esses lugares e sua projeção no espaço discursivo.

A AD concebe as relações de linguagem como relações de sujeitos enredados em múltiplos efeitos de sentido, acolhendo também suas regiões de equívoco³. Sendo assim, não existiria uma experiência de neutralidade nas palavras, pois elas apenas significam dentro de uma história desobedecendo a suposta intencionalidade no dizer.

Destaca-se aqui o trabalho da AD como dispositivo teórico-analítico que articula uma compreensão discursiva a partir de diferentes camadas, produzindo, através de diversas

² Noção da teoria pecheutiana a ser retomada e explicada posteriormente.

³ A concepção de equívoco na AD pecheutiana remete a língua como "sistema" passível de falhas, instaurando a questão da sua dimensão de incompletude e, conseqüentemente, o olhar para todo discurso como - também - uma relação com a falta. (ORLANDI, 2020).

materialidades, a concretude de um lugar político-histórico. O *corpus* a ser utilizado na referida análise é composto por uma escrita literária, a qual pelo viés da literatura remete uma representação de conhecimento do homem e do mundo através de sua prática de reflexão e escrita (COMPAGNON, 2009). Assim, pode-se compreender o texto literário também como materialidade linguística, como realização - no plano da língua - da relação do homem com o mundo em seus efeitos de sentido. A língua, nessa visão, é opaca e sujeita a equívocos. Desistir de uma suposta verdade dos sentidos abre a AD às possibilidades singulares de efeitos na relação com o outro, com o não-dito e com o que está acobertado pelo silêncio.

Meu primeiro contato com um texto Camusiano ocorreu durante o início da pandemia do Covid-19. Diante desse momento vivido e do trabalho como psicóloga residente dentro de um hospital de referência, me senti inspirada a me aproximar da leitura da obra *A Peste* (1972) cujo impacto de sua interpretação despertou um interesse – tardio – sobre as ponderações de Camus a respeito da experiência humana. Suas construções foram um precioso arcabouço simbólico diante de um período tão angustiante quanto os tempos de pandemia.

Logo após, escolho a leitura de *O Mito de Sísifo* (1942), obra de perfil diferente, mas não menos impactante. Tinha contraído o vírus camusiano. O teste positivado veio ao desenvolver o projeto para seleção do mestrado tendo como mote um tema recorrente no meu trabalho como escutadora desde seu início, as indagações sobre morte e o morrer, sobre a vida e porquê de se continuar vivo. Escutar os sentidos que cada sujeito carrega e constrói em sua experiência de vida, logo também de morte, compondo seus sofrimentos e paradoxalmente também suas possíveis (dis)soluções foi motivo de encantamento desde o início da minha trajetória na psicologia.

Durante a graduação em psicologia trabalhei alguns meses como voluntária no Centro de Valorização da Vida (CVV) organização não governamental referência nacional no trabalho de prevenção ao suicídio. Realizei escutas através de ligações telefônicas as quais, para minha surpresa, foram permeadas pelos mais diversos temas. Me pareceu a época que falar sobre a própria morte é inevitavelmente falar também sobre a própria vida. Esse primeiro contato de forma mais concreta com a função de escutadora certamente me atravessou no momento de decisão a respeito dos próximos espaços de escuta que escolheria vivenciar.

Alguns semestres depois realizei meu estágio final da graduação no Centro de Referência para o Cuidado de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência (CERCCA), um divisor de águas no meu processo de formação, onde pude escutar as mais diversas experiências emaranhadas a circunstâncias de violência, em contato de modo assíduo com as autoprovocadas. Comecei nesse espaço a entrar em contato com reflexões a respeito do

suicídio enquanto – também – um lugar linguageiro e metafórico, uma dimensão a ser escutada em um movimento de acolhimento e abertura a todas as possibilidades da morte e do morrer. Ali, de uma maneira que só as crianças tem paciência de ensinar, entendi ser possível morrer várias vezes. Muito do que foi escrito aqui nasceu a partir desse período de (de)formação.

Após finalizar a graduação, inicio uma especialização, também chamada de residência, em psicologia clínica e hospitalar a qual me referi anteriormente como local de atuação durante a pandemia nos anos de 2020 e início de 2021. Por se caracterizar como um local de cuidado a emergências clínicas, o trabalho na instituição hospitalar é necessariamente atravessado pelo atendimento a casos que envolvem tentativas de suicídio, constituindo inclusive um dos primeiros espaços de elaboração dessas vivências. Aqui fui diariamente convencida que é possível remediar o corpo provocando fala. O socorro também é simbólico. Dentre as demais atividades no hospital, pude de mesmo modo atuar no ambulatório de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Violência com demandas semelhantes ao trabalho no CERCCA, no entanto, em escala estadual.

Diante do exposto, entendo que, juntamente a razões inconscientes, o desenvolvimento dessa pesquisa é resultado de um desejo de escutar, dessa vez através do discurso, efeitos de sentidos acerca da compreensão do suicídio. No decorrer desse estudo, a relação da exterioridade com a língua(gem) foi compreendida como não semelhante a uma relação com evidências, havendo invariavelmente uma face articulada entre o simbólico e o político, cindida pelo inconsciente (ORLANDI, 2020). As palavras, desse modo, reatualizam discursos que, através dos gestos de leitura realizados pelo analista, inscrevem formações discursivas, lançando - no discurso - suas formações ideológicas (CAZARIN, 2004).

O processo de produção de sentidos está inevitavelmente sujeito a um ‘outro’ que o constitui (ORLANDI, 2008). Analisar um discurso, em suma, é assumir a existência de uma relação língua-história-sujeito, considerando também a presença dos discursos não intencionados pelo dizer do autor. Escutar uma sistematização dessa conjuntura permite olhar para os saberes reguladores das estruturas das formações em questão, apresentando o que nelas é dito e/ou silenciado, assim como seus modos de inscrição na própria materialidade discursiva.

Além disso, ao nos debruçarmos sobre os modos de dizer o suicídio, apontando para os processos de (des)estabilização nesses modos de dizer-significar dita prática, construímos a possibilidade de apontar para modos diversos de concepção desse fenômeno enquanto prática social. Olhar para essas redes de construções simbólicas a partir de uma diversidade de compreensões pode nos levar à construção de práticas de prevenção e enfrentamento do suicídio na contemporaneidade que considerem a heterogeneidade das formas de dizer/viver o suicídio.

Ao traçar esse diálogo, é possível entender o ato do suicídio também como um dizer construído em uma realidade que se funda e se define pelo discurso, pela condição humana assujeitada à linguagem e seus efeitos – não dominados - de sentido, mas que possibilita também ao sujeito (re)significar e (re)significar-se.

Desse modo, essa pesquisa objetiva investigar os modos de dizer o suicídio na obra *A queda*, de Albert Camus, no tocante às redes de construções simbólicas atravessadas pelo tema. Foram traçados pontos de (des)estabilização dessas redes que atravessam os modos de dizer o suicídio no referido texto e seus efeitos de sentido acerca da compreensão do suicídio no século XX e na contemporaneidade. A partir da relação entre o discurso literário e a psicanálise de orientação lacaniana foi discutida a compreensão do suicídio enquanto ato, traçando uma reflexão sobre os efeitos dos modos de dizer o suicídio no discurso de Camus para um questionamento-reformulação na forma de compreender-dizer o suicídio e sua prevenção na Política Nacional de Prevenção à automutilação e ao suicídio.

A segunda seção, “**SOBRE O CORPUS E SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E DE LEITURA: A QUEDA E SEUS DIZERES SOBRE O SUJEITO E A MORTE**”, se propôs a traçar as condições de produção do discurso camusiano em *A queda* construindo um dizer sobre o *corpus*, sobre o processo de sua escolha e de seu encontro com os objetivos da análise. Posteriormente foram delineadas as condições de produção do autor e da elaboração de sua obra. Finalizo essa seção com considerações sobre as condições de produção da leitura articuladas a uma discussão teórica sobre o exercício do analista do discurso e sobre os conceitos que foram utilizados como fundamento para a análise.

Na terceira seção, “**DISCURSO(S) SOBRE O SUICÍDIO: OUVINDO A LITERATURA DE CAMUS**”, inicialmente foi traçada uma reflexão a respeito de possíveis paralelos entre o exercício de escuta e o trabalho do analista. Posteriormente a isso trouxe a análise de forma mais concentrada no esforço de compor o processo de recorte das sequências discursivas a serem analisadas com a função de através de gestualidades de interpretação construir possibilidades de efeitos de sentidos das formas nomeação e, conseqüentemente, dos seus possíveis deslocamentos.

A quarta seção, “**EFEITOS DE UMA ESCUTA DISCURSIVA: DIÁLOGOS ENTRE OS MODOS DE DIZER DE CAMUS E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO AO SUICÍDIO**”, partindo das compreensões sobre modos de dizer o suicídio analisadas na seção anterior, direcionei o olhar para a Política Nacional de Prevenção à Automutilação e ao Suicídio no tocante a construção de um questionamento-reformulação na forma de compreender-dizer o suicídio e sua prevenção. Esse exercício utilizou como eixos

construções da psicanálise de orientação lacaniana, discutindo a noção do suicídio enquanto ato e seu lugar de correlato significante. Defendeu-se, nesse momento, um status de correspondência entre ato e fala, argumentando existir no ato o seu sentido de palavra.

Na última seção, “**ALGUMAS ÚLTIMAS NOTAS**”, lancei olhar para as considerações, ditas, finais do trabalho no tocante a um panorama geral da pesquisa, apontando alguns limites e possibilidades na abertura às reflexões advindas da análise, no contato com os ecos produzidos por esse movimento. Sendo assim, foi possível compreender o suicídio enquanto um dizer ancorado em uma polissemia, vivida através dos efeitos metafóricos, que marcam essa prática de forma fundante no discurso camusiano. Dessa maneira, o tensionar e, conseqüente questionar, das direções de sentidos predominantes gerou, no tocante a movimentos de resistência, de acordo com a noção pecheutiana do termo, um exercício de abertura a outros efeitos de sentidos.

Foi possível ainda realizar um gesto de leitura da Política Nacional de Prevenção a Automutilação e ao Suicídio no que tange a escuta discursiva em sua abertura significante e metafórica, considerando o ecoar dos modos de dizer o suicídio como um instrumento de resistência e promoção de um cuidado mais humano, ao se questionar as formas de atenção fundamentadas em um modo unívoco submisso aos discursos dominantes.

2 SOBRE O *CORPUS* E SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E DE LEITURA: A *QUEDA* E SEUS DIZERES SOBRE O SUJEITO E A MORTE

Albert Camus (1913-1960) foi um dos pensadores de maior visibilidade dentro do contexto francês pós-guerra, ganhando o Prêmio Nobel de literatura. Apesar do impacto de seu romance *A Queda*, poucos trabalhos a respeito dessa narrativa oriundos de um cenário científico foram construídos até o momento. No esforço de um mapeamento do panorama dessas produções, foi realizada uma busca em plataformas de dados como Portal CAPES de dissertações e teses, na biblioteca eletrônica Scielo e no buscador Google Acadêmico no intuito de construir um breve horizonte das pesquisas produzidas. Foram utilizados primeiramente os termos ‘A Queda’ e ‘Albert Camus’ para o levantamento de pesquisas elaboradas sobre o romance do referido autor e posteriormente foi adicionado termo ‘Suicídio’, cujo retorno não trouxe modificações na quantidade de trabalhos encontrados.

Na breve literatura encontrada, cerca de sete trabalhos - foram selecionadas quatro produções que tocam temáticas como a morte, discussões sobre o mito do duplo - através de articulações sobre a ideia de duplicidade do ser, partindo de uma leitura psicanalítica –, além de discussões sobre o sentimento de inadequação do ser e reflexões sobre conceitos filosóficos agregados à produção romanesca encontrada no texto de *A Queda*. No tocante à mortalidade enquanto experiência humana, foi possível construir a percepção de que o morrer é um tema de destaque dentro do pensamento camusiano.

Segundo Silva (2014), a morte na produção camusiana não tem uma gênese, nem carrega um propósito de existir. Nessa direção, Camus não constrói uma visão positiva, nem sacralizada sobre a finitude, entendendo – por conta disso – que seja possível na existência uma vida na qual cada sujeito crie uma forma particular de viver suas paixões e suas verdades. O sentido que se daria à morte é o sentido que se daria à vida:

Mas, também, ao sentir nossa alma doente, atribuímos a cada ser, a cada objeto, seu valor de milagre. Uma mulher que dança sem pensar, uma garrafa sobre a mesa, vista por trás de uma cortina: cada imagem torna-se um símbolo. A vida nos parece refletir-se ali por inteiro, na medida em que nossa vida se resume a esse momento (CAMUS, 2018, p.57).

Não obstante, no romance *A Queda* (1956) foi possível encontrar construções a respeito de uma noção do morrer enquanto enigma, injustiça e uma absurdidade – referência à teoria do absurdo construída pelo autor. O lugar “profano” ou dessacralizado também seria constituído por um movimento de descrença em uma proposta sobrenatural do morrer que apontasse para uma existência humana pós-morte (SILVA, 2014).

Também foram encontrados trabalhos envolvendo questões a respeito da duplicidade do ser - uma ambiguidade entendida como inerente à existência - sobre a qual o personagem principal da obra incorpora ao adentrar em um processo de tomada de consciência depois de presenciar a referida cena de suicídio no rio Sena. Após o ocorrido Jean-Baptiste discorre pensamentos sobre si e sobre o que o mundo lhe podia oferecer ou exigir, defrontando-se assim com o irracional da existência e das ações humanas (SOUZA; SILVA, 2018). Outra produção aponta para concepções filosóficas presentes na referida obra ultrapassando seu status de romance para somar as teorias de sua filosofia.

Nesse caminho o texto de *A Queda*, de acordo com Aleixo (2018), tem seu caráter conceitual no momento em que trabalha um entremeio das noções Camusianas de absurdo e de revolta. O personagem juiz-penitente durante a narrativa faz uma travessia após abalar os alicerces de sua autoimagem construindo um processo de criticidade de si mesmo desvelando uma superficialidade no julgamento racional sobre a existência. Dessa forma, o romance conduz uma imersão no sentimento do absurdo e na insuficiência das ficções construídas sobre a experiência humana. A partir desse despertar, pode-se falar sobre o contexto da noção de revolta retratada, ainda de acordo com Aleixo (2018), com o “despertar para o mundo” vivido por Jean-Baptiste.

A inadequação do ser diante da realidade que o circunda é outro tema que aparece trabalhado a partir de articulações com o texto de *A Queda*. Santos (2009) fala sobre uma duplicidade de caráter abordada na obra e incorporada na figura de Clarence que representaria um sujeito desajustado e inadequado a sua realidade. O indivíduo seria, assim, passível aos mais incoerentes comportamentos. Diante de um contexto entre guerras, se materializa a não existência, nessa produção, da construção de um herói ou anti-herói. Questiona-se, desse modo, a antiga proposta iluminista vigente até o século XIX que atestava a composição dos indivíduos por uma veia racional. A passagem para a modernidade, ainda segundo Santos (2009), convida o ser humano a parar de orbitar perante a ordem e seu novo tormento passaria a ser a experiência de um julgamento sem lei. Evoca-se, no trabalho do romance *A Queda* – assim como no texto de *O Estrangeiro* (1942) – o tema do julgamento.

Posteriormente ao curso de buscas descrito foi acrescentado o termo ‘suicídio’, juntamente ‘A Queda’ e ‘Albert Camus’, para a investigação das pesquisas produzidas. Nesse segundo momento não foram encontradas produções que agregassem o tema nas plataformas pesquisadas. Essa conjuntura aponta uma relevância para trabalhos que proponham discussões sobre essas lacunas encontradas no cenário científico a respeito do tema. Desse modo, aponta-se como relevante a contribuição direta desta pesquisa para um movimento de tensionar a

construção posta de estigmas, silêncios e do lugar de “tabu” no qual a referida temática encontra-se até o presente momento.

Assim, a referida pesquisa é também concebida como uma proposta de elaboração e circulação de fala sobre o suicídio trazendo como possível desdobramento da pesquisa um tensionamento dos sentidos provocados pela abertura do tema a outras interpretações viabilizadas pelo discurso literário. Desse modo, a noção de discurso é trazida como amplificação do trabalho simbólico através da compreensão da língua fazendo sentido, desvelando noções de seu contexto e das posições históricas anteriormente assumidas pelo tema cujo apoio teórico é encontrado na análise de discurso (AD) de linha Pecheutiana.

Da mesma maneira o exercício da AD no tocante a problematizar as formas de leitura de um dado discurso, levando também o sujeito falante, logo leitor, a um interpretar-questionar sua posição na cadeia de sentidos manifestada na linguagem (ORLANDI, 2001), abre também espaço a pensar a literatura como forma de colaboração na referida pesquisa em relação à dimensão de prevenção do fenômeno.

2.1 Condições de produção em *A Queda* e seus dizeres sobre o sujeito e a morte

Um processo discursivo sempre parte do eco de uma voz prévia, de uma entonação que ao evocar determinado acontecimento presentifica em quem o escuta os sons de dizeres anteriores os quais (de)formados pelo cenário corrente apontam às relações de sentido pelas quais ele é produzido (PÊCHEUX, [1969] 2014). As circunstâncias dessa enunciação são fundamentalmente atravessadas por um contexto sócio-histórico-ideológico. Como diz Orlandi (2020, p. 30), parte-se aqui da proposta de um dizer que não existe isolado:

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele.

A AD se faz na forma de uma reflexão sobre a linguagem e seus desconfortos, no desconfiar das supostas evidências do sentido, dos lugares já-feitos. Uma reflexão sobre entremeios (PÊCHEUX, 2015). Esse entre representa uma fenda para que o exterior seja convidado à cena. A intervenção de conhecimentos extrínsecos à linguística constitui ao mesmo tempo uma ruptura epistemológica com a proposta subjetivista de sua época, como também uma máquina de reinvenção (MALDIDIER, 2003). Maldidier (2003, p.32) fala sobre o lançamento da teoria de Michel Pêcheux enquanto um “navio incendiário” no qual ele toca a noção das formações ideológicas, materializadas no discurso através das formações discursivas,

as quais construíram as determinações sobre o que pode ou não ser dito a partir de uma dada posição e conjuntura.

O discurso se vê, assim, emaranhado pela língua e pela história, constituindo-se enquanto uma cria da ferida instaurada pelo corte saussuriano. Esse objeto (re)construído – distinto de um objeto empírico - salienta o lugar próprio do imaginário inerente à linguagem, ao sujeito e suas posições, abraçando também o inconsciente lacaniano ao defender que o discurso opera à revelia do sujeito: “penso onde não sou. Sou onde não penso” (LACAN, 1998, p. 521). Sujeito esse que é assujeitado por uma interpelação ideológica se fazendo materializada nos modos de produção e na luta de classes.

No esforço de escutar os ecos do discurso materializado na escrita Camusiana foram definidos movimentos que esboçam as condições de produção do *corpus* a ser analisado. Em um primeiro momento, foi produzido um dizer sobre o *corpus*, sobre como ele foi escolhido para tal, o porquê desse texto e como ele se articula com os objetivos da análise. Em um segundo momento, o autor e o texto entram em destaque na cena no esforço em tracejar suas condições de produção articuladas à teorização dessa faceta do discurso a partir da AD.

E, por fim, assim como o eco parte de um movimento do som que volta aos ouvidos um período depois do ruído inicial, trato das condições de produção que dizem do interpretar do analista diante de um discurso de outrora – as condições de produção dessa leitura. Exercício esse do analista em ouvir para além de supostas evidências atentando para a interpretação como um produto histórico, ideológico e inconsciente também orientado por suas condições de produção. Um exercício do entremeio (ORLANDI, 2020).

Ao longo de seu percurso como pensador, Camus (2020a, p. 18) tratou em seus escritos as reflexões sobre o tema do suicídio como “único problema filosófico realmente sério”, famosa abertura de sua obra *O mito de Sísifo*, escrita em 1942. Ele continua: “Julgar se a vida vale ou não vale a pena ser vivida é responder à pergunta fundamental da filosofia” (CAMUS, 2020a, p. 18). O compromisso em investigar essa questão coloca Camus em uma posição distinta de outros autores, transbordando para diversas de suas obras momentos pontuais ou discussões protagonistas a respeito da morte e da escolha pelo morrer. Escolhi como *corpus* a emprestar corpo para análise o texto intitulado de *A Queda*, escrito em 1956. O fiz por compreender que nesse texto foi possível encontrar de forma mais explícita – entre seus romances – o tema do suicídio materializado nas vivências e reflexões de seu personagem principal, o famoso ex-advogado Clamence, que andando pelas ruas de Paris presencia o suicídio de uma mulher no rio Sena.

Esse cenário cria corpo para o *corpus* da análise no empenho de investigar os modos de dizer o suicídio no texto do referido autor, tocando pontos de (des)estabilização da rede de construções simbólicas produzida a respeito desse tema. A repercussão do pensamento camusiano convida à elaboração dos efeitos que esses modos de dizer o suicídio analisados no romance de Camus traçam enquanto questionamentos e possíveis reformulações na forma de compreender-dizer o suicídio.

As diferentes formas de compreensão marcam nas maneiras de se dizer sobre um objeto os efeitos de sentido atrelados às construções simbólicas, sempre dotadas de polissemia. Nesse movimento se faz possível uma leitura do funcionamento da ordem das dinâmicas dominantes, cujo fluxo dita o que se coloca nos dizeres e o que se escuta através do silenciamento de algumas palavras. O trabalho desse fluxo toca no não estabilizado da língua(gem), marcando cursos de presença e ausência ao colocar a língua(gem) como alicerce das (des)estabilizações no percurso do encadeamento significante.

Assim, abrir espaço para reformulações é assumir que pelos poros das palavras escoam uma pluralidade característica da condição humana. Dito isso, se atentar que o processo das nomeações não acontece de forma aleatória ou arbitrária enquanto um simples sentido referencial, mas que a maneira como se nomeia constrói modos de dizer que identificam e marcam lugares que respondem a uma ideologia. Os dizeres não tem um sentido próprio em si mesmo, significam de forma distinta em conformidade com seus contextos.

Dito de outra forma: indagar os diferentes modos de dizer é escutar toda uma rede de produção simbólica em sua dimensão significante, nos movimentos possíveis dos sentidos e - nas consequências - de seus efeitos. Assim sendo, partindo da língua(gem) enquanto suporte para a condição material do discurso, entendendo-a não como um sistema autônomo, mas enquanto relativo a uma dinâmica de concatenação histórico-ideológica aberta a furos, o trabalho com o dispositivo da AD trouxe nessa pesquisa o objetivo de investigar os modos de dizer o suicídio no romance *A queda*, de Albert Camus, no tocante às redes de construções simbólicas atravessadas pelo tema.

2.2 Condições de produção: um caminho percorrido

No exercício de investigar os modos de dizer o suicídio lanço destaque nessa seção sobre a importância da compreensão do percurso das condições de produção do discurso camusiano materializado no texto *A queda*, na importância de se olhar para o lugar em que esse discurso é pronunciado (PÊCHEUX, [1969] 2014). Lugar esse que, diferente de um panorama

de contextualização, funda a relação do discurso com a exterioridade ao - por meio da lingua(gem) - constituir as condições sócio-históricas do funcionamento discursivo em questão.

Assim, recorro à noção de condições de produção como caminho para pensar a relação que um discurso e seus sujeitos constroem junto às trajetórias de sentido através das relações sociais e de (re)produção, as quais transformam e constituem todo o processo discursivo. O discurso não o é sem um antecedente. O discurso diz de um curso. Um percurso traçado pela marca irremediável da linguagem no sujeito.

O processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com 'deformações' que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido. (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 76)

Sendo assim, pensar o discurso é, também, atentar para o dizer, dizendo. Gerúndio irreversível, cujo começo e fim se encontram no desencontro do imprevisível da relação do sujeito com o sentido e da linguagem com o mundo (ORLANDI, 2020).

Analisar um discurso é, sobretudo, uma proposta de reflexão a partir de entremeios. Entre linguagem, sujeito, história e ideologias, entre uma inevitável exterioridade incorporada no discurso - no entre das relações de forças a todo momento antagônicas. Em 1969, na escrita de *Análise Automática do Discurso* (doravante AAD69), Pêcheux inicia um percurso de formalização de suas ideias a respeito de um novo objeto de estudo filho de suas críticas à linguística, à psicologia social e ao cenário científico positivista de sua época, o discurso (PATTI; ABRAHÃO E SOUZA; GARCIA, 2017).

É nesse momento que Pêcheux ([1969] 2014), ao desenvolver uma primeira noção sobre a organização discursiva - no intuito de delimitar aspectos generalistas de seu processo -, elabora a concepção de condições de produção. Pêcheux ([1969] 2014) escreve que um discurso é sempre produzido a partir de uma relação de sentidos e que a todo momento deve ser remetido para tal.

O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa em relação ao que diz (PECHÊUX, [1969] 2014, p. 76).

Em seu capítulo sobre a teoria do discurso, ele escreve sobre os elementos estruturais das condições de produção, partindo da explicação sobre uma rivalidade existente entre duas propostas esquemáticas de explicação do, dito, comportamento linguístico: a reacional e a informacional. Pêcheux ([1969] 2014) discute a perspectiva desse estudo e o consequente

trabalho de definição a partir da utilização do cenário de pesquisa baseado em experimentos laboratoriais – muito utilizados pela psicologia social. Esses dois esquemas representavam as seguintes propostas de explicações para o comportamento linguístico: 1) esquema reacional trazia as ideias behavioristas de estímulo-resposta⁴; 2) esquema informacional era herdeiro de teorias sociológicas e psicossociológicas da comunicação (PÊCHEUX, [1969] 2014).

A proposta pautada em um estímulo-organismo-resposta tinha uma maior influência no cenário científico. Ela fundamenta a linguagem a partir de aspectos fisiológicos do organismo, como sistema nervoso, e não na perspectiva de sua função. Dito de outra forma: o modelo reacional não considera como alicerce o que ele mesmo entende como o papel da linguagem, a comunicação. Reduz essa experiência a uma dimensão psicofisiológica desconsiderando (ou minimizando) inclusive a interferência - diante dos experimentos realizados a partir da ótica da psicologia social – de uma terceira pessoa (experimentador) no contexto da comunicação (PÊCHEUX, [1969] 2014).

Pêcheux ([1969] 2014) ainda aponta sobre a validade desse esquema quando se trata de um contexto de estimulação física. Nesse contexto, o experimentador de fato apenas montaria uma cena da qual não faria parte, seria dele independente. Na pesquisa com o que se denomina como comportamento verbal⁵ o experimentador é parte de toda a montagem. De qualquer maneira, sua presença altera a produção discurso-resposta. Sendo assim, admitir que o experimentador não altera a situação de pesquisa ou que esta poderia ser minimizada também pressuporia um reducionismo da dimensão simbólica da própria linguagem.

De forma distinta, Pêcheux ([1969] 2014) discute sobre as implicações do esquema informacional. Ele mostra um outro horizonte da comunicação que considera não apenas os protagonistas do discurso como atenta para o que chama de seu referente. Idealizado por Jakobson, esse esquema dos processos linguísticos parte da premissa de que, além da presença de um destinador, um destinatário e um código comum a ambos, uma mensagem prescinde de um contexto para o qual ela sempre se remete. Nessa conjuntura, Pêcheux ([1969] 2014) aponta que no lugar de se falar sobre uma mensagem a ser enviada ocupando a função de transmitir uma informação, seria preferível optar pelo termo discurso.

Essa opção significa, Pêcheux ([1969] 2014) continua, decidir por compreender que a interação entre o destinador e o destinatário não vai apenas tratar de informar, mas de um

⁴ Corrente de pensamento articulada a recém-nascida ciência psicológica cujo objeto de estudo era o comportamento humano definido a partir de uma ótica positivista na qual eram negados quaisquer fatores não observáveis ou reproduzíveis em laboratório (BAUM, 2019).

⁵ Variedade de comportamento operante no tocante a experiência da comunicação (BAUM, 2019).

trabalho de efeito de sentidos. É a partir de toda essa construção que Pêcheux ([1969] 2014) vai trabalhar a sua noção de discurso. Propõe uma definição ao mecanismo do discurso através do enunciado: “efeito de sentidos entre os pontos A e B que designam lugares determinados na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 81). Aqui se faz importante o registro de que A e B não materializam organismos, mas os lugares a princípio determinados na estrutura de uma formação social.

Esses lugares são representados no mecanismo dos processos discursivos e por consequência também são transformados no e pelo discurso. Pêcheux ([1969] 2014) chama ainda atenção para como essa concepção de lugar seria encontrada no discurso:

Ele se encontra aí representado, isto é, presente, mas transformado; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 82).

Diante disso, o funcionamento discursivo não toca nos lugares em si, mas nas projeções desses lugares, no imaginário de cada um deles. Pêcheux ([1969] 2014, p. 82) continua: “Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações)”. Assim, todo processo discursivo traria em seu corpo a presença dessas projeções por meio de formações imaginárias articuladas a mecanismos de antecipação e jogos de força, os quais seriam elementos estruturais das condições de produção de um discurso (PÊCHEUX, [1969] 2014).

De forma mais direta, Pêcheux ([1969] 2014) constrói questões para que se possa interrogar em um discurso a maneira pela qual as posições dos sujeitos intervêm nas condições de produção. Ele elabora indagações, aqui a respeito dos protagonistas do discurso, como “Quem sou eu para lhe falar assim?”, “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”, “Quem sou eu para que ele me fale assim?”, “Quem é ele para que me fale assim?”, mas também aborda o referente fazendo alusão ao contexto, situação no qual determinado discurso foi produzido (PÊCHEUX, [1969] 2014).

As perguntas cujo retorno corresponderia a formação imaginária do referente são: “De que lhe falo assim?”, “De que ele me fala assim?”. Aqui, mais uma vez, se faz importante ratificar o caráter de objeto imaginário como um ponto de vista dos sujeitos protagonistas de um referido discurso e não uma proposta de concretude física. Esse movimento de interrogar o discurso investigando suas condições de produção não visa a ficção de um encontro com sua origem, mas o caminho percorrido por sua transformação no discurso. Todo processo discursivo

nasce da (re)organização de suas condições de produção, as quais outrora tiveram outra tomada de posição, outros protagonistas agora implícitos do discurso vigente.

Malidier (2003) fala, em uma primeira noção na AAD69, sobre o conceito de condições de produção figurar como uma ideia a respeito das circunstâncias de um discurso. Aponta a presença de raízes sociológicas dessa visão, compactuando com a proposta explicativa da comunicação de Jakobson, fundamento teórico para o esquema informacional mencionado anteriormente. Em outro momento, partindo das inquietações de Pêcheux com suas próprias construções teóricas, a AD concebe que as condições de produção de um discurso, para além de um apanhado de suas circunstâncias, ocupam um lugar de concepção central ao compreender sua exterioridade e, conseqüentemente, a costura do tecido sócio-histórico que o institui.

É um laço que ata os significados produzidos às suas condições sócio-históricas, (de)formando a própria significação. Refletir sobre as condições de produção de um discurso implica escutar os movimentos desse discurso em sua história, na rede de sentidos construída pelas posições de seus sujeitos, fazendo projeção em uma materialidade sócio-histórica que lhe incorpora e que permite a possibilidade de novos arranjos de sentidos.

2.3 Albert Camus: no meio do caminho

Minha atenção se volta agora para escutar o discurso camusiano na tentativa de delinear a(s) trajetória(s) construída(s) por seus efeitos de sentido. “Fui colocado no meio do caminho entre a miséria e o sol” (CAMUS, 2018, p. 12), escreve o autor, aos 22 anos, no prefácio de seu primeiro livro *O Averso e o Direito*, publicado em 1958, mas escrito entre 1935-36, quando tinha apenas 22 anos:

Albert Camus nasceu dia 7 de dezembro de 1913 em Manclovi (Argélia). Filho de um agricultor francês, Lucien Auguste Camus (1885-1914), e de mãe argelina, Catherine Hélène Sintès (1882-1960). Seu pai morreu, em 1914, durante a Primeira Guerra Mundial, bem no início de sua vida e, por conta disso, sua família muda para a cidade de Argel, em um bairro operário chamado Belcourt.

Camus passa sua infância nessa região, morando na casa de sua avó materna, juntamente a sua mãe, o irmão mais velho e um tio (BARRETO, 1971). Ainda na obra *O Averso e o Direito* retrata suas lembranças desse período:

Penso em um menino que viveu em um bairro pobre. Aquele bairro, aquela casa! Só havia um andar e a escada não era iluminada. Ainda hoje, depois de tantos anos, ele poderia voltar para lá em plena noite. Sabe que subiria a escada com toda a velocidade, sem tropeçar uma única vez. O próprio corpo está impregnado desta casa. As pernas ainda conservam em si a medida exata da

altura dos degraus. Na mão, o horror instintivo, jamais dominado, do corrimão da escada. E era por causa das baratas (CAMUS, 2018, p. 35).

No período escolar encontra uma referência de fundamental importância para sua carreira de escritor, o professor Jean Grenier, filósofo de formação, que lhe oferece uma bolsa de estudos e exerce uma grande influência em sua escolha pela carreira de escritor e nas inquietações pelas quais se debruça. É a Jean Grenier quem Camus dedica dois de seus livros: *O Averso e o Direito* (1937) e *O Homem Revoltado* (1951). Posteriormente, com a ascensão política de Adolf Hitler (1889-1945), Camus filia-se ao partido comunista construindo uma militância anti-facista através de dispositivos como arte e cultura. Em concomitância com os trabalhos no partido, dirige a Casa de Cultura de Argel e cria o Teatro do trabalho (BARRETO, 1971).

A criação do Teatro, juntamente com as atividades da Casa de Cultura, tinha como intuito a disseminação de cultura entre o povo e os intelectuais progressistas. A estrutura do teatro abarcava a produção de bons espetáculos, os quais eram fundamentados em considerações políticas e sociais, com algumas de suas peças censuradas. Segundo Camus (apud Barreto, 1971, p. 16): “Esse teatro tem consciência do valor artístico inerente à toda literatura em massa, quer demonstrar como a arte por vezes pode ganhar saindo da torre de marfim (...)”.

Aqui se faz importante a função da arte, atravessada pela dramaturgia, mas também reafirmada por Camus através da escrita jornalística e literária, como canal de trabalho simbólico para elaboração de dinâmicas das estruturas sociais, trazendo como possibilidade construções diferentes de sentidos e, conseqüentemente, outras compreensões discursivas. Pêcheux (2015) afirma que nada da arte é estranho à língua e ao discurso. A arte participa das formações sociais operando também enquanto correspondente das formações ideológicas e discursivas vigentes sendo a elas submetidas ao ser produzida por e para os sujeitos.

Sendo assim, a arte enquanto função elaborativa cria espaços de deslizamento de sentido promovendo saídas de circuitos simbólicos - hegemônicos - pré-estabelecidos constituindo também, dessa maneira, um viés de resistência⁶ ao possibilitar uma alternativa de compreensão das formações sociais postas. Compreender a arte enquanto materialidade discursiva, dotada de material significativa e, por isso, espaço de significação e constituição dos sujeitos coloca-a também enquanto uma construção coletiva de elaboração: “Que a arte é discurso, pois não só

⁶ A noção construída pela teoria pecheutiana (PÊCHEUX, 2012), a ser abordada de forma mais aprofundada na quarta seção deste trabalho, no tocante à abertura do discurso aos efeitos não dominantes de sentidos originada pelas falhas inerentes ao processo de interpelação ideológica.

produz e faz circular sentidos, como os produz de maneira a questionar a evidente – e ilusória – realidade.” (BRUM, 2019, p. 258)

É pela via do discurso em sua instância material que se faz possível tocar a concretude da relação entre linguagem-pensamento-mundo (ORLANDI, 2001). Relação essa que ao instituir a língua(gem) enquanto mediadora da vinculação do humano com mundo, do ponto de vista da significação, também atesta a não existência de um acesso direto entre o ser humano, o pensamento e o mundo. Constitui-se, dessa maneira, a demanda da noção de discurso enquanto mediação para essas relações (ORLANDI, 2001). É através do discurso que se faz possível esse exercício de compreensão, pois ele é concretamente uma dimensão material dessas conexões. Isto posto, se faz importante insistir que a arte, por meio da mediação da materialidade discursiva, faz tensionar os lugares supostamente dados na estrutura social vigente ao evocar novos gestos de leitura entre linguagem-pensamento-mundo e, assim, pelo trabalho de interpretação, como afirma Orlandi (2001), o sujeito encara a linguagem na sua dimensão de estrutura e acontecimento, existindo na sua – indissociável – relação com a história.

Durante a época em que dirigia o teatro, Camus também trabalhava como funcionário do serviço de meteorologia, vendedor de acessórios de automóveis, empregado no escritório de um corretor marítimo e funcionário da prefeitura. Formou-se em filosofia trabalhando com autores como Plotino e Santo Agostinho, em seu mestrado e doutorado, respectivamente. Não exerce a profissão da docência por conta do desenvolvimento de uma tuberculose. Essa doença o fez conviver com a possibilidade concreta da iminência da morte, tema recorrente em seus escritos e reflexões. Encontra dificuldades envolvendo as autoridades francesas na Argélia diante de suas críticas à situação dos árabes no país. Camus publicou uma série de ensaios criticando o lugar em que os árabes eram colocados por parte dos franceses em contextos como o não reconhecimento de sua condição de cidadãos e, conseqüentemente, a impossibilidade de expressão nas eleições, a situação de fome e negligência com as crianças árabes, além da negação de assistência médica (BARRETO, 1971).

Diante desse cenário, em 1939, mudou-se para a França após a invasão alemã. Sua esposa e filhos ficaram na Argélia. Camus organizou-se através do partido comunista francês na luta contra a II Guerra Mundial, colaborando na fundação e edição do jornal clandestino *Combat*. Por conta dos confrontos, nem Camus pôde voltar à Argélia, nem sua esposa e filhos conseguiram ir para a França. Em 1949, realizou uma visita ao Brasil, no estado de São Paulo e escreve um conto baseado na cidade de Iguape com o título de ‘A Pedra que brota’ no publicado na obra *O Exílio e o Reino* (1957) (BARRETO, 1971).

É possível marcar na biografia Camusiana uma contemporaneidade a eventos marcantes no século XX como a I Guerra Mundial, crise socioeconômica de 1929, expurgos dos processos de Moscou em 1936, Guerra Civil Espanhola (1936-1939), fragilidade democrática diante do movimento nazista em Munique (1938), destruição e óbito de populações inteiras na Segunda Guerra Mundial, culminando as suas experiências históricas com o período do ataque nuclear realizado em Hiroshima e Nagasaki (BARRETO, 1971).

Camus presencia de forma concreta um período que, segundo Barreto (1971, p. 12), experienciou “o fracasso do progresso, da ciência, da liberdade, da democracia, da razão e finalmente do próprio homem”. Expõe e materializa na sua posição de ficcionista, ensaísta e dramaturgo em constante diálogo com a filosofia, situações que se movem entre o trágico e o banal. Representa contextos históricos em suas obras, como *A Peste* (1947), ou os coloca em um caráter de análise como em *O Homem Revoltado* (1951). Camus aborda também o desdobramento coletivo e reação política ao construir sua famosa noção de absurdo⁷.

Em seu ensaio *O Mito de Sísifo*, Camus descreve o absurdo também como o exílio do homem de seu mundo: “esse divórcio entre o homem e sua vida, entre o ator e o seu cenário” (CAMUS, 2020a, p.22). O movimento de alguns escritores da época aponta para o abandono de uma posição moralizante estruturada em idealizações sobre como mundo e sociedade deveriam ser e passando assim a se escrever sobre como esse mundo se apresenta a cada homem.

O mundo é na verdade como o encontramos e não como gostaríamos que fosse. ‘O materialismo mais repugnante’, escreveu Camus, ‘não é aquele em que usualmente cremos, mas sim o que nos mascara ideias mortas como realidades vivas e desvia para mitos estéreis a preocupação lúcida e obstinada com aquilo que em nós deve morrer para sempre’ (BARRETO, 1971, p.13).

A vida passa a figurar como algo essencialmente contraditório, ilógico, desconexo e a literatura retrata, assim, uma interpretação mais tangível da vida e do homem atrelado à sua exterioridade.

A ênfase na responsabilidade humana passa a ser um tema recorrente em seus escritos. Barreto (1971) aponta sobre como os personagens Camusianos exploram a busca por um mundo diferente, uma nova moral construída pela vivência do absurdo da experiência humana. Segundo o autor, Camus traz como um dos aspectos mais interessantes de seu trabalho essa correlação entre suas obras e sua vida. Sente-se em alguns de seus escritos um transbordar de

⁷ A noção de absurdo foi uma das concepções criadas no percurso de reflexões filosóficas construídas pelo autor Albert Camus e trata, de modo geral, da experiência de mal-estar diante da existência a qual emerge na relação do ser humano com o mundo. O absurdo aponta as contradições vividas pelo homem diante da realidade que o cerca (PIMENTA, 2018).

sua época. O autor argelino não constrói em seus trabalhos um universo soberano ou autossuficiente, mas usa sua criatividade para escrever em suas obras um mergulho no real e concreto que é viver (BARRETO, 1971).

É em 1956 que escreve seu romance *A Queda*. Idealizado inicialmente para ser um conto no livro *O Exílio e o Reino* (1957), ganha uma posição independente com maior espaço de expressão ao ser publicado como livro em 1956. De acordo com Pinto (2020) esse texto representa o auge das elaborações camusianas, produzindo – como resultado das reflexões de seus outros escritos – um exame sobre culpa e soberba diante da imagem da sociedade moderna do século XX. No texto de apresentação da edição original de *A Queda* Camus coloca em palavras um panorama geral de sua obra recém lançada:

O homem que fala em *A queda* se lança numa confissão calculada. Refugiado em Amsterdã, numa cidade de canais e luz fria onde se faz de eremita ou profeta, esse ex-advogado espera num bar de reputação duvidosa por ouvintes complacentes. Ele tem um coração moderno, o que quer dizer que não suporta ser julgado. Ele se encarrega, portanto, de conduzir seu próprio processo, mas para melhor julgar os outros. E termina por estender aos outros o espelho no qual se mira. Onde começa a confissão, ou a acusação? Aquele que fala neste livro conduz um processo contra si mesmo ou contra seu tempo? Trata-se de um caso particular ou de um homem de nossos dias? De todo modo, uma única verdade nesse estudado jogo de espelhos: a dor e aquilo que ela promete (PINTO, 2020, p. 26).

Estruturado como um diálogo, mas muito semelhante à dinâmica de um monólogo, pois o interlocutor do protagonista, o ex-advogado Clamence, nunca fala ou aparece no texto. Camus cria o título de “juiz-penitente” para seu personagem dotando-o de um humor ácido que aponta uma ambiguidade sobre se as críticas tecidas por Clamence são sobre ele mesmo ou sobre o próprio leitor. Santos (2009) fala sobre *A Queda* como uma investigação da natureza humana banhada de ironia, abordando a ambivalência do caráter e das relações interpessoais.

Em 1957, Camus ganhou o prêmio Nobel de Literatura e construiu um discurso em agradecimento à academia sueca apresentado em Estocolmo no dia 10 de dezembro (BARRETO, 1971). Nele, falou sobre o papel do escritor e a conexão que esse inevitavelmente tem com o mundo e com o sofrimento que nele existe. Em um trecho de sua fala aponta especificamente como entende o papel do escritor dentro da arte de seu ofício:

O papel do escritor, ao mesmo tempo, não está separado dos deveres difíceis. Por definição, ele não pode se colocar, hoje, a serviço daqueles que fazem a história: ele está a serviço daqueles que a sofrem. Do contrário, eis que estará só e privado de sua arte. Todos os exércitos da tirania, com seus milhões de homens, não o libertarão da solidão, mesmo e sobretudo se ele concorda em caminhar junto deles. Mas o silêncio de um prisioneiro desconhecido, abandonado às humilhações no outro extremo do mundo, ao menos basta para retirar o escritor do exílio cada vez que ele consegue, em meio aos privilégios

da liberdade, não se esquecer desse silêncio e transmiti-lo, repercutindo-o por meio da arte⁸.

Três anos após seu discurso na Suécia, Albert Camus falece quando voltava para Paris em uma viagem de carro, juntamente com mais três pessoas, no dia 4 de janeiro de 1960. O automóvel é envolvido em um acidente e o escritor franco-argelino morre na hora. Ele hoje está sepultado no cemitério de Lourmarin, Provença-Alpes-Costa Azul, na França.

Diante do exposto, pensando a questão das condições de produção no processo de análise, se faz importante marcar como ponto de destaque o lugar da escrita das reflexões filosóficas camusianas ter sido pautado a todo momento em um discurso diretamente atravessado pela via artística, durante as diferentes etapas da vida do autor. Assim, Camus evidencia a ligação da arte na qualidade de um recurso para elaboração das demandas sociais vividas ao insistir no artístico como produtor de arcação simbólico ao funcionar como um mecanismo mediador da relação linguagem-pensamento-mundo.

A trajetória das condições de produção da escrita camusiana compôs ainda uma noção da função do artista enquanto um compromisso social com lugar dos que sofrem, lançando luz aos espaços e posições dos sujeitos desprivilegiados ao estarem sentenciados pelo “juízo” das condições de dominâncias discursivas. Camus fez, assim, do ofício do artista uma prática promotora – e provocadora – de libertação, abrindo margem também para uma leitura da arte no tocante a um dispositivo fomentador de resistências - no que tange a noção pecheutiana do termo.

2.4 As condições de produção da leitura do discurso camusiano: escuta discursiva, teoria e as noções-chave

Na subseção anterior, tratei sobre as condições de produção de um discurso. Agora chamo atenção para as circunstâncias de sua leitura: como se lê um discurso? Como se compreende os efeitos dos sentidos ali inscritos? O trabalho do analista é sobre compreender? Penso que falar sobre leitura é trazer em pauta – necessariamente - uma fala sobre interpretação. Pela sua relação indissociável com o simbólico o ser humano não é capaz de evitar a interpretação. Não lhe é possível uma indiferença mesmo quando ele nem percebe que está interpretando (ORLANDI, 2001).

Orlandi (2020) atenta para o interpretar como uma atividade também regida por condições de produção específicas, como produto da história atravessada pela ideologia.

⁸ Discurso de Albert Camus no prêmio Nobel. Disponível em: <https://blogdo.yurivieira.com/2009/06/discurso-albert-camus/>.

Discutir sobre condições de produção da leitura é evocar a escuta do analista. Refletir sobre o dispositivo da AD é tocar diretamente no lugar de sua função. Orlandi (2020, p. 57) questiona o trabalho de escuta do analista no trecho:

Que escuta ele deve estabelecer para ouvir para lá das evidências e compreender, acolhendo, a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, fazendo espaço para o possível, a singularidade, a ruptura, a resistência?

Ainda com Orlandi (2020), a função do analista passa pela noção do exercício de construir um dispositivo de interpretação. É partindo da concepção que a AD é um trabalho realizado pela linguagem que o analista atenta a sua relação fundante com os sentidos, logo com a interpretação, abrindo sempre espaço para o equívoco. Nessa dinâmica, os sentidos não oferecem completude ou sustentam evidências, mas presentificam a ausência e os sentidos do não-sentido (ORLANDI, 2001).

Escutar o discurso, desse modo, é evocar o que o sujeito diz e também o que ele não diz, mas constrói sentido em seu dizer (ORLANDI, 2020). Pêcheux (2011) aponta que a AD se especifica em sua relação com língua e constrói sua posição epistemológica partindo da concepção de língua enquanto avessa a um reducionismo sistematizado ou um funcionamento fisiológico, mas como um espaço de contradição. O autor considera como essencial a questão do sujeito enunciativo, sua expressão na fala, na escrita, na escuta e na leitura. A AD não se conforma “com a concepção do sujeito epistêmico, ‘mestre de sua morada’ e estrategista nos seus atos (salvo, nas coerções biossociológicas); ela supõe a divisão do sujeito como marca de sua inscrição no campo do simbólico” (PÊCHEUX, 2020, p. 103).

Ainda com Pêcheux (2020), a posição de trabalho da AD é trazida a partir de diversas práticas como filosofia, a história, a sociologia e a linguística, atentando ao não reducionismo do dispositivo a uma “ciência da interpretação”, mas – novamente – a um lugar de entre meio nesse percurso. A escuta que um analista pode produzir parte da atenção aos efeitos de troca que alcançam os enunciados e sua relação com a exterioridade. A construção do dispositivo analítico diz de uma escuta dos gestos de interpretação realizados pelo sujeito produzidos através de seus processos de identificação, os quais são pronunciados por suas filiações de sentidos. O analista descreve a relação do sujeito com sua memória (ORLANDI, 2020).

A interpretação, assim, faz parte do objeto de análise e auxilia o analista a transpor o mito da transparência da linguagem, alterando-se a sua posição de leitor para o lugar de analista. Lugar esse despido da ilusão de neutralidade que se rasga na metáfora, na falha, na materialidade. O trabalho discursivo é o trabalho da ideologia. O reconhecimento da alteridade

do cientista diante de seu ofício produz outras leituras por meio do exercício de investigação dos movimentos interpretativos realizados por seu objeto simbólico. O trabalho do analista é o da mediação teórica (ORLANDI, 2020).

Essa atividade de mediação atesta uma distância entre a realidade que marca o espaço material e a maneira de apreensão desta. Em toda experiência discursiva as condições de produção irão atuar nessa fenda que serve de morada para o que Pêcheux ([1969] 2014) irá chamar de formações imaginárias (FRANÇA; GRIGOLETTO, 2018). Contudo, aquilo que se forma diante da experiência de vazio, diante do real da linguagem está longe de alcançar preenchê-lo. O imaginário aqui se faz recortado sob o lugar que o sujeito imagina sobre si e o lugar que imagina sobre o outro, ambos projetados no discurso. A representação imaginária ocupa lugares presentes, mas modificados (PÊCHEUX, [1969] 2014).

Portanto, a discussão sobre formações imaginárias também é uma discussão sobre representação, e são essas representações que funcionam no processo discursivo. Interrogar-se sobre a relação imaginária constituída por diferentes sujeitos e pelos lugares ocupados na estrutura social, é perguntar ao discurso sobre suas posições: a posição do sujeito enunciador, a posição do outro, a posição do referente (FRANÇA; GRIGOLETTO, 2018). Aqui são consideradas as relações de força, as relações de sentidos e antecipação realizada pelo sujeito quando ocupa o lugar de ouvinte na produção do discurso, aspectos próprios do funcionamento das formações imaginárias (SILVA SOBRINHO, 2019).

As relações de antecipação trazem ao processo discursivo a experiência do sujeito, dito orador, imaginando-se no lugar de quem ouve seu discurso. Dessa forma, ele se antecipa ao seu ouvinte imaginando o sentido que suas palavras irão produzir, alterando, por isso, seus fluxos argumentativos de acordo com o efeito que idealiza ter produzido em seu interlocutor. A noção de relações de forças assinala que o lugar pelo qual o sujeito fala constitui também o seu dizer. Suas palavras significam de modo diferente de acordo com seu lugar - hierárquico - dentro da conjuntura de seu processo discursivo (ORLANDI, 2020).

Essas diferentes formas de produção de sentido estão a todo momento atadas a outros sentidos, no esforço de compor relações, pois não existe um discurso que não esteja enredado a um outro. Assim, as formações imaginárias são geradas por esse emaranhado de relações – de sentidos, de antecipação e força - as quais marcam o registro de ordem não física atrelado ao sujeito e seus lugares empíricos no discurso. Orlandi (2020, p. 38) discorre a respeito:

Em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva). O que significa no discurso são essas posições. E elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito). As condições de produção implicam

o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. (...) É, pois, todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras.

São essas imagens que ao compor as projeções imaginárias atravessam um movimento que faz ser possível alocar no discurso as situações empíricas - lugares - como posições do sujeito no processo discursivo (ORLANDI, 2020).

Desse modo, na relação discursiva, não é o dizer em si mesmo que aponta sentidos, muito menos as “intenções” do sujeito, mas sim a referência às suas condições de produção, a relação mantida com a memória e as formações discursivas a que ele se endereça. Formações essas que, por sua vez, são constituídas pelas posições ideológicas colocadas em jogo nesse processo. A noção de formações discursivas foi idealizada em 1969 – fora do campo da AD – por Michel Foucault em sua jornada pela arqueologia dos sistemas de conhecimento. Pêcheux trabalha esse termo acerca do esforço em construir uma noção que remetesse a componentes atrelados a formações ideológicas no tocante a sua existência material em um dado discurso (COURTINE, 2021). Na concepção pecheutiana, as formações ideológicas:

Comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de um relatório, de um programa, etc.), a partir de uma dada posição em uma conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita em uma relação de classes. Diremos, então, que toda formação discursiva deriva de *condições de produção* específicas, identificáveis a partir do que acabamos de designar (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2014, p. 164).

É através da formação discursiva que se faz possível apreender, no funcionamento discursivo, os diversos sentidos existentes a partir das diferentes posições ideológicas atreladas às respectivas condições de produção. Orlandi (2020) aponta que o sentido não existe em si, mas é estabelecido pelas posições ideológicas pautadas no processo sócio-histórico pelo qual as palavras são construídas. As formações discursivas podem ser, assim, definidas como “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2020, p. 41). Elas representam, no discurso, as formações ideológicas, marcando o sentido como ideologicamente determinado não pela natureza das palavras, mas pela discursividade.

Assim, as formações discursivas podem ser entendidas como regiões do discurso as quais não contemplam um caráter homogêneo, elas se constituem pela contradição, sendo atravessadas por uma heterogeneidade que muitas vezes borra suas fronteiras constantemente

reconfiguradas em suas próprias relações (ORLANDI, 2020). É a alusão à formação discursiva que, no funcionamento discursivo, constrói sentidos. O funcionar de um discurso permite a interpretação não apenas de seus possíveis sentidos, mas também dos modos de dizê-los.

A vista disso, os modos de dizer figuram enquanto um movimento que se volta ao exercício de compreender os imaginários em jogo nesse processo observando, de modo particular, o jogo de projeções que caracteriza uma formação imaginária enquanto terreno sobre o qual se constrói o discurso em um exercício de (re)conhecimento, de exposição desses imaginários que atravessa de forma constitutiva os modos de olhar o objeto e sustentam as várias formas de nomeá-lo (DE NARDI; SOUZA, 2020). Por estarem inscritas nas relações ideológicas, essas formas de nomeação abrem espaço para a produção da estrutura que organiza os saberes reguladores, os quais arranjam-se dentro das formações discursivas explicitando sua relação com a exterioridade.

Faz-se importante marcar que o sujeito do discurso não alcança a origem de seu dizer. A produção de seus enunciados, sempre (re)atualizados no momento em que ele os enuncia, são subordinados a sua memória discursiva. Assim, os sentidos buscam seu lugar partindo da história passada que os atravessa, mas também de restos de esquecimento que fazem eco na maneira de dizer vocalizada no presente. Esses restos figuram enquanto pegadas de um passado que dentro do corpus disputam interpretações (SOUZA, 2021). O exercício da nomeação constrói, de forma simultânea, um objeto de referência.

Nesse processo, os nomes trabalham enquanto um efeito dos gestos de interpretação fazendo relação com a estabilização das relações de referência:

Os nomes nos importam porque os concebemos como unidades da língua e, como tais, eles abrigam contradições ideológicas por se inscreverem em relações ideológicas de classes (PÊCHEUX, [1975] 2009). Essa inscrição, para Pêcheux (Ibidem), é uma condição para que as palavras signifiquem. Não que existam línguas diferentes para representar distintos posicionamentos, e, sim, porque as línguas funcionam como base comum para diversos processos discursivos. Ele afirma que ‘Às vezes, com a mesma palavra, somos conduzidos a diferentes direções de sentido segundo a natureza dos interesses ideológicos em jogo’ (Ibidem, p. 24). Essa é uma afirmação de Pêcheux (Ibidem) que dá ênfase à polissemia dependente dos jogos ideológicos que se engendram em redes específicas de discursos (SOUZA, 2021, p. 98).

A atividade da palavra dentro de espaços de jogos ideológicos nos lança o olhar para movimentos de interdição restritos a nomeações específicas. Isso acontece por elas trazerem consigo a representação de dinâmicas subversivas ao discurso hegemônico, as quais, ainda que transformadas no presente, sofrem silenciamentos ou modificações (SOUZA, 2021). Sendo

assim, não há palavras, expressões e enunciados envolvidos em processos discursivos que sejam alheias ao que já foi pensado e formulado anteriormente.

Diante do exposto, a presente análise propõe-se a investigar os modos de dizer o suicídio na obra *A Queda* de Albert Camus no tocante as redes de construções simbólicas atravessadas pelo tema. Procura-se, assim, compreender as formas de se dizer o termo suicídio que se constroem sobre a escrita de Camus no tocante aos possíveis lugares que os efeitos de sentido dessa noção ocupam no conjunto da obra. Desse modo, a próxima seção trata do contato com o dispositivo de análise, partindo de um rastreamento da palavra suicídio na obra *A Queda*, buscando observar a repetição do significante que se “abre” como metáfora, mas também dos processos parafrásticos e polissêmicos que se desenvolvem no trabalho de dar corpo a essa noção, apontando para suas recorrências e deslizamentos de sentido.

3 DISCURSO(S) SOBRE O SUICÍDIO: OUVINDO A LITERATURA DE CAMUS

A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar. Isso, que é a contribuição da análise de discurso, nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem. (ORLANDI, 2020, p.7-8).

As linhas a seguir conduzem a atenção para uma proposta de escuta da análise construída a partir do referido *corpus*, o texto camusiano *A Queda*. Aqui, não objetivo esgotamento ou completude diante do meu objeto acerca do *corpus* escolhido. Se faz ilusório abordar o discurso como esgotado em si mesmo, diferente disso ele se movimenta como um contínuo processo no qual é possível traçar e analisar diferentes cenários (ORLANDI, 2020). Como discutido na seção anterior, a própria noção de discurso marca seu apontamento para dizeres precedentes.

Desse modo, o intuito dessas linhas é trabalhar na direção dos objetivos da análise e de sua temática, avançando no intuito de investigar os modos de dizer o suicídio na obra *A queda*, no tocante às redes de construções simbólicas atravessadas pelo tema, lançando uma atenção especial aos pontos de (des)estabilização das redes simbólicas que atravessam os modos dizer o suicídio nessa obra e os efeitos de sentido acerca de sua compreensão.

A constituição do *corpus* é por si mesma uma decisão estreitamente relacionada ao início do caminhar analítico. Caminhar esse que diz de um esforço no viés de um passear entre uma superfície linguística e a demarcação do objeto discursivo em questão. Uma manobra que presentifica uma atividade inicial de análise ao sinalizar um tratamento diante do *corpus*. Questionar o que foi dito, como se disse, quem disse e em quais circunstâncias desvela marcas do sujeito, um rastro a ser observado (ORLANDI, 2020).

Essa trilha recolhe pistas sobre o modo como o discurso se textualiza direcionando o olhar do analista sobre o fio que liga as formações imaginárias produzidas e suas relações de sentido. O aparente domínio da enunciação constrói a falsa sensação de que um dizer só pode ser enunciado de uma única maneira destituído de sua memória e materialidade linguística. Assim, é possível debruçar-se sobre o modo de funcionamento do discurso, sua corrente relação com o imaginário e com os efeitos de sentido produzidos.

O deslocamento do sujeito e suas posições face a esses efeitos configura um exercício de apreensão no tocante às produções do dispositivo analítico. Direciona-se assim o olhar para o modo de construção, a estruturação, o modo de circulação e os diferentes gestos de leitura que compõem os sentidos da superfície linguística a ser analisada. Conforme Orlandi (2020, p. 64), o que a análise do discurso intenciona é “compreender como um objeto simbólico produz

sentidos”. Desse modo, na presente seção, traço inicialmente considerações sobre a atividade da análise enquanto um processo de escuta seguindo posteriormente o olhar para a análise dos modos de dizer o suicídio na literatura camusiana de *A Queda*.

Em sua teoria, Saussure destaca que é a partir do ponto de vista que um objeto é criado (SAUSSURE, 2006). É pela releitura pecheutiana, na qual a estrutura é vista em uma primazia sobre seu conteúdo, que foi possível o esboço de uma escuta diferente da própria corrente estruturalista, ouvindo entre toda sua movimentação um objeto e seus dizeres, o discurso. Aqui entendido por esse autor por meio de seus efeitos de linguagem, sua materialidade linguística, histórica e inconsciente (PÊCHEUX, 2011a). É em seu contato com Althusser e sua leitura psicanalítica que Pêcheux inicia um estranhamento sobre o escutar e, à vista disso, sobre o que falar e calar (PATTI; ABRAHÃO E SOUZA; GARCIA, 2017).

Devota sua atenção sobre as intrigas de um “querer dizer” e sua traição diante de uma intencionalidade no falar. É partindo de Freud – e posteriormente de Lacan - que Michel Pêcheux instaura uma desconfiança perene que atravessa a escuta-análise do discurso. Esse desconfiar abre um fosso para o que Malidier (2003, p. 18) vai nomear como “a profundidade assinalável de um duplo fundo, o ‘querer dizer’ do discurso do inconsciente - esse duplo fundo de que a Linguística moderna, nos mecanismos de linguagem, pensa os efeitos e as condições formais. É esse escutar desconfiado que suspeita não só das palavras, mas daquilo que a escuta constrói como uma alteridade infiel ao discurso e a seus efeitos de sentidos.

É a partir dessa infidelidade que a opacidade da língua passa a ser nítida, confessando outros sentidos dentro da cadeia de dizeres da discursividade. Assumir essa traição instala um perene questionar na análise do discurso teorizada por Michel Pêcheux colocando-a também enquanto um escutar. Uma escuta atenta ao estranhamento do já naturalizado, possibilitando a existência de um processo de resignificação de sentidos. Sentidos esses atrelados não apenas ao objeto do discurso em questão, mas ao fazer ciência: “que a ciência fale, enuncie seu objeto, mas também que isso não baste e que ela também ‘se ouça falar’” (PÊCHEUX, 2011a, p.49).

Esse escutar ainda incorpora o lugar ocupado por quem escuta esse dizer, atrelando uma mudança de sentido ao discurso e ao seu estilo seja de aceitabilidade, rejeição, dúvida, etc, trazendo atenção para contradições e equívocos no discurso daquele que enuncia, fazendo díade com a experiência da polissemia vivida por esse escutar (PATTI; ABRAHÃO E SOUZA; GARCIA, 2017). Freud ([1937] 2017) levanta uma comparação entre o ofício da escuta e o trabalho de um arqueólogo. Ele afirma que as condições de trabalho da escuta psicanalítica e da arqueologia são análogas. Segundo ele, a tarefa desse escutar se coloca em um exercício

sobre construir o “esquecido” assim como um arqueólogo se utiliza das escavações para (re)construir o passado.

Freud ([1937] 2017) aponta que esses ofícios se aproximam largamente quando se pensa a respeito de ambas as funções enquanto uma atividade de (re)construção. No entanto, ele também marca pontos de afastamento. Aponta que o trabalho de escuta do psicanalista – diferentemente do arqueólogo - ao se ocupar de um objeto vivo usufrui de uma fonte contínua de informações trazendo uma vantagem ao trabalho de reconstrução.

O seu trabalho de construção, ou, se preferirmos, de reconstrução, mostra uma ampla coincidência com o do arqueólogo, que escava uma moradia destruída e soterrada ou uma construção do passado. Na verdade, o trabalho aí é idêntico, apenas o analista trabalha sob condições melhores, dispõe de mais material de apoio, porque ainda se ocupa de algo vivo, e não com um objeto destruído, e talvez ainda por outro motivo. Mas assim como o arqueólogo constrói as paredes de um prédio a partir dos resquícios de parede ainda existentes, determina a quantidade e a posição de colunas a partir de depressões no solo, reconstitui os antigos ornamentos e pinturas de parede a partir de restos encontrados nos escombros, o analista procede da mesma forma quando tira as suas conclusões a partir de fragmentos de lembranças, associações e declarações ativas do analisando (FREUD, [1937] 2017, p. 367-368).

É possível pensar em uma terceira margem para o curso desse rio de analogias ao traçar aproximações com o ofício do analista do discurso. Este ao executar o movimento de análise também está imerso em um material atravessado por um pré-construído e sempre em transformação, carregando em si processos discursivos de outrora.

O discurso por sua vez se faz distante de uma estrutura física como os escombros e ruínas analisadas pelos arqueólogos, sua concretude se encontra através de sua materialidade viva e pulsante. É possível pensar em aproximações com o trabalho do psicanalista ao se investigar fragmentos ou recortes do que é dito, construir associações mediante declarações ouvidas pelo discurso. Entretanto, aqui também encontro pontos de afastamento. Diferente do arqueólogo e do psicanalista – ao menos o freudiano - o trabalho do analista do discurso não compete uma conclusão interpretativa a respeito do passado de um discurso.

(Re)construir um processo discursivo não diz de uma conclusão sobre o que se foi, mas de uma abertura-questionamento sobre como os discursos anteriores se fazem também presentes na (trans)formação discursiva a ser analisada. É muito antes um questionar a um explicar. Aqui, voltando ao ofício do arqueólogo, Freud ([1937] 2017) também reflete sobre a escavação arqueológica lidar com objetos destruídos cujas partes para sempre perdidas foram corroídas por ações da natureza ou intervenções de terceiros. Independentemente do esforço essas partes não mais serão encontradas, restando ao arqueólogo o papel de uma reconstrução

que de modo geral – com exceção de casos como a cidade de Pompéia ou a tumba de Tutancâmon - se fundamenta em conhecimentos da probabilidade estatística.

A situação é diferente quando se coloca um objeto psíquico ou discursivo. O que foi esquecido paradoxalmente também se faz preservado à revelia das vontades do sujeito. Pêcheux (2009) reflete sobre o sujeito do discurso e seu empenho em determinar sentidos, fazendo uso de uma espécie de controle de sua enunciação e escuta, movimento esse que de modo subversivo escorre pelos poros das palavras pertencentes a um sistema linguageiro furado que deixa atravessar muito mais do que se pretende transmitir. Ainda, como diria Pêcheux (2009), porque a língua(gem) serve para comunicar e não comunicar ela materializa também um encontro com a singularidade.

É no esforço de uma “travessia” de sentidos que a história de cada sujeito o atravessa de uma forma singular, irreversível e irreproduzível, corporificando-se em sua leitura e consequente interpretação de sentidos, igualmente única. Diante dessa conjuntura Freud ([1937] 2017, p. 370) dispõe de uma interrogação sobre as garantias envolvidas no trabalho de (re)construção: “E é aí que surge, em primeiro lugar, a pergunta: que garantias temos durante o nosso trabalho nas construções de que não seguiremos por caminhos errados, colocando em risco o sucesso do tratamento, caso defendamos uma construção incorreta?”. Aqui, traçando aproximações da escuta com o dispositivo da AD, manejado por um analista que também é sujeito, levanto como questão: que garantias se possui de que os caminhos escolhidos no processo de análise irão engajar uma leitura das posições do objeto discursivo em questão diante da discursividade?

Pêcheux (2011b) fala sobre o lugar de abertura no qual os fundamentos da AD se encontram ao colocarem em xeque a transparência da língua. Desse modo, a AD se distancia da arqueologia por não ter como objetivo uma reconstrução precisa do que determinado objeto de pesquisa foi, mas justamente ouvir que lugares e posições foram marcadas em sua história e re-construídos de forma diferente no discurso que se apresenta diante do analista. Admitir a necessidade desse caminhar é colocar os esforços no tocar de um processo, entendendo que, assim como para o psicanalista, a reconstrução e a escuta do que foi vivido anteriormente pelo discurso é apenas o início do trabalho e não o seu objetivo. Colocar em xeque a transparência da língua é também não se satisfazer com uma “simples” reconstrução de fatos, mas sim assinalar que a exterioridade constitui e é constituída pela língua em um movimento pulsante de produção de real-idade.

3.1 Ouvindo a literatura de Camus: modos de dizer o suicídio

Há outras evidências. Devo repetir que elas não são interessantes em si mesmas, mas pelas consequências que delas se podem extrair. Conheço outra evidência: ela me diz que o homem é mortal. Porém contam-se nos dedos os espíritos que extraíram disto as conclusões extremas. É preciso considerar como uma referência perpétua, neste ensaio, a defasagem constante entre o que imaginamos saber e o que realmente sabemos, a aceitação prática e a ignorância simulada que faz com que vivamos com ideias que, se as sentíssemos de verdade, deveriam transtornar toda nossa vida (CAMUS, 2020a, p. 40).

A partir desse ponto escutamos os ecos que produzem os modos de dizer o suicídio na literatura de Camus presentes nas sequências discursivas recortadas a partir do *corpus*. Entendo as diversas formas de nomeação sustentadas por esses processos discursivos como o ponto principal do presente trabalho, trazendo a seguir movimentos analíticos que escutem as disposições das formulações discursivas no esforço da utilização do dispositivo da AD, o qual parte da teorização da defrontação da língua com sua exterioridade em uma vinculação entre língua-discurso (ORLANDI, 2006).

Para Pêcheux ([1969] 2014) essa vinculação transborda a noção da língua enquanto instrumento de comunicação, de transmissão de informação, retirando o sistema languageiro do lugar de mensagem e trazendo o estatuto do discurso, de uma negociação entre efeitos de sentidos. A noção da língua, no início da trajetória dos estudos linguísticos, tem a figura do signo saussuriano como unidade dentro de um sistema que seria a língua, em sua visão estrutural. Composto por duas partes, o significante enquanto um material acústico e o significado como sua parcela conceitual, o signo concatena arbitrariamente dois lados ligados pelas convenções sociais estabelecidas entre os falantes (SAUSSURE, 2006).

Essa relação de interdependência entre significante e significado coloca a língua(gem) como obediente a uma função representacional, na qual cada significante possuiria um significado que lhe seria próprio. Lacan (1998), no entanto, questiona a redução da língua(gem) ao lugar da representação, construindo assim uma releitura do signo saussuriano, barrando a proposta de uma interdependência ao plantar a existência de um deslocamento e alternância de sentidos na língua(gem), e demarcando, então, que o significante não se vincula ao sentido de forma unívoca. À vista disso, ao invés da língua(gem) apenas representar, ela passa a produzir diferentes possibilidades de combinação entre os significantes: “É o mundo das palavras que cria o mundo das coisas” (LACAN, 1998, p. 277).

Dessa forma, a teoria lacaniana demarca uso da lingua(gem) como produtor de dizeres que vão mais além e mais aquém do que o intencionado, servindo, assim, para comunicar e não comunicar (PÊCHEUX, 2009). Isto posto, o significante lacaniano, desde o início das primeiras vocalizações humanas, é lido como uma imagem acústica⁹ cujo significado é desenhado por um Outro que o escutou e o interpretou enquanto demanda. Dito de outra forma: os primeiros sons proferidos pelo bebê são lidos na qualidade de “significante do sujeito que representa o significado do sujeito para o outro” (FINGERMANN, 2007, p. 26).

Lacan (1985) aponta que o mundo humano não se traduz apenas em significações, mas obedece à ordem do significante, o qual ocupa um lugar de mediador fundamental. Essa ordem possui um funcionamento e autonomia próprios, o que, a partir da releitura Lacaniana de Saussure, pode ser assimilado quando se separam os trabalhos do significante e do significado. O significante se assemelha a um guia ditando uma articulação, uma sintaxe:

(...) o significante, por sua natureza, sempre se antecipa ao sentido, desdobrando como que adiante dele sua dimensão. (...) Donde se pode dizer que é na cadeia do significante que o sentido insiste, mas que nenhum dos elementos da cadeia consiste na significação de que ele é capaz nesse momento. Impõe-se, portanto, a noção de um deslizamento incessante do significado sob o significante. (LACAN, 1985, p. 505-506)

O significante em si não diz, ele apenas se articula e se combina para evocar sentido. A tentativa de “representar” o significante através do significado é - sempre - insuficiente, instaurando uma busca, um apontamento para uma próxima representação mais satisfatória. A representação é metonímica, não se iguala à coisa (LACAN, 1976). Ou seja, o som das primeiras vocalizações não é a coisa. É uma parte dela, uma possibilidade de. O significante só é determinado por sua relação com outro significante:

Pois o que define um significante é o fato de ele representar um sujeito não para outro sujeito, mas para outro significante. Essa é a única definição possível do significante enquanto algo diferente do signo. O signo é algo que representa alguma coisa para alguém, mas para o significante é algo que representa um sujeito para outro significante (LACAN, 1976, p. 206).

De maneira diferente da noção do significante saussuriano em seu método estrutural, cujo o sistema de signos composto por significantes atrelados a significados operaria relações

⁹ Na tentativa de construir mais uma maneira de explicação da noção de significante na teoria lacaniana, trago um trecho do texto da música *Terapia* da banda Baiana System: *Ei amor, há muito tempo que eu queria lhe falar Você não sabe o que eu queria lhe dizer: I love you, I live you, I love you, I live you. Alívio, alívio* O texto da música joga com a imagem acústica das sentenças ‘I live you’ e ‘Alívio’ as quais, em sua dimensão significante, imitam o jogo fônico de seus sons ampliando associações entre som e sentido. O significante em si, não detém a significação. O sentido é construído na relação com cada jogo semântico das sentenças em questão, enredando, assim, o significante em uma multiplicidade de dizeres (LACAN, 1998; MARIANI, 2004).

com outros signos, Lacan, ao colocar o inconsciente enquanto função simbólica, estrutura uma cadeia ligada não pelo significado, mas pelos significantes.

Essa primazia, diante da impossibilidade do significante significar a si mesmo, instaura a concatenação dos significantes como determinante sobre os efeitos de significado e de significação. A ideia de um curso de deslocamento em cadeia nasce da urgência de se estabelecer uma relação. Por si só um significante nada diz, mas quando se articulam em rede por meio de recursos como a metáfora e metonímia, produzem um mecanismo que, ao visar a representação do significado, constrói sentido.

Dessa forma, escutar a língua(gem) como uma instância para além do lugar de uma ferramenta, de um meio de comunicação, de uma ilusão de uma experiência de compreensão diante de um sujeito que, ao achar que se comunica, se expressa e se confunde em seus mal-entendidos. A linguagem se faz, assim, “condição do inconsciente, pois é a condição do humano” (FINGERMANN, 2007, p. 25). Pêcheux (2009), em sua leitura da teoria Lacaniana, aponta os significantes como diferentes de peças em um jogo simbólico que os definiria, mas como aquilo que não se coloca enquanto preso a um sentido. Ele afirma que não existe uma naturalidade do significante e aponta: “não há naturalidade do significante; o que cai, enquanto significante verbal, no domínio do inconsciente está ‘sempre-já’ desligado de uma formação discursiva que lhe fornece seu sentido, a ser perdido no *non-sens* do significante” (PÊCHEUX, 2009, p. 164-165).

Atentar-se aos efeitos de sentido que, apoiados no significante, constituem os processos de nomeação é também olhar os arranjos discursivos que se formam sobre a palavra. É a partir do significante que se constrói uma compreensão sobre os modos de dizer. Ou seja, é naquilo em que o significante faz laço, e - somente assim - cria uma possibilidade de significação, que se coloca enquanto modo de dizer a construção do que em torno do significante lhe dá fronteira, fazendo-lhe borda. Pêcheux (2009) destaca os nomes enquanto unidades da língua, ressaltando a inscrição das contradições ideológicas e, conseqüentemente, sua conjuntura de significação. Dessa forma, uma mesma palavra sustenta diferentes direções de sentido em uma voz polissêmica que responde a um cenário ideológico materializado no discurso.

Assim, escutar as palavras que constituem os diversos modos de dizer sobre um objeto é sentir o movimento de representação de determinados posicionamentos que, em um dado momento, conseguem servir - ou não - ao discurso hegemônico, podendo, diante disso, serem silenciados ou substituídos (SOUZA, 2021). À vista disso, trabalhar os processos de nomeação é produzir, partindo de um objeto de referência, movimentos gestuais de interpretação (SOUZA, 2021). Assim sendo, os nomes atuam na cena discursiva como um produto dessa

gestualidade que, dentro do discurso, aponta para maneiras de (d)estabilização das redes construídas pelas relações de referência.

Dito de outra forma: os sentidos que se escolhe silenciar e/ou iluminar apenas confirmam que o uso de uma mesma palavra funciona como uma base compartilhada por vários processos discursivos. Esse uso conduz o sentido a diferentes direções de acordo com as propensões ideológicas em pauta (PÊCHEUX, 2009). Sendo assim, o caráter polissêmico dialoga diretamente com as formações ideológicas vigentes costurando nas redes de construções simbólicas especificidades no movimento da palavra cujo tom, em determinado momento histórico, estimula ou interdita algumas formas de nomeações em dissonância com o discurso hegemônico vigente (SOUZA, 2021).

Pêcheux (2009) insiste na importância de se investigar enunciados, palavras e/ou expressões advindas de outros funcionamentos discursivos no intuito de analisar seu efeito linguístico recorrente a um sistema ou a uma dinâmica singular. O resultado dessa investigação deságua na escuta de que não existe qualquer representação no sistema linguageiro apartado de uma anterioridade pensada e formulada de forma independente. Dito isso, é com a escuta dos “ecos dos já-ditos que os sentidos das palavras se dão como evidentes, pelo efeito da ideologia sobre o simbólico, o efeito ideológico elementar” (SOUZA, 2021, p. 98-99).

São pelos modos de dizer, enquanto formas de denominação, que observamos marcações determinantes em um constante processo que é cravado de maneira fundante nos traços linguísticos onde as práticas discursivas, na ordem do discurso, vão-se conformando. A palavra suicídio surge da união entre *sui* (de si) e *caedes* (assassino) representando como possibilidade de sentido a ideia de um assassinato de si mesmo. Minois (2018, p. 213-214) aponta que o surgimento da própria expressão suicídio concretiza “um indicativo da evolução do pensamento e do aumento da frequência de debates sobre este assunto”. Na perspectiva ocidental, o termo foi primeiramente encontrado em tratados de teologia ingleses estruturando uma palavra que inspira uma representação da ocorrência de algo próximo a um homicídio do qual a vítima e o algoz seriam a mesma pessoa (BRUNHARI, 2017).

Ao dirigir o olhar para a história do termo suicídio, Minois (2018) aponta a morte voluntária como uma grande ausência dentro da historiografia sobre a morte. Ele indica como possibilidade de explicação para esse cenário a dificuldade dos historiadores em encontrar registros sobre esse modo de morrer por conta - sobretudo - de lacunas documentais. Os registros paroquiais desse óbito, diferentemente dos justificados por causas naturais, não existem. Na perspectiva judaico cristã, os suicidas não têm direito a sepultamento, pois a morte

voluntária era considerada crime. Os documentos que poderiam refletir esse contexto eram de cunho judicial, incompletos e pouco numerosos.

Dessa forma, não se podia estudar o suicídio com a mesma precisão das mortes provocadas por tuberculose ou advindas por pestes, reforçando lugares de silenciamento e incompreensão. Nesse cenário, o estudo realizado pelo sociólogo Émile Durkheim (1858-1917), publicado pela primeira vez em 1897, ganha um lugar de destaque pelo caráter abrangente e pioneiro de sua pesquisa cujo trabalho construiu apontamentos a respeito de regularidades e categorizações desse fenômeno, sendo largamente utilizado como base para discussões sobre o tema nas mais diversas áreas. Dito isso, uma clássica definição do suicídio é encontrada nessa obra: “Definitivamente diremos então: chama-se suicídio todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo praticado pela própria vítima, ato que a vítima sabia dever produzir esse resultado” (DURKHEIM, 2000, p.167).

Esse ato pelo qual se produz a própria morte monta um cenário que levanta como questão os vários níveis que podem estar postos na escolha pela morte voluntária. Quando se fala em suicídio, de fato, estaria-se falando de suicídios. De uma pluralização. Se faz importante marcar como imprescindível a não redução desse ato - que à primeira vista pode inspirar uma univocidade, pois é universalmente traduzido como a ação de finalizar a própria existência - a uma experiência homogênea e uniforme. A morte voluntária figura um tipo de óbito relacionado não apenas a questões demográficas, mas filosóficas, religiosas, morais, culturais sendo, ainda assim, singular e inconsciente (BRUNHARI, 2017).

O silêncio e as máscaras que vestiram - e ainda vestem - o contato com essa prática instalaram uma dinâmica de mal-estar em seu entorno (MINOIS, 2018). No esforço de escutar construções de sentido referentes ao suicídio direcionamos agora os ouvidos no tocante aos modos de dizer essa prática dentro da obra *A queda*, iniciando a leitura do *corpus*. O movimento de seleção das sequências discursivas (SD) compete ao analista a tarefa de separar, de escolher o que da situação discursiva na qual ele se debruça pode apontar não apenas para o lugar do objeto discursivo, mas para o funcionamento da linguagem materializada nas formulações discursivas. Um olhar atento à tensão da linguagem com aquilo que ela poderia ser (ORLANDI, 1984). Dito de outra forma: o discurso enquanto efeito de sentidos abre uma multiplicidade de processos determinantes para o funcionamento da linguagem, consistindo também em uma base para a significação.

Assim, (ar)risca algumas sequências discursivas em detrimento de outras é assumir que o discurso é um processo sem ultimos. A abrangência da análise dialoga com o inesgotável, reclamando pontos finais. O trabalho da análise é olhar para os estados do discurso, recortando

trechos do *corpus* a ser analisado no intuito de compor unidades discursivas que façam elo com a linguagem-situação. Desse modo, as sequências discursivas representam fragmentos da situação discursivas (ORLANDI, 1984).

Assim, ao entrar no processo discursivo, foram priorizados os recortes que, ao representarem uma unidade discursiva, ofereceram fragmentos do discurso associados a linguagem-e-situação: “um recorte é um fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p.14). Seguindo esse fio, foram inicialmente escolhidos um total de onze sequências do romance que tocaram de forma explícita conteúdos sobre morte, morrer e matar-se, ou ainda, reflexões sobre a continuação - ou não - de uma existência. No entanto, foram selecionadas as SD do discurso camusiano materializado no *corpus* do texto *A Queda* que tocaram de maneira mais direta o tema do suicídio, construindo assim movimentos de observação diante das relações existentes entre as superfícies linguísticas do processo discursivo em questão. Esse movimento representa um primeiro gesto de leitura do analista que constrói, ao se debruçar sobre o *corpus* empírico, um *corpus* discursivo (COURTINE, 2021).

Logo, com o intuito de compreender a maneira como um objeto simbólico produz sentidos diante do *corpus* em questão, diante dos fragmentos anteriormente recortados, foram selecionadas seis sequências discursivas, as quais durante a análise atingiram uma representatividade do tema no interior do *corpus* a serem trabalhadas a partir do dispositivo da AD. Seguem as sequências discursivas SD1 e SD2:

SD1

Julga-se morrer para punir a mulher e devolve-se a ela a liberdade. **É preferível nem ver isso.** Sem contar que nos arriscaríamos a ouvir as razões que dariam para o nosso gesto. No que me diz respeito, já consigo ouvi-los: “Matou-se porque não pôde suportar que...” Ah! Caro amigo, como os homens são pobres de inventiva! **Julgam sempre que nos suicidamos por uma razão. Mas podemos muito bem suicidar-nos por duas razões. Não, isso não lhes entra na cabeça.** (CAMUS, 2020b, p. 81, grifo meu)

SD2

Para que serve, então, morrer voluntariamente, sacrificar-se à ideia que se quer dar de si mesmo? Uma vez morto, eles se aproveitarão disso para atribuir ao gesto motivos idiotas ou vulgares. Os mártires, caro amigo, têm de escolher entre serem esquecidos, ridicularizados ou usados. **Quanto a ser compreendidos, isso, nunca.** (CAMUS, 2020b, p. 81, grifo meu)

Essas sequências discursivas trazem, simbolizando o primeiro eixo da análise, a representação do suicídio enquanto uma figura de difícil compreensão, alinhando-se a um lugar de enigma. Um enigma carrega como possibilidade de sentido a referência a algo atravessado por ambiguidades, que cruza aspectos distintos entre si, provocando uma heterogeneidade que

rasga coerências e acolhe também lacunas de sentido. À vista disso, em suas implicações se faz preciso levar em consideração um não saber como operador.

A SD1 aponta construções no tocante aos modos de dizer o suicídio enquanto um enigma diante da ausência de uma resposta que caracterize uma explicação para o ato. No trecho: “No que me diz respeito, já consigo ouvi-los: ‘Matou-se porque não pôde suportar que...’ Ah! Caro amigo, como os homens são pobres de inventiva! **Julgam sempre que nos suicidamos por uma razão. Mas podemos muito bem suicidar-nos por duas razões. Não, isso não lhes entra na cabeça.**” (CAMUS, 2020b, p. 81, grifo meu). Na referida sequência a escrita camusiana tece um olhar crítico, fazendo uso de uma construção sarcástica ao se adiantar às indagações possíveis diante de um suicídio. Aqui o discurso camusiano aparenta trazer o olhar do leitor para os esforços em elaborar a questão sobre que razão tornaria possível o ato suicida.

Chama a atenção ainda para as construções hipotéticas frente ao viés da causalidade reclamarem por uma unidade explicativa, configurando também um movimento de tentativa de controle do assunto através da urgência por uma resolução frente a morte voluntária. Na construção “**Não, isso não lhes entra na cabeça**” (CAMUS, 2020b, p. 81, grifo meu), o discurso camusiano alinha através de um recurso metafórico a recusa diante da complexidade de razões que giram em torno do fenômeno e os movimentos de ocultamento e omissão que gritam o embaraço presente em torno das maneiras de tratar essa prática ao deixá-la “fora da cabeça”, sobretudo no ocidente.

Um exemplo disso é refletido na forma como os dispositivos midiáticos, salvo raras exceções, escolhem emudecer as notícias e discussões a respeito. O chamado “efeito Werther” é uma clássica produção simbólica nesse sentido. Faz referência a um período relatado como um suicídio em massa, no qual diante da leitura da obra *Os Sofrimentos do Jovem Werther*, escrita por J. Goethe (1749-1832), no século XVIII, várias pessoas decidiram por encerrar suas vidas. Recebe como crédito uma espécie de suicídio “por contágio” e que inspira a não explanação a respeito de notícias sobre o tema para que o contato com o assunto não encoraje ou estimule a sua propagação.

Minois (2018, p. 334) defende que Goethe colocou em palavras afetos que anteriormente já construíam a realidade do século XVIII:

Werther não cria moda; é a expressão de um clima ao qual ele dá uma forma. Os debates sobre o suicídio tinham sensibilizado amplamente os círculos cultos desde meados do século. (...) Werther chega no momento em que as paixões sobre a legitimidade da morte voluntária estão se exacerbando. A história desse amor impossível entre um jovem e uma esposa casta que termina em um comovente suicídio representa a união plena da vaga e da vertigem das paixões

primordiais: o amor, a morte e a incomunicabilidade irremediável entre as pessoas. A sensualidade contida, a virtude, o destino implacável, a juventude e a morte: tudo que agitava as sensibilidades no final do Antigo Regime encontrava um coroamento e uma expressão poética e melancólica em Werther, cujas palavras a juventude europeia vai aprender como outros tinham aprendido as de Hamlet.

Acusar Goethe pelas mortes voluntárias dos jovens de sua época seria acusar toda a literatura. Minois (2018) ainda questiona a prática suicida de forma radical ao abordá-la como um movimento genuinamente humano. “O que existe de mais especificamente humano do que a morte voluntária?” (MINOIS, 2018, p. 3), indaga o autor. Essa reflexão coloca em xeque a cena de um horizonte romântico no qual haveria um mundo sem suicídios. Seria a morte autoinfligida, assim, uma manifestação humana que faz parte de diferentes sociedades, em diferentes épocas.

Safatle, Silva Junior e Dunker (2018), partindo de uma base durkheimiana, salientam não haver uma sociedade sem um certo nível de suicídio. Ele se caracterizaria como uma “imperfeição necessária”, estando distante de um lugar patológico. Cassorla (2021) fala sobre o suicídio para além da realidade do morrer, alertando o quanto todo ser humano apresenta uma potencialidade para procurá-la. A possibilidade da morte voluntária faz eco à ciência de que seria possível escolher a maneira e o momento da própria morte e conseqüentemente a forma de se viver a própria existência. Ao se estabelecer a noção de que a experiência do suicídio é uma prática que está “fora da cabeça”, logo fora da experiência humana, o poder do sujeito sobre suas próprias escolhas também se coloca ausente.

Destituir do sujeito o poder de decisão sobre a continuidade de sua própria vida provoca um efeito de sentido no tocante ao questionar sobre quem esse controle está em mãos. Pêcheux ([1975] 2009) coloca que os modos de se produzir sentido na língua são emaranhados à história. É ela quem desenha limites e demarca tensionamentos para a produção de significações pela estrutura sociocultural, despedaçando assim a ilusão da não existência de uma regulação do que se diz a partir de onde se diz. À vista disso, se faz interessante o exercício de observação sobre o modo como se experiencia enquanto coletividade as discussões sobre direito ao morrer enquanto atravessamento de vivências como a eutanásia e o suicídio assistido ainda hoje.

Dadalto (2019, p. 2) fala sobre a liberdade individual de morte ser utilizada por diferentes setores como uma justificativa para suas próprias perspectivas.

Um olhar para o passado nos mostra que a expressão morte digna era usada para legitimar muitos homicídios eugênicos no nazismo. Na contemporaneidade, organizações que defendem a eutanásia e o suicídio assistido usam o direito à morte digna como justificativa para sua causa. Em posição oposta, defensores dos cuidados paliativos apontam ser essa

abordagem a única capaz de propiciar a morte digna ao paciente em terminalidade da vida, posição referendada, inclusive, pela Igreja Católica.

Aqui podemos elaborar enquanto exemplos de setores instituições como as organizações religiosas, médicas, o aparelho estatal, os quais produzem efeitos de sentido diante da noção do que seria digno ou não em um contexto de morte para legitimar suas práticas e crenças no interesse alinhado também a uma mercantilização do direito de existir.

A suposta dignidade no morrer - e conseqüentemente no lugar do suicídio como possibilidade de morte - constrói tensão entre possibilidades de significação diante de um mesmo referente, produzindo um confronto de sentidos frente à possibilidade de escolha do sujeito sobre seu próprio fim. Dessa maneira, qualquer contenção a esse direito funciona também enquanto elo a uma máscara para dispositivos de controle corporificados em dinâmicas de paternalismo e a restrições à liberdade do sujeito (DADALTO, 2019).

Ainda no exercício de análise da SD1, no trecho inicial escrito por Camus “Julga-se morrer para punir a mulher e devolve-se a ela a liberdade. **É preferível nem ver isso**” (CAMUS, 2020b, p. 81, grifo meu). É possível escutar o lugar da morte voluntária enquanto um castigo para os vivos, porém, em certa medida, no mesmo trecho Camus parece explicitar um desacordo entre a intenção de quem morre juntamente ao impacto desse morrer para quem fica. O intuito de castigar não visaria agraciá-la com uma experiência de liberdade, no entanto, ao escolher na construção do enunciado marcar esse descompasso através do uso do conectivo “e”, Camus expõe uma dimensão de ambigüidade na prática, colocando para o leitor uma junção entre intenções que, a princípio, seriam marcadamente antagônicas.

A ausência na construção do enunciado de uma conjunção adversativa, apontando explicitamente uma contradição ou consequência de algo dito anteriormente, abre a possibilidade do efeito oposto à intenção de quem encerrou sua vida para atingir outrem também fazer parte da mesma experiência. Dessa maneira, atravessa também nesse discurso um dizer sobre a não existência de uma garantia sobre como um suicídio seria assimilado. A passagem ainda continua: “É preferível nem ver isso” como um atestado ao fracasso da determinação do impacto da morte de cada um. Que garantia se teria sobre o sentido - a posteriori - colocado neste ato como correspondente ao posto por quem o cometeu?

Essa interrogação abre como pauta um hiato que parece novamente representar uma ambivalência: o encontro com o vazio imita também um convite para o seu preenchimento. O recorte: “Sem contar que nos arriscaríamos a ouvir as razões que dariam para o nosso gesto” (CAMUS, 2020b, p. 81) parece apontar como certa a produção de narrativas a respeito do motivo da escolha pelo morrer. Ao escrever “nos arriscaríamos” é possível pensar no conceito

de uma espécie de ônus envolvido na escuta sobre o que outrem declara como razão para aquela morte ou para a tentativa de sua execução.

Ao expor o caráter ambíguo residente na experiência do suicídio, o discurso camusiano também tensiona o fluxo de uma rede simbólica estabelecida, criando confrontos entre efeitos de sentidos e seu pré-construído. Desse modo, destituem-se consensos enraizados no malogro da ausência de uma polissemia no dizer e em suas nomeações (SOUZA, 2021). O movimento de destituir a ambivalência de qualquer gesto humano - como também do suicídio - coloca mais uma vez o que pode ser dito, e assim talvez transformado, em um lugar já estabelecido e, conseqüentemente, mortificado por prescindir de subjetivação. Qualquer determinação ou explicação a ser proferida por outrem diante da informação de uma morte voluntária caracteriza um malogro, pela insistência em se seguir reduzindo uma produção de sentidos que não é a sua.

A SD2 a seguir materializa mais uma seqüência do discurso em questão compondo a seqüência a seguir:

SD2

Para que serve, então, morrer voluntariamente, **sacrificar-se à ideia que se quer dar de si mesmo?** Uma vez morto, eles se aproveitarão disso para atribuir ao gesto motivos idiotas ou vulgares. Os mártires, caro amigo, têm de escolher entre serem esquecidos, ridicularizados ou usados. Quanto a ser compreendidos, isso, nunca” (CAMUS, 2020b, p. 81, grifo meu).

O primeiro enunciado da SD2, “Para que serve, então, morrer voluntariamente, sacrificar-se à ideia que se quer dar de si mesmo?” (CAMUS, 2020b, p. 81), aparenta indicar um dizer sobre o questionamento a respeito da função que a execução da própria morte ocuparia diante de uma impotência sobre sua determinação. Aqui o discurso abre margem para a projeção de um imaginário cuja posição diante da escolha pela palavra sacrifício permite uma construção de sentido no caminho de um exercício de renúncia. Em seu famoso ensaio filosófico O mito de Sísifo, Camus (2020a, p. 19) compara a vida a um céu sufocante que obrigaria o sujeito a partir ou a continuar: “Viver sob este céu sufocante nos obriga a sair ou ficar. A questão é saber como se sai, no primeiro caso, e por que se fica, no segundo”.

Essa indagação também é trabalhada na abertura desse mesmo ensaio: “Só existe um problema filosófico realmente sério: o suicídio. Julgar se a vida vale ou não a pena ser vivida é responder à pergunta fundamental da filosofia” (CAMUS, 2020a, p.18). Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), estima-se que ocorra uma morte por suicídio a cada minuto, quase três mil óbitos a cada dia e uma tentativa de suicídio a cada três segundos. Os falecimentos pela via do suicídio superam as mortes por armas ou acidentes de trânsito.

Aproxima-se em alguns países¹⁰ o registro da morte voluntária como uma das três principais causas de óbitos entre adolescentes e jovens adultos entre 15 e 24 anos. Na última metade do século XX, ainda segundo a OMS, tem-se a percepção de um aumento de 60% na taxa de suicídios, considerando que para cada suicídio consumado existem em torno de 10 a 20 tentativas (SUICIDE, 2019).

Ainda com *O Mito de Sísifo*, a filosofia camusiana atenta para como os sujeitos vivem em prol de uma razão cujo sentido lhes direciona. Contudo, a razão que lhes permite viver também pode atuar como a que lhes convida ao morrer exatamente pela mesma motivação: “Vejo outros que, paradoxalmente, deixam-se matar pelas ideias ou ilusões que lhes dão uma razão de viver (o que se denomina razão de viver é ao mesmo tempo uma excelente razão de morrer)” (CAMUS, 2020a, p. 19). A SD2 segue compondo a reflexão ao afirmar que o suicídio enquanto sacrifício nunca alcançará uma compreensão. O referido enunciado produz uma interrogação a respeito do valor desse modo de morrer na qualidade de renúncia: “Uma vez morto, eles se aproveitarão disso para atribuir ao gesto motivos idiotas ou vulgares. Os mártires, caro amigo, têm de escolher entre serem esquecidos, ridicularizados ou usados. Quanto a ser compreendidos, isso, nunca”.

De acordo com Barbagli (2009), o ato suicida pode ser vivido como um ato privado, elaborado na solidão e no segredo ou também pode ser experienciado como uma cerimônia em público na presença de dezenas a centenas de testemunhas, carregando consigo uma mensagem que ora traga destaque a uma urgência subjetiva ora a sua diluição nas dinâmicas socioculturais. Rituais como o *sati* executado na Índia, surgido há cerca de 700 anos, no qual a figura da esposa virtuosa, casta e fiel se concretiza por acontecer seguida a morte de seu respectivo marido - de modo geral provocada por combates de guerra - é um exemplo dessa prática.

Ela ocorre durante a cerimônia de cremação na qual a viúva adentra uma estrutura chamada pira, lugar no qual o corpo do cônjuge falecido é carbonizado (BARBAGLI, 2009). A prática foi proibida desde dos anos de 1800, considerada pelo governo como uma vergonha nacional, porém ainda é possível encontrar raros casos de realização do ritual considerado como uma atitude digna de muito respeito e admiração, sendo dotado da realização de solenidades e festejos além de rituais com vestimentas, flores e joias regados a bençãos de familiares (BARBAGLI, 2009).

¹⁰ Coloca-se enquanto um ponto de limitação para o trabalho uma maior discussão diante de questões de cunho geopolítico enquanto um dos atravessamentos, dito, condicionantes para que em alguns países se reconheça um índice de mortes autoprovocadas maior quando em detrimentos de outros.

Os ditos “corpos bombas” também aparecem dentro das possibilidades ritualísticas já experienciadas por essa prática. Dentro da proposta de classificação de Durkheim (2000), é considerado um suicídio altruísta uma escolha pela morte voluntária atravessada por uma intensa integração com a sociedade na qual o sujeito encontra-se inserido de forma tão estreita que constrói uma espécie de subordinação ao grupo. Desse modo, ele não pertenceria a si mesmo, matando-se não por direito, mas por dever. Dever esse entendido como um sacrifício a ser oferecido, uma missão a ser executada na qual - no caso dos corpos bombas - se usa voluntariamente o próprio corpo como via de acesso a poderosos explosivos com o intuito de atacar, ferir, matar outros (BARBAGLI, 2009).

Diante desse cenário a SD2 parece apostar na existência de uma dificuldade de compreensão do lugar dessa prática quando enlaçada a um protagonismo de fatores como aspectos culturais e políticos, de integração e regulamentação social, os quais trazem contribuições significativas para as reflexões sobre essa experiência tanto de maneira geral, como no tocante aos diferentes períodos históricos, países e grupos sociais. Entretanto, Barbagli (2009) registra ainda que elas pouco constroem sobre interpretações dessa prática nas diferenças entre sujeitos do mesmo país ou do mesmo grupo social.

Essa dificuldade de compreensão parece apontar para uma complexidade no entendimento da prática suicida enquanto uma prática também simbólica. Nesse ponto, é possível pensar que a construção de sentidos na decisão de morrer recusa o reducionismo a uma lente limitada ou ao sujeito, ou ao coletivo social no qual ele esteja inserido. Dessa maneira, aparenta haver nessa experiência áreas de tensão e, conseqüentemente, de ambivalência como marcas estruturantes do percurso do que se entende enquanto uma morte, dita, voluntária.

Seguimos agora para análise das sequências discursivas SD3 e SD4 as quais constroem formulações discursivas cuja corrente de jogo imaginário atravessa uma maneira de dizer o suicídio dentro da lógica de uma experiência de ressentimento. Aqui o lugar de escolha pela morte voluntária aparenta pleitear a função de uma vingança, de uma devolutiva – ainda que posterior – frente a um sofrimento.

SD3

Como sei que não tenho amigos? É muito simples: eu o descobri no dia em que pensei em matar-me para lhes pregar uma boa peça, para punilos, de certa forma. Mas punir quem? Alguns ficariam surpreendidos; ninguém se sentiria punido. Compreendi que não tinha amigos. Além disso, mesmo se os tivesse, não adiantaria de nada. **Se eu pudesse suicidar-me e ver em seguida a cara deles, então, sim, valeria a pena.** Mas a terra é obscura, caro amigo, a madeira espessa, opaca a mortalha. Os olhos da alma, sim, sem dúvida, se há uma alma e se é que ela tem olhos! **Mas aí está, não se tem certeza, nunca se tem certeza. Senão, haveria uma saída,**

poderíamos, finalmente, fazer com que nos levassem a sério. Os homens só se convencem das nossas razões, da nossa sinceridade e da gravidade dos nossos sofrimentos, com a nossa morte. (CAMUS, 2020b, p. 79, grifos meus)

SD4

Aliás, não será melhor assim? **Sofreríamos demais com a sua indiferença.** “Vai pagar-me por isso!”, dizia uma moça ao pai que a impedira de se casar com um pretendente por só andar bem penteado. E ela se matou. Mas o pai não pagou absolutamente nada. Ele adorava pescar. **Três domingos depois, voltou ao rio, para esquecer, segundo dizia.** Calculou certo, pois esqueceu. A bem dizer, **o inverso é que teria causado surpresa** (CAMUS, 2020b, p. 80, grifos meus).

Observando a SD3 vemos uma outra forma de dizer sobre o suicídio dessa vez enquanto um conjunto de ressentimentos. O trecho, **“Como sei que não tenho amigos? É muito simples: eu o descobri no dia em que pensei em matar-me para lhes pregar uma boa peça, para puni-los, de certa forma. Mas punir quem? Alguns ficariam surpresos; ninguém se sentiria punido”** (CAMUS, 2020b, p.79, grifo meu), aparenta uma produção de sentido na direção de uma espécie de vingança ou punição através da morte voluntária para, com isso, elaborar um apelo à sanção que a concretude de uma falta, de uma irreversível ausência provocaria. Por consequência, faz-se desse ato também um espaço para um exercício de retaliação.

A concepção de ressentimento representa uma forma de nomeação atrelada à representação de uma espécie de rancor materializado no sentimento de mágoa (KEHL, 2020). Uma ferida aberta diante de uma constelação afetiva escrava de um imaginário narcisista. Servidão inconsciente que trabalha como alimento para um incessante ruminar de acusações repetidas vezes elaboradas através de fantasias vingativas. Kehl (2020) aponta que a palavra ressentimento indica uma reação diante de um ocorrido que não pode ser posta em ato, mesmo que em ato de palavra, destituída assim de condições de vazão. Esse afeto não escoado se voltaria para o próprio sujeito pela via de pulsões autodestrutivas metamorfoseadas em raiva e indignação contra ele mesmo - uma contrapartida indispensável ao ressentimento.

O ressentido ao precisar sustentar o retorno de suas próprias pulsões agressivas contra si mesmo passa a produzir uma posição de queixa e atribuição de culpa a um outro que seria o causador de sua condição. A vista disso, o ressentimento operaria pela lógica de alguém que sofreu um prejuízo atribuindo a um outro a responsabilidade pelo seu sofrimento.

Ressentimento não é um conceito da psicanálise; é uma categoria do senso comum que nomeia a impossibilidade de se esquecer ou superar um agravo. Impossibilidade ou recusa? Na língua portuguesa, o prefixo *re* indica o retorno

da mágoa, a reiteração de um sentimento. Essa partícula está presente em outros idiomas. *Ressentiment*, *resentfulness*, *resentimiento*, respectivamente em francês, inglês e espanhol. Trata-se de uma repetição mantida ativamente por aquele que foi ofendido. O ressentido não é alguém incapaz de se esquecer ou perdoar; é um que não quer se esquecer ou que quer não se esquecer, não perdoar, nem superar o mal que o vitimou (KEHL, 2020, p. 9).

Nesse ensejo, para além da atividade da vingança o apego gira em torno de sua arquitetura. Kehl (2020) coloca que a vingança a ser construída pelo ressentimento produz sentido quando o sujeito se depara com sua falta de resposta a uma situação ou alguém.

A SD3 continua: “Compreendi que não tinha amigos. Além disso, mesmo se os tivesse, não adiantaria de nada. **Se eu pudesse suicidar-me e ver em seguida a cara deles, então, sim, valeria a pena**” (CAMUS, 2020b, p.79, grifo meu). O trecho aparenta marcar um modo de dizer sobre o suicídio dentro de um ensejo que traz uma atmosfera de mágoa vivenciada através de um cenário de perda, no tocante a uma decepção. O enunciado seguinte faz uso da construção de uma oração condicional, delineando um elo ao movimento de erguer uma cena sobre a qual seria explorada uma condição inventiva em que determinado suicídio alcançaria uma razão de existir.

A sequência “**Se eu pudesse suicidar-me e ver em seguida a cara deles**” (CAMUS, 2020b, p.79, grifo meu) marca o uso de uma conjugação verbal dentro de um tempo condicionado a um recurso imaginativo de desejo. A utilização do tempo do pretérito imperfeito coloca também a imperfeição - impossibilidade - da concretização do momento em evidência no discurso camusiano. Ainda com Kehl (2020) aqui se faz possível pensar sobre uma produção de sentido da experiência do suicídio enquanto atravessada pelo ressentimento na qualidade de uma vingança. O ressentir-se adentra uma significação no movimento do sujeito colocar o outro como o responsável pelo que lhe faz sofrer, como um encurralado ao não reclamar para si o manejo de sua própria situação.

Assim, diante de um lugar de vítima, o sujeito buscaria não mais que uma vingança imaginária e adiada. Recusa-se enquanto gerador de dinâmicas acusatórias e investe a libido que se voltou contra si em uma repetitiva arquitetura do contra-ataque renunciado, a priori. Contudo, a dificuldade em concretizar a experiência de retaliação convoca um ciclo de queixa motor de uma frustração do sujeito consigo, mas ainda direcionado ao que provocaria em outrem (KEHL, 2020). Condicionar o suicídio a uma situação só existente em um campo hipotético é também olhar para a polissemia das maneiras de morrer. Ou do que se pode desejar que morra. O suicídio aqui pode ser dito - e assim também executado - na dimensão do universo simbólico no qual a linguagem nos envolve.

A SD3 continua: “Mas a terra é obscura, caro amigo, a madeira espessa, opaca a mortalha. Os olhos da alma, sim, sem dúvida, se há uma alma e se é que ela tem olhos!” (CAMUS, 2020b, p.79). Obscuro, espesso e opaco são contextos nos quais a visão se encontra comprometida. Quando colocados em consonância de sentido com o cenário de óbito, o discurso camusiano marca um contraponto ao que de fato – agora no campo do possível – existiria após a oração condicional anterior, atestando também a não possibilidade de ciência do que aconteceria após a morte. A terra é um dos comuns destinos para abrigar um corpo falecido, o qual dentro de alguns rituais é envolvido em um caixão de madeira espessa vestido com um pano denominado mortalha. Essa construção faz elo a um viés de sentido onde a morte não representaria um caminho pelo qual fosse possível enxergar. No discurso camusiano, os olhos apenas - talvez - a alma teria.

O recorte segue: **“Mas aí está, não se tem certeza, nunca se tem certeza. Senão, haveria uma saída, poderíamos, finalmente, fazer com que nos levassem a sério. Os homens só se convencem das nossas razões, da nossa sinceridade e da gravidade dos nossos sofrimentos, com a nossa morte”** (CAMUS, 2020b, p.79, grifo meu). Nessa passagem o suicídio parece ser dito pelo discurso camusiano como um indício ou evidência de uma queixa por legitimidade, uma espera por reconhecimento. Aqui a ótica do ressentimento tece o olhar para o movimento no qual o sujeito delega a um outro o poder de validá-lo. Essa dinâmica inspira um lugar de dependência para com esse outro, hipoteticamente poderoso, o qual lhe contemplaria com seu reconhecimento (KEHL, 2020).

Dessa maneira, a morte voluntária figuraria como uma forma de reclamar sobre um prejuízo vivido em uma relação na qual se esperava algum tipo de valorização. A vista dessa negativa: “é a face imaginária do Outro, à qual se endereçam demandas de amor e reconhecimento, que determina que o ressentido se represente não como faltante, mas como prejudicado” (KEHL, 2020, p. 12). Assim, o suicídio vem materializar a manifestação também de uma cobrança, mesmo que indireta, diante de uma oferta afetiva não legitimada, inviabilizando também a possibilidade de o próprio sujeito se implicar como sujeito de desejo.

Seguimos a análise para a SD4:

“Vai pagar-me por isso!”, dizia uma moça ao pai que a impedira de se casar com um pretendente por só andar bem penteado. E ela se matou. Mas o pai não pagou absolutamente nada. Ele adorava pescar. **Três domingos depois, voltou ao rio, para esquecer, segundo dizia.** Calculou certo, pois esqueceu. A bem dizer, **o inverso é que teria causado surpresa.** (CAMUS, 2020b, p. 80, grifos meus).

Na referida sequência chama a atenção o modo de dizer o suicídio enquanto uma resposta, uma reação. O movimento de se colocar fim à própria vida, como dito anteriormente, é atravessado – sobretudo no ocidente – pela noção de uma dinâmica individual, porque o sujeito coloca fim à sua própria existência. Contudo, nessa mesma morte voluntária podem também existir vários suicídios.

Partindo de uma visão psicanalítica, o suposto ‘eu’ que decidiu encerrar sua existência é um ‘eu’ originado fora do sujeito, sua parte relativa à consciência, às identificações, são assimiladas a partir de uma exterioridade (FREUD, 2016). Assim como aquilo que constitui, o próprio inconsciente também não é algo de cunho genético ou essencial do sujeito, mas é herdado por meio de uma determinada estrutura, uma determinada estrutura que é linguística, que é de parentesco, fazendo-se sobretudo social. Sendo assim, as ações articuladas pelo sujeito são vinculadas a uma postura coletiva, seja ela no seu contexto amplo, seja no contexto mais restrito de suas microrrelações.

À vista disso, é possível entender o privado enquanto político:

Cada indivíduo está isolado dos demais, é um entre milhões, numa espécie de solidão em massa. As pessoas agem entre si como estranhas, numa relação de hostilidade mútua: nessa sociedade de luta e competição impiedosas, de guerra de todos contra todos, somente resta ao indivíduo é ser vítima ou carrasco. Eis, portanto, o contexto social que explica o desespero e o suicídio (MARX, 2006, p. 16).

Na SD4 o discurso camusiano diz sobre um suicídio cuja decisão é relatada partindo de uma ordem de acontecimentos, passando a ocupar um lugar de possibilidade de reação em contrapartida à negativa de casamento recebida por uma jovem de seu pai. Na referida SD a única voz que aparece na descrição da situação, configurando a maneira como esse discurso diz desse suicídio, é da jovem mulher proferindo que seu pai “pagaria” pela interdição de seu matrimônio. Esse ensejo pode ser também concebido, ainda de acordo com Marx (2006), como uma denúncia de uma condição de “tirania familiar”.

O poder arbitrário concedido ao pai da jovem responde a uma estrutura social fundamentada em uma lógica de patriarcado, cuja dinâmica coloca as pessoas identificadas enquanto mulheres em um lugar de submissão e violência. Em seu texto ‘Sobre o suicídio’, Marx (2006) relata um caso similar ao da SD4 redigida por Camus (2020b) no qual uma jovem, filha de um alfaiate, encontra-se nos preparativos de um feliz casamento, mas recorre ao suicídio após uma experiência de feroz autoridade vivenciada com seus pais frente à sua escolha por iniciar sua vida sexual antes do matrimônio ser realizado.

Marx (2006) nomeia essa conjuntura enquanto uma dinâmica na qual as mulheres, e consequentemente as filhas, ocupariam o lugar de domínio dos pais “possuidores e zelosos de uma propriedade privada” (MARX, 2006, p. 19). O autor ainda compara o opressor poder patriarcal incidido nas mulheres à maneira “como um avaro trata o cofre de ouro, a sete chaves: como uma coisa, uma parte de seu inventário” (MARX, 2006, p. 19). Dito isso, o discurso camusiano materializado na SD4, ao colocar a fala da jovem de modo direto no texto em questão, também coloca o suicídio enquanto uma alternativa de um dizer. Dizer de uma tentativa diante de abuso de poder que coloca as mulheres em lugar objetificado e consequentemente desprovido de escolha.

O enunciado “**Vai pagar-me por isso!**” (CAMUS, 2020b, p. 80) traz como uso protagonista o verbo pagar, cujo apelo para sua polissemia nos coloca frente uma construção de sentido que diz de uma restituição, de devolver a alguém o que lhe é devido. O suicídio feminino está presente de maneira central em grandes clássicos da literatura como Antígona, Ana Karenina e Madame Bovary, personagens que não apenas dão corpo, mas encerram suas vidas como uma afirmação de autonomia, protesto (BARBAGLI, 2009). Apesar desse setor social apresentar uma taxa de suicídio ainda menor que a do gênero masculino, ele lidera o número de tentativas e casos de sofrimentos psíquicos - muitas vezes nomeados enquanto psicopatologias - quando comparados ao gênero masculino (BARBAGLI, 2009).

É possível pensar que, atravessando o discurso camusiano, tem-se um gesto de leitura no sentido de dizer o suicídio na qualidade não de uma desistência, mas de uma afirmação da vida. Afirmar-se enquanto sujeito em uma posição de não aceitar uma existência objetificada por uma dinâmica socialmente construída, se coloca em contrapartida de seu fim, representando uma reivindicação da vida que se deseja viver. Longe de se caracterizar um movimento antinatural: “é um absurdo considerar antinatural um comportamento que se consuma com tanta frequência; o suicídio não é, de modo algum, antinatural, pois diariamente somos suas testemunhas” (MARX, 2006, p. 25), a não existência de uma taxa única de suicídio em todo lugar do mundo confessa a interdição que uma estrutura social fomenta quando cada vez mais suicídios têm um delineado, um recorte.

Camus (2020b) escolhe dar continuidade à sequência com o enunciado “Mas o pai não pagou absolutamente nada”, expressando, assim, de forma enfática, a negação de qualquer tipo de pagamento da parte do pai através do uso do advérbio “absolutamente”. O autor continua o texto escolhendo relatar uma cena logo após a morte da jovem. Nesse exercício, proporciona ao leitor a visão na qual o pai da jovem retorna às suas atividades prazerosas de rotina, no declarado intuito de colocar o ocorrido no lugar do esquecimento. Aqui o discurso camusiano

aparenta também um dizer do suicídio enquanto um ato sem garantia que se marca por uma reafirmação do gesto - recusa, reafirmação, desejo de punição - mas que não encontra garantir de "sucesso" nos sentidos construídos após a morte do sujeito. Camus (2020b) coloca assim a morte autoinfligida como uma alternativa que não encerraria a questão da opressão patriarcal quando, ao ser movido para uma condição de esquecimento, é mais uma vez colocado no exercício da opressão: “O inverso é que teria causado surpresa”, finaliza o autor.

Seguindo a análise para os recortes das SD5 e SD6, a construção discursiva aponta para formulações sobre as quais a nomeação pode produzir efeitos de sentido em referência à noção de resistência - no tocante a sua concepção psicanalítica freudiana.

SD5

Até então, tinha sido sempre ajudado por um **espantoso poder de esquecimento**. Esquecia tudo, e, em primeiro lugar, as minhas resoluções. No fundo, nada contava. Guerra, suicídio, amor, miséria, **prestava atenção nisso, é claro, quando as circunstâncias me obrigavam, porém de uma maneira cortês e superficial** (CAMUS, 2020b, p. 55, grifos meus).

SD6

Na ponte, passei por detrás de uma forma debruçada sobre o parapeito e que parecia olhar o rio. De mais perto, distingui uma mulher nova e esguia, vestida de preto. Entre os cabelos escuros e a gola do casaco, via-se apenas uma nuca, fresca e molhada, que me sensibilizou. Mas segui meu caminho, depois de uma hesitação. No fim da ponte, peguei o cais, em direção a Saint-Michel, onde eu morava. Já havia percorrido uns cinquenta metros, mais ou menos, quando ouvi o barulho de um corpo que cai na água e que, apesar da distância, no silêncio da noite, me pareceu grande. Parei na hora, mas sem me voltar. Quase imediatamente, ouvi um grito várias vezes repetido, que descia também o rio e depois se extinguiu bruscamente. O silêncio que se seguiu na noite paralisada pareceu-me interminável. **Quis correr e não me mexi**. Acho que tremia de frio e de emoção. **Dizia a mim mesmo que era preciso agir rapidamente e sentia uma fraqueza irresistível invadir-me o corpo**. Esqueci-me do que pensei então. ‘Tarde demais, longe demais...’, ou algo do gênero. Escutava ainda, imóvel. Depois, afastei-me sob a chuva, às pressas. **Não avisei a ninguém** (CAMUS, 2020b, p. 74-75, grifos meus).

Na SD5 Camus (2020b, p. 55, grifo meu) inicia seu texto trazendo o lugar do esquecimento enquanto um recurso de ajuda. “Até então, tinha sido sempre ajudado por um **espantoso poder de esquecimento**”; o uso do adjetivo ‘espantoso’ para qualificar a experiência de esquecimento como algo fora do usual, do esperado, como algo diferente do comum, surpreendente. Arelado a essa qualificação encontramos também o esquecimento colocado como detentor de um poder.

Aqui, o esquecimento pode ser compreendido como apoio da noção de resistência, de acordo com a noção psicanalítica do termo. Ela diz de uma defesa, uma dificuldade colocada pelo sujeito quando diante de impulsos, recordações, afetos, desejos que, caso ocupem lugar na

consciência, provocam uma dinâmica de sofrimento ou uma iminência de. Assim, é considerado um mecanismo de defesa funcionando também como um ponto de impasse no percurso de fala do sujeito, podendo representar tanto uma abertura de demandas como também um ponto de impasse potencialmente emudecedor (FREUD, 2016; VENTURA, 2009).

O texto da SD5 segue: “Esquecia tudo, e, em primeiro lugar, as minhas resoluções. No fundo, nada contava. Guerra, suicídio, amor, miséria, **prestava atenção nisso, é claro, quando as circunstâncias me obrigavam, porém de uma maneira cortês e superficial**” (CAMUS, 2020b, p.55, grifo meu). Como dito anteriormente, é próprio da resistência manter fora da consciência situações de ameaça. Partindo desse funcionamento inconsciente, o sujeito consegue construir defesas, fazendo elo a uma produção de sentido sobre o esquecimento também enquanto um poder. Porém o texto de Camus (2020b, p. 55, grifo meu) explicita que, mesmo quando as obrigações fazem cair as defesas do esquecimento, o sujeito ainda presta atenção “**de uma maneira cortês e superficial**”. Desse modo, o esquecer como resistência pode ser entendido ainda enquanto um desejo do sujeito de não saber.

Diante do exposto, o discurso camusiano aparenta colocar uma forma de dizer do suicídio enquanto um lugar alvo de um movimento de defesa. O que se recai sobre o esquecimento também diz de uma ideia conflitante para qual o sujeito não encontrou um viés de elaboração, produzindo como solução mantê-la fora da consciência. No recorte da SD5, o discurso camusiano coloca o suicídio em uma lista constituída por pontos conflitantes no espaço da experiência humana. Localizar o suicídio dentro dessa lista é também um gesto no discurso acerca do movimento de dizê-lo enquanto vivência atravessada por esse lugar de ambivalência.

A sequência segue: “**prestava atenção nisso, é claro, quando as circunstâncias me obrigavam, porém de uma maneira cortês e superficial**” (CAMUS, 2020b, p.55, grifo meu), apontando um movimento no qual a atenção à morte voluntária só é realizada de forma compulsória e, ainda assim, “de uma maneira cortês e superficial”. A resistência, para Plon e Roudinesco (1998), é compreendida enquanto uma resposta defensiva possível de ser comparada com a reação aos ataques em direção às construções narcísicas humanas já realizadas, como as clássicas descobertas de Nicolau Copérnico (1473-1543) e Charles Darwin (1809-1882). Desse modo, o suicídio também pode ser dito na qualidade de uma ferida tão conflitante quanto ambivalente.

Na SD6 encontramos o discurso camusiano na descrição de um encontro em sua forma material com a morte voluntária. ‘Forma’ também é a primeira maneira de descrição que Camus (2020b, p. 74, grifo meu) escolhe para falar sobre quem viverá o suicídio em questão: “Na ponte, passei por detrás de uma **forma debruçada sobre o parapeito e que parecia olhar o**

rio. De mais perto, distingui uma mulher nova e esguia, vestida de preto". Só após chegar mais perto, é possível distinguir uma forma que ainda assim se coloca com esguia, que não se sabe com precisão o que estaria fazendo, uma forma de corpo que não se coloca em destaque. O texto segue com a descrição do uso de uma vestimenta preta, cor essa que - no ocidente - traz uma representação clássica de uso em funerais e situações de óbito (SCHMITT, 2009).

Mais à frente e ao longo de toda descrição da cena da morte voluntária por afogamento, o discurso camusiano apoia-se em uma série de elementos significantes como: "hesitação", "parei", "paralisada", "fraqueza", "imóvel", as quais fazem alusão ao suicídio enquanto uma experiência que ao se entrar em contato – mesmo que indireto – provocaria uma paralisação. No momento em que o texto alcança o instante do suicídio, tem-se a passagem: "O **silêncio** que se seguiu na **noite paralisada** pareceu-me interminável" (CAMUS, 2020b, p.74, grifos meu). Logo após o suicídio, é o silêncio quem toma conta da noite. Aqui se faz importante tomar nota sobre como o discurso camusiano fala através desse silêncio sobre o lugar de difícil elaboração que o suicídio ocupa.

O silêncio diz de uma falta de som, do som das palavras. Falta a palavra, e assim o sujeito paralisa: "**Quis correr e não me mexi. (...) Dizia a mim mesmo que era preciso agir rapidamente e sentia uma fraqueza irresistível invadir-me o corpo**" (CAMUS, 2020b, p. 74, grifo meu). A SD6 segue, diante do silêncio como impossibilidade de elaboração, descrevendo os efeitos provocados no corpo diante do contato do narrador com a morte que se seguiu. Novamente, o efeito de sentido em torno da ideia de paralisia se apresenta. Nesse ponto, ainda é possível notar a ambivalência presente nesse momento através da declaração do desejo de correr, unido pelo uso do conectivo "e" à imobilidade que se alcançou. No enunciado seguinte, tem-se uma conversa do sujeito consigo na qual ele diz a si mesmo que precisa agir – e rápido –, contudo, se faz irresistível paralisar.

O irresistível traz uma produção de sentido em torno do que não se consegue dominar, ou resistir. É ao voltar-se para fala - mesmo que consigo - que o irresistível da resistência à elaboração do que foi vivido no presenciar o suicídio se coloca presente. A SD6 finaliza com o recorte: "**Esqueci-me** do que pensei então. 'Tarde demais, longe demais...', ou algo do gênero. Escutava ainda, **imóvel**. Depois, **afastei-me sob a chuva, às pressas.**" (CAMUS, 2020b, p. 75, grifo meu). Como discutido anteriormente, o movimento da resistência – partindo da psicanálise – coloca o esquecimento segundo o que resiste diante da iminência de se apresentar à consciência uma produção que intimida o sujeito, deixando-o – mais uma vez – imóvel. O movimento que consegue alcançar é de afastamento. Esse sim banhado de chuva e de pressa.

Desse modo, se faz possível pensar no estatuto das resistências enquanto uma contrapartida diante de algo que se julga como ameaça, que coloca o sujeito no campo do insuportável à consciência. Plon e Roudinesco (1998) falam sobre a possibilidade de uma mudança desse estatuto quando se coloca o movimento da resistência enquanto passível de interpretação, logo a uma abertura de campo simbólico que constrói a realidade, ao deslocar sentidos. Recusar o suicídio como um lugar de resistência – no que tange a sua noção para a psicanálise – é construir uma possibilidade de elaborar sua manifestação em uma posição diferente da necessidade de defender-se. É tirá-lo do lugar de rejeição que o coloca em um reducionismo produtor de tabus. Torná-lo passível à interpretação, é torná-lo passível à transformação.

Na presente seção foram abordadas, através da análise das sequências discursivas, formas como, dentro do discurso Camusiano, se diz os efeitos de sentido sobre o suicídio. Esse processo se traduziu no apontamento da organização das sequências discursivas, das recorrentes formas de nomeação utilizadas, dos jogos polissêmicos inscritos, dos predicativos e adjuntos atribuídos à cada marca de designação no tocante à morte voluntária. As marcas deixadas pelas repetições organizam um processo de estabilização para o referente – no intuito de determiná-lo – simulando através de pedaços do discurso uma colagem ao significante.

Ao longo da análise foram identificadas trajetórias de sentido no tocante ao suicídio enquanto uma experiência atravessada por ambiguidades desobedientes à coerência. Nesse ponto, os gestos de leitura produzidos alcançam efeitos de sentido sobre a morte voluntária na qualidade de uma prática heterogênea de difícil compreensão, erodindo, assim, lacunas de sentido ao fazer ponte com um lugar de enigma. À vista disso, o discurso camusiano diz sobre o suicídio a partir de uma dinâmica polissêmica que o toca em uma pluralidade passível de concebê-lo enquanto um movimento genuinamente humano, um exercício de renúncia e subordinação em prol de uma razão para viver-morrer ou também uma devolutiva trabalhada enquanto vingança.

Ainda foi possível explorar em Camus (2020b) noções do suicídio enquanto uma vivência que pode ser realizada através da palavra no mergulho languageiro oferecido pela realidade simbólica. Mais adiante, a morte voluntária também pôde ser vista como um produto de experiências de ressentimento, uma resposta ou reação às dinâmicas sociais, uma alternativa ao dizer. Em outras passagens, foram produzidos dizeres sobre o suicídio na qualidade de uma afirmação da vida, sendo inegociável um modo diferente de viver.

Em outro momento, o discurso camusiano diz da morte voluntária na qualidade de algo do qual seria necessário defender-se, citando o esquecimento no exercício de uma resistência –

no tocante a sua concepção freudiana, provocando como resposta um silenciamento que dialoga apenas com a impossibilidade de elaboração. Por último, foi possível ainda conceber as noções dos suicídios como distantes daquilo que soluciona ou resolve os cenários construídos através da escrita do referido autor.

Frente às análises realizadas sobre o corpus, se coloca importante marcar que o processo de nomeação não faz relação com a homogeneidade. Investigar os modos de dizer um objeto é se haver com o limite - que também se faz potência - do enunciável que é sempre exterior ao seu sujeito enunciativo (COURTINE, 2021). A flexibilidade dos sentidos encontra corpo na exterioridade que os determina, destituindo a ilusão do efeito de objetividade que uma falsa estabilidade de sentidos pode construir por meio da repetição (PÊCHEUX, 2009). É, em suma, reconhecer essa exterioridade enquanto meio para inscrição das relações humanas na própria materialidade discursiva, construindo uma realidade que possibilita também ao sujeito (re)significar e (re)significar-se.

4 EFEITOS DE UMA ESCUTA DISCURSIVA: DIÁLOGOS ENTRE OS MODOS DE DIZER DE CAMUS E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO AO SUICÍDIO

Esta seção lança o olhar sobre processos de escuta discursiva, traçando considerações sobre essa postura que se coloca atenta ao ecoar das palavras no esforço de um escutar transformativo, o qual se abre a uma recriação constante de sentidos – uma escuta da discursividade. A seção segue posteriormente no exercício de um trabalho de reflexão sobre a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, trazendo um gesto de leitura¹¹ com particular atenção à forma pela qual o texto aponta sua noção da prática suicida. Finalizo a seção, tecendo breves articulações entre a noção de ato¹² na teoria lacaniana e algumas reflexões provocativas a respeito das possibilidades de prevenção ao suicídio.

4.1 Escuta discursiva: não entender ou entender errado

Eu tenho à medida que designo - e esse é o esplendor de se ter uma linguagem. Mas eu tenho muito mais à medida que não consigo designar. A realidade é a matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la - e não como acho. Mas é do buscar e não do achar que nasce o que eu não conhecia, e que instantaneamente reconheço. A linguagem é o meu esforço humano. Por destino tenho que ir buscar e por destino volto com as mãos vazias. Mas - volto com o indizível. O indizível só me poderá ser dado através do fracasso da minha linguagem. Só quando falha a construção é que obtenho o que ela conseguiu. (LISPECTOR, 2009, p. 132-133)

Muito além de apenas captar as ondas sonoras que adentram ouvidos (des)naturalizados, a escuta discursiva envolve um espaço de gestualidade interpretativa enquanto um ato simbólico, partindo da ressonância languageira do que foi ouvido. Acolhe-se, assim, o encontro da língua com a exterioridade em um jogo de abertura e fechamento de sentidos (DA COSTA, 2021). Essa conjuntura atenta-se para os movimentos dos processos de significação enquanto exercício de um escutar sensível ao maquinário ideológico dominante e, mais ainda, às suas falhas. Escutar as esferas das minúcias sobre as quais o sujeito atribui sentido seja a um objeto, a uma vivência, a uma imagem, a si próprio ou ao seu redor, leva a um repetido questionar das suas aparentes evidências.

¹¹ A noção de gesto de leitura utilizada faz menção à proposta de interpretação abordada em Orlandi (2020).

¹² A noção de ato – a partir de uma leitura lacaniana – em sua dimensão significativa será discutida na subseção 4.3.

Pêcheux e Herbert (2011, p. 80), através da análise do discurso, colocam o escutar do analista na qualidade de “uma escuta social, munida de instrumentos científicos”, investigando a maneira como os sujeitos produzem sentido, acolhendo o fluxo não linear que esse processo impõe. Essa escuta acontece diante do corriqueiro da vida humana, tocando sua dimensão simbólica tanto na atribuição de sentidos quanto no exercício de compreensão de determinado objeto simbólico (DA COSTA, 2021). A prática da escuta para Pêcheux (2015) acontece, assim, “na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário dos sentidos” (PÊCHEUX, 2015, p. 48) acolhendo-se, inclusive, muitas vezes aquilo que não se quer “escutar”.

À vista disso, escutar a discursividade dos dizeres é também se haver com um constante interrogar(-se) diante de toda realidade alinhada a um ordenamento pragmático, semântico e presumivelmente autônomo. Refletir sobre essas posições expõe as marcas de um narcisismo filosófico disfarçado em uma concepção do sujeito-origem como fonte de sentido. Pêcheux (2011b) aponta essa construção como problemática pela recusa de toda rede metafórica que envolve essa idealização, trazendo - a partir das discussões freud-lacanianas - o desprendimento da visão do sujeito enquanto um eu-consciência “mestre de seus sentidos”, para o reconhecimento de seu assujeitamento ao discurso e às formas de existência histórica da discursividade.

Reconhecer a inscrição do indivíduo no seu lugar de sujeito é escutar o que “é dito em um discurso e o que é dito em outro”, é escutar “naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras”, é, assim, escutar o exercício da “presença do não--dito no que é dito” (ORLANDI, 2012, p. 60). Exercício esse possível apenas pela experiência languageira em sua dimensão - fundamental - de incompletude e errância de sentidos. Diante disso, o trabalho de escuta-interpretação coloca o ouvir naturalizado em um constante deslocamento das - sempre primeiras - evidências no intuito de opacificar o processo de produção de sentidos e suas condições (DA COSTA, 2021).

Desse modo, pensar uma escuta enquanto discursiva é também questionar a elaboração dessa produção de sentidos no tocante à sua materialidade, convocando o poder que a palavras tem de ir além da comunicação e da significação: “usar palavra para dar voz à não-palavra”¹³, permitindo, dessa maneira, a escuta do indizível da linguagem (ORLANDI, 2020). Indizível esse que, nas letras de Lispector (2020), só é possível através do fracasso, do ir buscar e não achar, permitindo assim o nascimento daquilo que, até então, não se (re)conhecia: “Só quando falha a construção é que obtenho o que ela conseguiu” (LISPECTOR, 2020, p. 133).

¹³ Citação retirada da contracapa da obra de Rosenfeld (1998). Não há indicação de autoria.

Acolher as ruínas da construção linguageira é tornar possível escutar o que as palavras dizem “sem querer”. É nesse acidente, nesse acaso, nessa falha que o sujeito também (se) significa, permitindo inscrever no escorregar dos sentidos a sua deriva para outras posições. É por essa “natureza incompleta” do sujeito, da linguagem e – conseqüentemente – do simbólico, ainda que emaranhado a uma rede constituinte, que se faz possível o deslocamento dos sentidos. O bloqueio do movimento significante cristaliza o sentido e, à vista disso, o sujeito (ORLANDI, 2020). Assim, é no deslize, na ruptura, no incompleto necessário à linguagem que, com a guarida da interpretação, o efeito metafórico enseja a transferência: “a palavra que fala com outras” (ORLANDI, 2020, p. 51).

Por conseguinte, é porque elementos de uma sequência textual, atuando em uma determinada formação discursiva, conseguem pela via da metaforização adentrar outra sequência textual referente a uma outra formação discursiva, que a discursividade suporta construir-se e deslocar-se historicamente (PÊCHEUX, 2012). Orlandi (2020) revive a metáfora enquanto uma condição para a existência do sentido. Desse modo, as palavras seriam, a princípio, desprovidas de um sentido próprio atrelado à sua dimensão literal.

Pêcheux (2009) afirma que o sentido é - invariavelmente - uma palavra, expressão ou proposição sobreposta por outras palavras, expressões ou proposições. Assim sendo, é nesse relacionamento entre superposições que os significantes se confrontam, recobrando-se de um sentido. Ele estabelece o efeito metafórico enquanto um fenômeno semântico produzido mediante uma substituição contextual, provocando o deslizamento. Dessa forma, a metáfora seria responsável por atingir a rede de significantes suscitando, na leitura pecheutiana, uma “transferência” de sentidos a partir das formações discursivas. A metáfora, assim, deslizaria entremeando a discursividade.

É a escuta do efeito metafórico na qualidade de um deslizamento de sentido, permitindo assim sua deriva, que reflete a relação do discurso com a historicidade. Pêcheux (2009) constrói sua noção sobre a existência do sentido através, fundamentalmente, das relações metafóricas, apoiando-se em Lacan (1999). O referido psicanalista atesta a metáfora enquanto autora do sentido, base da atividade de todo dizer: “não existe sentido senão metafórico, só surgindo o sentido da substituição de um significante por outro significante na cadeia simbólica” (LACAN, 1999, p.16).

Seriam as metáforas, assim, uma espécie de força motriz para o próprio funcionamento discursivo: “é na relação de substituição que reside o recurso criador, a força criadora, a força de engendramento, caberia dizer, da metáfora” (LACAN, 1999, p. 35). Relação essa materializada nos efeitos de substituição, paráfrases, formação de sinônimos e que

historicamente têm encontrado um abrigo - provisório - nas formações discursivas. Desse modo, é através da referência à formação discursiva que se faz possível compreender, no funcionamento discursivo, as diferentes formas de construção de sentidos (ORLANDI, 2020).

À vista disso, a escuta discursiva coloca-se enquanto uma escuta dos ecos produzidos pelos elos estabelecidos no processo de significação com a ideologia dominante e suas condições sócio-históricas, elo esse quebradiço, heterogêneo e inscrito nas significações, marcando o sujeito e suas tomadas de posição através do disfarce das próprias regulações. Assim, no emprego de um escutar vigilante a esses disfarces, se faz possível construir uma noção de escuta discursiva também enquanto um gesto de resistência:

Não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... (PÊCHEUX, 2012, p. 17).

A resistência - na teoria pecheutiana - opera um deslocamento do sentido usual desta palavra cujas construções remetem a um movimento de oposição ou ainda uma força contrária (MODESTO, 2016). No entanto, a resistência para Pêcheux vai representar um espaço de falha, de ruptura, de contradição no ritual do trabalho ideológico de interpelação do indivíduo em sujeito. Esse trabalho marca a passagem no discurso de uma abstração do lugar de unidade indivisível ocupado pelo indivíduo para a dimensão pulverizada do sujeito, o qual longe de qualquer unicidade se coloca antes enquanto dispersão (MODESTO, 2016).

A escuta discursiva na qualidade de um gesto de resistência vem marcar a possibilidade do sentido ser sempre outro, abrigado no equívoco da língua, nas minúcias do indizível. Sendo assim, esses ecos, ao tocarem mutuamente o processo de interpelação ideológica do indivíduo em sujeito, afetado pelo inconsciente, denunciam a não naturalidade desse processo e expõem a marca da exterioridade na língua(gem). Dessa maneira, retorna a essa escuta o som do movimento de construção das normatizações sofridas pela acareação promovida na inscrição do sujeito em suas posições diante do simbólico e do político.

Normatizações essas que circulam inscritas na materialidade de diversos discursos, e no que tange o tema do suicídio, constroem uma direção unívoca de significação dessa prática, sufocando a complexidade que lhe é inerente. Ao destituir o caráter polissêmico da experiência da morte voluntária se condena seu lugar a repetições já estabelecidas, comprometendo a chance de, por meio dos processos de construção de sentidos, existir uma abertura para a possibilidade de deslocamento, logo de transformação. Dito de outra forma: o engessamento do fluxo de

deslocamento de sentidos na rede simbólica estabelecida sobre o suicídio, reforçando consensos hegemônicos, dificulta a possibilidade de ressignificação do sujeito, tornando-se, assim, também responsável por sua morte.

Seguindo esse fio, se faz importante marcar que a inscrição dessas normatizações pode ser encontrada, inclusive, em materialidades discursivas cuja intenção do dizer – caráter ideológico que atravessa os dizeres – compõe um fluxo no movimento de criação de estratégias de cuidado e alternativas para atenção diante da prática suicida. Escutar discursivamente essas inscrições é apontar a não evidência dos sentidos, marcando a relação da língua(gem) com a exterioridade. Dito isso, no esforço de, através da escuta discursiva, pautada em gestos de interpretação, produzir questões diante do confronto entre efeitos de sentido e seu pré-construído acerca do suicídio tomo como exemplo, na próxima subseção, trechos do texto da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio que tocam a noção de suicídio para a referida política.

A escolha desse recorte material se deu diante do impacto desse texto, enquanto regulação coletiva oficial, a respeito do cuidado com a prática suicida no Brasil, abrindo espaço para a escuta - e inquietações - sobre algumas das construções simbólicas que atravessam não apenas o texto em si, mas também a dinâmica de sensibilização e, conseqüente diálogo, sobre a compreensão da morte voluntária dentro do país.

4.2 Um gesto de escuta da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio

No Brasil, em 2019, foi instituída a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio cujo o intuito foi a criação de uma estratégia estatal de prevenção permanente no tocante ao tratamento dos condicionantes associados a ambas as práticas. O documento escreve ambos, o suicídio e a automutilação, na condição de: “problemas de saúde pública passíveis de prevenção” (BRASIL, 2020). Assim, a União, em uma parceria com estados, Distrito Federal e municípios, monta e se responsabiliza pelo cumprimento dos artigos contidos na política juntamente à sociedade civil e às instituições privadas.

Essa regulamentação representa, assim, um compromisso estatal e também coletivo em estabelecer uma geração de propostas de cuidado e prevenção ao suicídio e a automutilação, além do tratamento a possíveis condicionantes envolvidos com essas práticas. Também figura um compromisso marcado pelo documento a promoção de estratégias de educação e saúde, sobretudo, quanto às formas de comunicação, prevenção e cuidado. Assim, a lei institui uma

sistematização nacional para prevenção do suicídio e da automutilação, criando também um serviço telefônico livre de custos voltado para o atendimento ao público. O texto coloca ainda como determinante a compulsoriedade de notificação dos casos envolvidos em ambas as práticas, particularizando sua propriedade sigilosa tanto nas instituições de saúde, bem como nas escolas, nos conselhos tutelares e nos estabelecimentos de segurança.

A redação da lei teve como ponto de destaque em suas condições de produção um relatório divulgado pela OMS no ano de 2019, às vésperas do Dia Mundial para Prevenção do Suicídio, apresentando dados do período de 2010 e 2016, com informações a respeito do contexto de ocorrência de mortes autoinfligidas em 183 países. O relatório apontou um aumento de 7% nos episódios de mortes voluntárias para cada 100 mil habitantes no Brasil. Índice esse que se torna ainda mais alarmante quando comparado com a porcentagem global de ocorrências de mortes autoprovocadas que demonstrou uma queda de 9,8% (SUICIDE, 2019).

A OMS alertou ainda no mesmo relatório a respeito do lugar do suicídio enquanto a segunda principal causa de morte entre jovens do gênero feminino, na faixa de 15 a 29 anos, e a terceira entre jovens do gênero masculino na mesma faixa etária. A organização colocou também enquanto preocupação a deficiência no desenvolvimento de estratégias governamentais de prevenção ao suicídio, apontando que dentre 183 países apenas 38 possuem medidas nacionais de cuidado voltadas a essa prática. O órgão afirma que os governos necessitam de mais envolvimento no compromisso de concepção e estabelecimento de medidas que atuem no campo de cuidado e prevenção.

Partindo dessas condições, no que tange à materialidade discursiva composta pela referida Política Nacional, atentar o leitor para a inscrição opaca de seus sentidos, como coloca Carneiro (2023), é papel do analista do discurso - e aqui faço uma extensão também à posição de uma escuta discursiva. Propor-se a essa escuta no exercício de reconhecer a opacidade da linguagem, partindo de uma tomada de posição materialista e sujeita aos efeitos do inconsciente, é se voltar para os atravessamentos ideológicos imbricados no discurso, escolhendo a resistência: “Resistir, nas atuais condições de produção, é, como sempre foi, lutar por uma brecha, lutar pelo direito de ser um sujeito que pensa e que se revolta” (CARNEIRO, 2023, p. 165).

Desse modo, no trabalho de desautorizar consensos fundamentados em discursos hegemônicos, não raro utilizados como estratégia de dominação, na ilusão da possibilidade de um distanciamento do caráter polissêmico dos dizeres e suas nomeações que se faz necessária uma escuta discursiva da política. Coloca-se, dessa maneira, como importante o trabalho de

abertura a heterogenia da prática suicida, pois é a partir desse diálogo que consiste a chance de construção de propostas de cuidado mais humanas¹⁴.

A compreensão do suicídio enquanto efeito metafórico, ao ser atravessada por uma etiologia multifacetada - dotada de questões filosóficas, sociais, econômicas, biológicas, culturais, geográficas, raciais, morais e também psíquicas - pode ser entendida como produto das análises realizadas, repercutindo também, dessa maneira, enquanto um movimento de resistência diante dos efeitos de sentido dominantes a respeito dessa prática. Assim, se faz possível a abertura a espaços de inquietação, criando uma postura de desconfiança e questionamento diante dos dizeres unívocos sobre a morte autoinfligida.

Dizeres esses que por estarem materializados na lingua(gem), no discurso e atravessados pelo inconsciente, dizem para além da intenção a qual se propõe, mesmo que - e talvez principalmente - circulando no interior das próprias estratégias de cuidado e atenção a essa prática. Assim, lanço um olhar sobre trechos do texto da Política Nacional que tocam sua noção sobre o suicídio em um gesto de leitura ancorado na escuta discursiva, em seu jogo significante, metafórico e nos ecos dessas formas de dizer enquanto movimentos de produção de resistência.

Lanço também atenção a dinâmicas de corroboração com as formas de atenção pautadas em discursos hegemônicos, as quais dificultam a promoção de espaços de acolhimento aos sujeitos na singularidade da experiência de seu desejo de morrer. Desse modo, a investigação dos modos de dizer o suicídio se coloca como instrumento de reflexão, e por isso, de inquietação e questionamentos, diante dos saberes (pré-)construídos sobre a prática, tocando também a dimensão do potencial do discurso artístico, materializado na literatura, como motor de resistência e dispositivo de cuidado promotor de elaboração.

A escuta discursiva, dessa forma, foi posta enquanto uma prática teórico-científica na luta em abrir brechas no trabalho de dominação ideológica no qual o indivíduo (trans)forma-se em sujeito ao ser interpelado pela ideologia, ocupando um lugar na teia discursiva. Esse processo de assujeitamento é - muito distante de uma experiência de submissão - embebido pelo simbólico e, conseqüentemente, pelo político. Como mencionado anteriormente, é neste

¹⁴ Faço a escolha pelo uso da palavra "humanas" em detrimento do termo "humanizadas" por entender o processo de humanização, como afirma Rios (2009), enquanto uma reconstrução de dinâmicas institucionais que, apesar de priorizarem a transformação da cultura institucional de violência na área da saúde, ainda se encontram muito distantes de sua aplicação prática. Ainda com Rios (2009, p. 260): "a falta de compreensão mais profunda da dimensão psicossocial que envolve os processos saúde-doença, a falta de compromisso com o resultado do trabalho, a falta de decisões compartilhadas com pacientes, de projetos assistenciais discutidos em equipe multidisciplinar, e mesmo de gestão participativa nos serviços de saúde, tornam a humanização do cuidado um projeto ideal ainda bem distante da realidade dos serviços de saúde."

ponto que nasce, no seu tempo, a noção de resistência dentro da AD. A interpelação sofrida deixa marcas no sujeito, traçando seu lugar no discurso, sua posição ideológica. Contudo é justamente nesse processo que, ao considerar o inconsciente, se (re)conhece também a falha, pois não há realidade linguageira sem ela.

Ao insistir pela escuta do inconsciente na língua(gem), Pêcheux (2009) aponta que, quando o sujeito re-produz, ele também se divide e, mais ainda, se defronta com um rompimento. “Nos processos discursivos há sempre ‘furos’, falhas, incompletudes, apagamentos e isto nos serve de indícios/vestígios para compreender os pontos de resistência”, nos diz Orlandi (2012, p. 213). De Nardi e Nascimento (2016) salientam ainda, partindo da leitura de Orlandi, que é justamente a abertura instaurada pela falha que abre espaço, no discurso, para a transformação: “condição para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, ‘fazendo sentido do interior do não-sentido’” (ORLANDI, 2012, p. 231). Do mesmo modo, é possível também conceber que “a falha é o lugar do possível” (ORLANDI, 2012, p. 230).

Assim, seguindo com De Nardi e Nascimento (2016, p. 90), é na sutileza desse trabalho de resistir que o sujeito, diante da língua(gem), padece de sua cisão:

nos sutis movimentos de resistência que se mostram na relação do sujeito com a língua - nos jogos entre silenciar e calar, entre dizer para não dizer - reside a resistência, como um fantasma desse ritual sempre prestes a fazer ver suas rachaduras.

Dessa maneira, o sujeito do discurso não responde a uma subordinação diante das relações de produção dominantes, mas sim ao inerente desacerto que o acompanha e, também por isso, o permite transformar-se no espaço cedido pela incompletude. Diante disso, no exercício de apostar na impertinência do sujeito em resistir, compreendendo a ideologia também enquanto suporte à contradição, continuo agora a leitura do texto da Política Nacional de Prevenção do Suicídio e da Automutilação no trabalho de abrir espaço para “a reprodução(-resistência-)transformação” (DE NARDI; NASCIMENTO, 2016, p. 90).

Seguindo suas palavras, lanço destaque para a colocação dos objetivos da lei como um lugar no qual é possível encontrar de forma mais explícita a noção de suicídio materializada na lei. São eles: “*controlar* os fatores determinantes e condicionantes da saúde mental” (BRASIL, 2020, grifo meu), “informar e sensibilizar a sociedade sobre a importância e a relevância das lesões autoprovocadas como *problemas de saúde pública passíveis de prevenção*” (BRASIL, 2020, grifo meu) ou ainda “promover a educação permanente de gestores e de profissionais de saúde em todos os níveis de atenção quanto ao *sofrimento psíquico* e às lesões autoprovocadas.” (BRASIL, 2020, grifo meu).

Trechos esses os quais nomeiam o suicídio necessariamente enquanto um evento atrelado ao campo do sofrimento, da saúde e, conseqüentemente, do adoecimento. Apesar de suas dimensões filosóficas, sociológicas, psicológicas e, por isso, polissêmicas, a leitura da prática suicida na qualidade de uma patologia é um cenário hegemônico no contexto – ocidental – dessa vivência. A própria lógica da morte voluntária como algo passível de prevenção evoca um campo semântico que direciona o olhar para uma estratégia oriunda da atividade de redução de mortalidade e morbidade na saúde dos sujeitos, ao evitar o desenvolvimento da condição que se considera patológica. Diante disso, se faz notória uma naturalização do lugar do campo da saúde como interlocutor do suicídio.

A produção semântica desse evento enquanto pertencente ao domínio do sofrimento psíquico - e também psiquiátrico - foi naturalizada desde o início dos séculos XVIII e XIX (CASSORLA, 2021). A doutrina psiquiátrica clássica interpretava os sujeitos envolvidos com a prática suicida enquanto alienados, estando perturbados por questões orgânicas e constitucionais (CASSORLA, 2021). Desde essa época o campo de conhecimento da psiquiatria constrói uma intrincada relação entre o sofrimento psíquico como objeto de estudo e o papel dessa disciplina enquanto um dispositivo de controle social (SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2021). Fundamentalmente, o que serve de base para a corroboração do poder atribuído a esse campo médico é a associação dos quadros ditos psicopatológicos a - supostos - correlatos biológicos.

A investigação dos fenômenos psíquicos a partir de uma biologização leva a uma corrida para a produção de evidências materializadas na qualidade de marcadores genéticos, fisiológicos e de neuroimagem cerebral para tudo o que se entender enquanto um adoecimento dito psiquiátrico. Desse modo, todas as possíveis explicações de patologias mentais devem estar atravessadas pelo cérebro e sua dinâmica neuroquímica, seguindo os princípios da medicina baseada em evidências. Fica acordado, assim, na produção de conhecimento da área serem legitimadas as construções que procuram traços anatomoclínicos do psíquico, colocando saúde mental em uma gramática biológica (SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2021).

Dessa forma, as manifestações sintomatológicas clínicas de um paciente obrigatoriamente possuiriam correlatos orgânicos identificáveis. À vista disso, os tratamentos psiquiátricos constroem seus critérios diagnósticos, partindo de um caráter uniformizante e fundamentado na produção científica biomédica e comportamental. O afastamento dos critérios etiológicos, lança luz apenas a uma construção investigativa baseada na sintomatologia, seguindo o preenchimento de um checklist de sintomas variáveis em cada quadro. Assim, o relato do paciente associado a uma observação de seu comportamento e tempo de manifestação

provê um agrupamento sintomático referente a cada patologia promovendo um - literal - enquadramento do sujeito em um diagnóstico (SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2021).

Essa cena inspirou a psiquiatria a esperar, em dado momento, a aparição dos prometidos correlatos biológicos como anexo aos seus critérios diagnósticos, endossando, assim, sua terapêutica. Correlatos esses ainda aguardados até o momento. Em mais de 30 anos desde o lançamento do terceiro Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais (DSM), nenhum marcador laboratorial foi encontrado como sendo próprio na identificação de nenhuma das síndromes definidas pelo DSM (SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2021, p. 143).

Notemos: o que está efetivamente presente na postura metodológica e científica da comunidade psiquiátrica hegemônica é uma hipótese, razoável, de que a covariação dos sintomas clínicos e a relativa estereotipia do curso das doenças psiquiátricas indicariam que os quadros teriam uma base biológica passível de determinação. O que ocorre tacitamente, porém, é que tanto a comunidade científica como a sociedade civil passam a operar com a crença de que transtornos mentais são transtornos fundamentalmente biológicos e, assim, impossíveis de serem compreendidos por heurísticas pautadas em um aporte histórico, sociológico, relacional etc. Como aponta Rose (2013), o biológico acaba sendo, na psiquiatria, o refúgio do transcendental e, assim, campo privilegiado de ocultamento das mediações sociais e políticas dos fenômenos psíquicos.

À vista disso, se faz importante opacificar a noção do suicídio, desnaturalizando seu lugar enquanto sintoma indicativo de critérios diagnósticos para os ditos adoecimentos mentais, ou ainda como consequências de comorbidades, figurando como muleta para a sustentação de um imaginário desarranjo orgânico desvinculado de seu entorno social e ainda passível a correções medicamentosas.

Reduzido à consequência de um déficit biológico, o suicídio deixa de ser pensado enquanto um fenômeno estreitamente comprometido a questões sociais, psicológicas, inconscientes e filosóficas: “Fatores de risco não falam.” (BRUNHARI, 2017, p.15). Compactua-se, assim, com uma ilusória segregação entre a morte autoinfligida, o político e as construções ideológicas dominantes. Dito isso, lanço destaque sobre o compromisso estatal diante do direito à vida não se resumir a uma sobrevivência física, mas a um existir digno (SILVA, 2021). Portanto, romper ciclos de repetição da naturalização de ideologias hegemônicas, assegurando o lugar polissêmico dessa prática ao materializar suas diferentes possibilidades de sua leitura, é também uma forma de exercício da responsabilidade estatal sobre - os diversos - modos de cuidado e promoção da vida.

É por meio dessa quebra dos rituais construídos nas relações com o invisível que se viabiliza o esforço de abrir espaço para a contradição “tal como uma nova palavra que desembaraça o espaço dum pergunta” (MODESTO, 2016, p. 1091). É preciso, como aponta

Modesto (2016), um sujeito que fale sobre, para que, assim, ao mobilizar as relações de força e sentido, a resistência possa emergir. Dito isso, é no trabalho da resistência que seja possível ao sujeito, partindo da repetição do já-posto, ao remexer a realidade linguageira na qualidade de abertura para as frestas construídas pelas metáforas, metonímias, paráfrases, polissemias e modos de dizer, que coloco enquanto possibilidade a escuta do discurso camusiano sobre o suicídio como um provocador de esferas de contradição e amparo ao resistir.

Seguindo esse fio, retorno às considerações trazidas na seção anterior, no emprego das construções camusianas sobre a morte voluntária como uma prática discursiva perfurada por uma heterogeneidade semântica na qual a vivência da morte pelo suicídio encontra, na via do significante, caminhos de diversas ordens - sociais, históricas, geográficas, psicológicas, inconscientes e filosóficas. Um caleidoscópio da experiência humana, com faces em diferentes sociedades, em diferentes épocas.

Dentre suas faces e possibilidades, partindo do discurso camusiano, o lugar de enigma foi analisado, figurando a não existência de uma resposta que preencha o lugar de uma explicação para ocorrência dessa prática. A posição do suicídio enquanto enigma não visa, no entanto, tamponar a questão, mas refletir sobre o quanto a veracidade dessa construção apenas se sustenta em terrenos hipotéticos. Estar alheio a essa inerente fragilidade no levantamento de uma razão específica para a morte voluntária é estar passível a um movimento de regulação frente a morte voluntária, evento esse sobre o qual registra-se não haver uma sociedade sem um certo nível de sua ocorrência.

Foi possível também traçar reflexões sobre a liberdade individual da morte: se não ao próprio sujeito, sobre quem estaria a decisão do momento do seu morrer? Não existe lugar para o desejo em terminar a vida? Será que uma pessoa pode ser obrigada a viver? Como se decreta o fim de uma existência? A postura de escutar o desejo de morte abriu outras elaborações sobre o suicídio como também na qualidade de um castigo. Castigo para quem? Camus (2020b) aponta que ninguém necessariamente se sentirá enquanto tal. Não existem, assim, garantias? Dessa forma, Camus também colocaria o suicídio como um evento sem caução? E quando a decisão de morrer está envolvida enquanto uma decisão coletiva? À vista disso, também se tornou possível escutar no discurso os lugares ocupados pelo suicídio enquanto parte de rituais, cerimônias ou ainda demonstrações de fé.

Outro modo de dizer sobre o suicídio interpretado a partir do discurso camusiano é partir de uma lógica pautada na experiência do ressentimento. Nesse fio a morte autoinfligida faz laço com um imaginário no tocante do morrer enquanto uma vingança como devolutiva de um sofrimento. Nessa gramática dos ressentimentos hipoteticamente ancorada no domínio da

vingança, seria possível ao sujeito encontrar no lugar de vítima sua autorização para também viver de forma hipotética seu morrer? Esse ponto coloca destaque para a polissemia da morte e do morrer. Um suicídio também pode ocorrer no campo da linguagem: de quantas formas e quantas vezes se pode morrer?

O olhar para a morte autoinfligida atento as suas facetas sociais ganha na análise um lugar de destaque pela via do suicídio enquanto um protesto, paradoxalmente vivido também como uma afirmação da vida. A não aceitação da objetificação do existir diante de algumas dinâmicas socialmente construídas não pode representar também uma reivindicação da vida que se deseja viver? Seguindo a análise, foi encontrado, a partir de gestos de interpretação, o suicídio como uma temática sufocada por um silenciamento fundador de uma dinâmica que se apoia na impossibilidade de construção de outros sentidos para o morrer voluntário. Provoca-se, assim, uma paralisia diante de situações que envolvem a prática suicida ou até mesmo a externalização sobre seu desejo.

O discurso camusiano também coloca essa faceta ao trazer o suicídio como um conflito com vazão no campo do silêncio, mas também da possibilidade de elaboração ao retirá-lo de um lugar reducionista e produtor de tabus. À vista disso é possível traçar o suicídio na qualidade de fenômeno polissêmico atravessado por facetas não apenas diversas, como heterogêneas colocando essa prática como contrária ao cenário hegemônico, materializado também no texto da lei, no qual o suicídio é circunscrito a um sintoma psicopatológico e seus fatores de risco.

Essa ruptura de uma cadeia de sentidos homogênea em torno da morte voluntária escreve a chance de uma descontinuidade fundamental:

E através dessas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma origem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o movimento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição (PÉCHEUX, 2012, p. 17).

É por esse romper dos circuitos de dominação que se faz possível rasgar o tecido das dinâmicas ideológicas dominantes. Costurar os modos de dizer o suicídio à sua polissemia é também mudar suas formas de nomeação e mudar a nomeação é mudar a relação. A literatura, enquanto espaço coletivo de enunciação, vem, assim, apresentar novas formas de vida (DELEUZE, 1997).

À vista disso, escutar a literatura se coloca não apenas enquanto um espaço de resistência, mas também como uma atividade de saúde: “A saúde como literatura, como escrita, consiste em inventar um povo que falta. Pertence à função fabuladora inventar um povo”

(DELEUZE, 1997, p. 14); povo esse - se faz possível pensar - que ao não faltar com seus suicídios se permite, na (re)invenção da realidade languageira, como diz a poeta Szymborska (2016, p. 143): “Morrer apenas o estritamente necessário, sem ultrapassar a medida. Renascer o tanto preciso a partir do resto que se preservou”.

4.3 Prevenção e seus efeitos de sentido: de qual morte se fala?

“Repetir, repetir - até ficar diferente. Repetir é um dom de estilo”.
(BARROS, 2016, p.16)

A (re)invenção permitida pela realidade languageira promove uma abertura aos efeitos de sentido que atravessam as palavras no exercício dos processos de significação, caminho das construções simbólicas. A palavra prevenção toca às estratégias de cuidado de forma importante ao compor efeitos no sentido para uma alternativa dentro das possibilidades de se “curar” o suicídio a qual promove uma dinâmica de preparação no esforço de compor um impedimento da prática (FUKUMITSU; KOVÁCS, 2018).

Assim, a proposta de prevenir, no que tange o campo da saúde, se coloca enquanto uma prática de “cura antecipada” ao adoecimento, entendendo o curar também na qualidade de um antecipar-se. Coloca-se, assim, como norte a construção de um movimento de predizer. Enlaçar essa postura de cuidado com o fenômeno do suicídio instaura confrontos entre o que se coloca enquanto um risco e a decisão de um sujeito por escolher sua morte. Adorno (2018) fala sobre a complexidade do objeto que é a vida, ao postular que, no olhar do prisma biológico e biomédico, o viver é invariavelmente circunscrito à concretude celular de um corpo, negligenciando-se, assim, o sujeito que “por outro lado, digamos, não é simplesmente um portador da vida, mas antes de tudo está na vida” (ADORNO, 2018, p.10).

Ao escrever suas considerações a respeito das regulações da vida no organismo e na sociedade, Canguilhem (2005) reflete que mesmo diante da ausência de uma origem para uma desordem orgânica, não existe dúvida sobre o objetivo da estratégia terapêutica. Estratégia essa cuja direção reiteradamente aponta para a restauração do organismo em sua própria condição de organismo são. No entanto, apesar da finalidade terapêutica semelhante, cada organismo possui um fluxo específico diante de suas próprias desordens: “O que parece remédio para uns, para outros aparece como um estado pior que o mal (...)” (CANGUILHEM, 2005, p. 75). Dessa forma, ainda que em um prisma biomédico, pode-se construir que o estabelecimento do ideal da ordem orgânica se faz a partir do próprio organismo.

À vista disso, Fukumitsu e Kovács (2018) atentam para as tentativas de explicações dessa prática trazerem, quase sempre, um cunho reducionista. Relembram - mais uma vez - sobre as motivações e os fatores relacionados à morte voluntária serem dotados de uma singular pluralidade e, diante de um evento tão complexo, impossível de ser interpretado com precisão, chamam atenção para a dimensão do suicídio enquanto forma de comunicação, na qualidade de um dizer. “O suicida precisa morrer para falar” (FUKUMITSU; KOVÁCS, 2018, p. 70). As autoras refletem que, no momento de sua morte, o sujeito se posiciona enquanto autorizado a falar. Aqui levanto como questão: sobre qual morte ele tenta falar?

Reconhecer a manifestação do desejo da própria morte também como assujeitado à linguagem, por isso aos processos metafóricos, coloca enquanto possível a existência de processos de significações para além do ato em si. Dessa maneira, partindo da experiência humana como intermediada por um corpo atingido pela palavra, Lacan (1967) coloca a leitura sobre a dimensão constitutiva de todo ato ser sua dimensão de significante. Ele alerta para a importância de uma separação entre a ideia de ato e a redução de uma correlação direta com a ideia de ação e, conseqüentemente, identificar a ação à motricidade.

À vista disso, ao distinguir o ato da visão simplista de uma ideia motora, distancia-o também de uma correspondência exclusivamente biológica pautada nos movimentos de estímulos e respostas orgânicas. O ato não possui uma equivalência a uma ação realizada, correspondendo antes a suas coordenadas simbólicas. Se faz presente assim a consideração de uma mistura entre a ação que sustenta o ato invariavelmente atravessada por uma intervenção significante. Assim, admitir uma estrutura significante inscreve um ato também enquanto palavra: “o ato é, por sua própria dimensão, um dizer” (LACAN, 1967).

Essa inscrição não comporta, contudo, não circunscreve o ato completamente, pois admitir a realidade linguageira do ato é também admitir a existência de falhas. O significante não dá conta do todo e o ato abraça uma dimensão pela qual não se permite tocar pelo significante. É nessa falha que ele existe:

Uma vez que um gesto é executado ou uma fala é proferida, é estruturalmente impossível, por mais que se tente, eliminar o registro do que ali surgiu como ato, seja ele falho ou não. Pois, se de um lado, o significante inscreve, faz e refaz sentidos e significados (BARROS, 2005), de outro, ele não dispõe do fato do ato ter ocorrido, ainda que possa atenuá-lo, consertá-lo, disfarçá-lo, ressignificá-lo, etc. (GUIMARÃES, 2007, p.71).

Essa parte que escapa ao significante também o irrompe em sua cadeia escrevendo um antes e depois, produzindo assim um efeito de ruptura e, conseqüentemente, transformação. À

vista disso, se faz importante marcar que um ato pode comportar uma intenção diferente - até contrária - à que o motivou.

Lacan (2003) – partindo da ideia de que todo ato necessariamente falha – reflete sobre o suicídio como única exceção a essa regra. Ele aponta o suicídio como “único ato capaz de ter êxito sem qualquer falha” (LACAN, 2003, p.541). O êxito do suicídio implica no sucesso de uma ruptura definitiva. Calam-se os significantes porque calou-se para sempre o próprio sujeito. Quando a possibilidade de fal(h)ar não mais existe, acaba também a possibilidade de uma mutação no sujeito. Um sujeito que não fal(h)a está destituído da chance de se enunciar de outra maneira, logo de existir. O trabalho de atenção envolvido no emaranhado de uma cena suicida é fundamentalmente uma aposta na reintrodução do sujeito em sua dimensão simbólica, na sua capacidade de associação, na promoção de uma atitude interpretativa, abrindo espaço para que, assim, o próprio sujeito se interrogue também: sobre qual morte se fala?

A impossibilidade da enunciação pode colocar o sujeito na cena irreversível da morte autoinfligida, a qual só se torna passível de ser interpretada se o sujeito está vivo e capaz de produzir, a partir dessa cena, questões sobre seu significado. A aderência a uma terapêutica que favorece uma conduta desmedida de preservação da vida, trabalhando em um caráter vigilante a qualquer suspeita de risco de suicídio se autoriza ao uso de métodos de promoção, ou ainda, de contenção da vida. Assumir uma posição preconcebida de negativa ao suicídio, silencia a produção subjetiva do sujeito ocupando-se, antes, do que se fantasia enquanto o morrer. Defender a vida a todo custo é também arriscar a chance do próprio sujeito se ocupar de si: sobre qual morte se fala?

Freud (2010) alerta sobre a pressa em curar – *furor sanandis* – ser tão desnecessária a comunidade humana quanto o fanatismo. Algumas dinâmicas de prevenção ao suicídio, dessa forma, também podem representar um fator de risco quando não convidam o sujeito a reconhecer uma metáfora na cena suicida (LEITE, 2018). A falha do ato suicida é via de acesso ao significante, é via de cuidado:

Todavia, até mesmo esta maneira de cuidar, entendida como preocupação, ou como solicitude amorosa, não deve ser feita sob a forma sufocante de um ‘controle’, pois esse não disfarça a vontade de dominação que a sustentaria. Por isso, excessos também podem acontecer no exercício do cuidado. Quando invasivo, ele impossibilita que o outro consiga ser ele mesmo e realize suas possibilidades a fim de se tornar um *si mesmo* (ROCHA, 2016, p. 36).

O excesso em prevenir a morte voluntária desvia o olhar do suicídio enquanto um dizer; preparar-se apazigua angústias técnicas e familiares, mas arrisca um afastamento não só do fenômeno do suicídio, mas também do sujeito que o produz (LEITE, 2018).

Esse afastamento também silencia o barulho dos interesses político-econômicos em esconder determinantes psicossociais que gritam por sobrevivência. Assim, levanto a questão: sobre que prevenção estamos falando? A quem interessa uma defesa fanática do viver?

O homem sadio que se adapta silenciosamente às suas tarefas, que vive sua verdade de existência na liberdade relativa de suas escolhas, está presente na sociedade que o ignora. A saúde não é somente a vida no silêncio dos órgãos, é também a vida na discricção das relações sociais (CANGUILHEM, 2005, p. 44).

A atenção ao suicídio pautada em um prevenir desmedido se coloca condicionada a atitudes tecnocráticas, eximindo-se, assim, da incômoda discussão ética e ontológica sobre a decisão de um sujeito a respeito de sua morte (LEITE, 2018). Não se trata, contudo, de um descarte das práticas e políticas de prevenção, mas de um olhar interessado no que se produz, a que custo e sobre qual noção do suicídio se fundamentam. Dito isso, se faz importante o registro do lugar da Política Nacional de Prevenção ao Suicídio e a Automutilação como um primeiro movimento estatal, no campo legislativo, na direção do cuidado e estratégias de atenção a prática suicida. Assim, se faz compreensível o tamanho do espaço alcançado pelos discursos dominantes, assegurando pré-construídos e corroborando o já-estabelecido ao encenar uma naturalidade para os sentidos, na ilusão de sua evidência.

Não existe um caminho ou dispositivo correto no manejo e atenção a situações de morte autoinfligida. Tratam-se de mortes em toda sua polissemia e pluralidade. Contudo, na insistência da defesa de espaços de cuidado plurais, se faz importante o trabalho de alerta sobre dispor-se a uma postura que faz elo a uma rigidez em considerar a vida no tocante a uma obrigação, paradoxalmente também afasta o sujeito de seu direito em estar vivo (LEITE, 2018).

O valor em abrir espaço para que o sujeito se ocupe de suas mortes está na aposta de que ele também possa ocupar-se de seu viver. Essa posição destitui a supressão do desejo de morte a qualquer custo. Qualquer medida contenciosa, preventiva e terapêutica é secundária ao tempo do sujeito com sua verdade. Fundamenta-se assim, antes de tudo, uma atenção voltada para o “vão das palavras de quem fala, a ser apontado por quem escuta” (LEITE, 2018, p. 120).

5 ALGUMAS NOTAS (IN)CONCLUSIVAS

O homem sentiu sempre - e os poetas frequentemente cantaram - o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima coisas inertes, faz ver o que ainda não é, traz de volta o que desapareceu. (BENVENISTE, 2005, p. 27)

Início aqui as últimas palavras desse conjunto que deu corpo a uma tentativa de falar sobre um tema tantas vezes ensurdecido por um silêncio gritante: o morrer voluntário. Escutar não apenas o que as palavras dizem em seu conjunto, mas no que das rachaduras desse todo foi possível tocar, apontou caminhos para a história e posições que, a partir do discurso camusiano, pude escutar sobre o suicídio. Como mencionado em outras linhas desse texto, o trabalho com a escuta de pessoas envolvidas – de forma declarada – com a decisão “autônoma” sobre sua própria morte, convocou em mim uma aposta na ampliação da produção de arcabouço simbólico sobre o assunto, uma aposta de que as palavras possam gritar ainda mais alto que o silêncio.

A teoria pecheutiana ocupou nesse percurso um lugar precioso ao amparar uma articulação teórica tão complexa quanto o próprio tema do suicídio. Possibilitar um olhar sócio-histórico, ideológico e inconsciente para a linguagem, acolhendo também, dessa maneira, sua exterioridade, faz do discurso uma via de construção da realidade. Nessa perspectiva, foi possível analisar o objeto do suicídio, no tocante aos modos de dizer inscritos no discurso do texto de *A Queda* produzido pelo filósofo Albert Camus, em sua abertura metafórica e conjuntura polissêmica, trazendo também uma articulação entre essa prática e a noção de ato enquanto um dizer, discutida brevemente com base na teoria Lacaniana.

Na segunda seção foram discutidas as condições de produção do discurso camusiano. Iniciei fazendo um percurso das condições de produção do texto *A Queda*, corpus do discurso a ser analisado. Logo após, abordei a noção de condições de produção desenvolvida por Pêcheux, traçando seu lugar para além de uma contextualização, mas como uma dimensão do próprio discurso em sua relação com a exterioridade. Mais adiante, trouxe um pouco do caminho biográfico do autor, tocando em alguns cenários vividos, na sua compreensão da arte enquanto recurso de elaboração das dinâmicas sociais que, ao atravessarem suas letras, se materializam também em seu discurso. Finalizei essa seção discutindo as condições de produção da leitura ao tratar as noções utilizadas de forma mais fundante nas análises do *corpus* escolhido, como a concepção de modos de dizer, formações imaginárias e formação discursiva.

A terceira seção compreendeu a análise das sequências discursivas recortadas a partir do corpus no exercício de construção de movimentos analíticos no tocante a produção de

sentidos materializada nos efeitos de substituição, na torção de sentenças, formação de sinônimos, na abertura provocada pelo efeito metafórico, metonímias, paráfrases, polissemias, construindo, assim, possibilidades de dizer sobre o suicídio a partir do discurso camusiano. Essa leitura trouxe a morte voluntária como uma prática profundamente polissêmica, colocando o suicídio em uma complexidade semântica atravessada por extensões sociais, geográficas, filosóficas, religiosas, morais, culturais, singulares e inconscientes que diferem do lugar de um sofrimento patológico amplamente difundido por discursos dominantes produtores de tabus e silenciamentos¹⁵.

Debruçar-se sobre os modos de dizer o suicídio é também se atentar a sua rede de construções simbólicas com o olhar para os processos de (des)estabilizações nas maneiras de significar essa prática, construindo apontamentos para as suas diversas possibilidades de concepção. Os modos de dizer representam, dessa forma, um exercício de compreender os jogos imaginários sobretudo no que tange às projeções que os caracterizam como um espaço discursivo que sustenta essas várias maneiras de nomeação. Considerar a heterogeneidade das vias de se dizer e, conseqüentemente, viver o suicídio é marcar sua enunciação como um dizer construído em uma realidade que se funda e se define pelo discurso e pela experiência linguageira que atravessa a condição humana enquanto uma constante aposta no poder da (re)significação.

Na quarta seção, refleti sobre a escuta da discursividade enquanto uma prática da escuta dos não-ditos, das imbricações das palavras, das frestas inerentes a incompletude do dizer que, ao ter suas falhas acolhidas na língua, instaura espaços de resistência. Essa noção da teoria pecheutiana torna possível construir que é através desse falhar inerente ao sujeito que se viabiliza o deslizamento metafórico significante produtor de sentidos. À vista disso, foi realizado um gesto de leitura sobre a Política Nacional de Prevenção a Automutilação e ao Suicídio no tocante a noção de suicídio materializada no texto da lei, a qual aponta uma concepção da morte voluntária estreitamente relacionada ao discurso hegemônico médico-psiquiátrico cuja produção de sentido se coloca na via do suicídio como um sintoma, um fator de risco, um sofrer patologizado.

Ao escutar discursivamente a lei, a partir de um gesto interpretativo, foram abertas questões sobre o lugar dessa patologização e dos saberes reguladores aos quais ela responde.

¹⁵ Coloca-se enquanto um ponto de limitação para o trabalho a ausência de uma discussão entre esquecimento e resistência - ambas noções no tocante a teoria pecheutiana - diante do movimento de compreensão do discurso sobre o suicídio como submetido a dinâmicas de silenciamento, as quais acontecem por meio de movimentos linguísticos, no que se “escolhe” dizer e calar.

Desse modo, foi possível refletir sobre essa forma de nomeação como produtora e mantenedora de estruturas de saber hegemônicas, sobretudo no que tange os efeitos de sentido sobre prática suicida, explicitando também sua relação com a exterioridade. Assim, o escutar do discursivo, ao questionar as produções hegemônicas envolvidas pela noção de suicídio escrita na lei, abre espaço para o resistir que se fez presente através do discurso camusiano em seu tratar polissêmico a essa prática e, conseqüentemente, as suas estratégias de cuidado. A abertura a compreensão da morte voluntária enquanto uma experiência atravessada por uma heterogeneidade semântica promove não apenas a ampliação de possíveis fatores condicionantes e possibilidades outras de cuidado, mas o encontro com a dimensão do agir enquanto linguagem.

À vista disso, segui a seção traçando uma breve discussão a respeito do suicídio em sua dimensão de ato, tomando como base construções lacanianas, ao marcar na sua existência um correlato significante, um estatuto de palavra. A seção avançou discutindo a atenção aos sujeitos envolvidos em situação de morte voluntária e os excessos relativos a uma noção de prevenção ao suicídio atrelada a uma postura negligente ao morrer voluntário em sua dimensão metafórica. Dessa forma, refletiu-se sobre a possibilidade de o risco ser justamente o movimento do sujeito não se ocupar de suas mortes, inviabilizando, assim, a aposta de que ele se ocupe de seu viver.

Aposta essa que pode ser ilustrada nas palavras de Françoise Dolto, psicanalista francesa, ao ser chamada pela equipe médica do hospital no qual trabalhava para escutar François, um menino de 13 anos, que tinha sido internado após uma tentativa de suicídio ao enfiar uma faca em sua barriga. Ao acordar após dois dias de coma, François se irrita com a equipe de saúde ao perceber que ainda estava vivo e afirma que terá de fazer tudo novamente. Dolto, ao conversar com ele sobre a reação da equipe e o motivo de ser chamada, diz: “Você tem o direito de ter vontade de morrer, mas acredito que seria interessante que você compreendesse que existe para você, talvez, uma possibilidade de viver, se você compreender as razões pelas quais você acredita que não tem mais o direito de viver.” (DOLTO, 2015, p. 92). A aposta coloca-se, assim, como a provocação de uma abertura a outros efeitos de sentido - motores de transformação - acolhendo a morte de François e, conseqüentemente, seu viver.

À vista disso, muito longe de uma tentativa de responder sobre as razões para prática suicida, a pesquisa aqui realizada trouxe como investimento o lugar operado pelo fal(h)ar na circulação que as palavras podem promover dentro da cadeia de sentidos vivida por cada sujeito. O trabalho de ampliação do arcabouço simbólico sobre o tema buscou, através do arado em terrenos discursivos, secar em alguma medida os silêncios e suscitar uma colheita de resistência pelas letras.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, R. Pelo direito de morrer. In: **Suicídio: escutas do silêncio**. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.
- ALEIXO, A. S. **A queda: a obra-conceito de Albert Camus**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018.
- ALTHUSER, L. **Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas**. São Paulo: Martins Fontes; Lisboa: Editorial Presença, 1979.
- BARBAGLI, M. **O suicídio no ocidente e no oriente**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.
- BARRETO, V. **Camus: vida e obra**. 1. ed. Guanabara: José Álvaro, Editor S.A, 1971.
- BARROS, M. O livro das ignoranças. Rio de Janeiro: Alfabeta, 2016.
- BAUM, W. M. **Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
- BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.
- BRASIL. **Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.956, de 3 de junho de 1998. Brasília, DF: Poder Legislativo, [2019]. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n%C2%BA-13.819-de-26-de-abril-de-2019-85673796>. Acesso em: 1 ago. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Suicídio: saber, agir e prevenir: cartilha com dicas para profissionais de saúde e população. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/folheto-popula----o.pdf>. Acesso: 16 dez. 2020.
- BRUM, J. C. Pensar a arte na análise de discurso: uma análise n’*O fantasma da liberdade*. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 19, n. 2, p. 255-272, maio/ago. 2019.
- BRUNHARI, M. V. **Suicídio: um enigma para a psicanálise**. Curitiba: Juruá Editora, 2017.
- CAMUS, A. **A Queda**. Tradução: Ana Roitman; Paulina Watch. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020b.
- CAMUS, A. **O avesso e o direito**. Tradução: Valerie Rumjanek. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- CAMUS, A. **O mito de Sísifo**. Tradução: Valerie Rumjanek. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020a.
- CANGUILHEM, G. **Escritos sobre a medicina**. Rio De Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- CARNEIRO, T. C. C. **Vender-se(r) no Grindr: efeitos da inscrição do sujeito no discurso da mercantilização do corpo masculino**. 2023 (Dissertação em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Pernambuco, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

CASSORLA, R. M. S. **Estudos sobre suicídio, psicanálise e saúde mental**. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda., 2021.

CAZARIN, Ercília Ana. **Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula (1978 – 1998)**. 2004. Tese (Doutorado em Letras) - UFRGS, Porto Alegre, 2004.

COMPAGNON, A. **Literatura para quê?** Tradução: Laura T. Brandini. Belo Horizonte: COURTINE, J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2021. 250 p.

DA COSTA, G. C. Notas sobre gestos de interpretação: o sem-sentido e o não-sentido em face do distanciamento social. **Calidoscópio**, [S. l.], v. 19, n. 1, 2021. DOI: 10.4013/cld.2021.191.06. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/77-87>. Acesso em: 20 abr. 2023.

DADALTO, L. Morte digna para quem? O direito fundamental de escolha do próprio fim. **Pensar Revista de Ciências Jurídicas**, [s.l.], v. 24, n.3, p. 1–11, 15 jul. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5020/2317-2150.2018.955>. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/9555>. Acesso em: 17 dez. 2022.

DE NARDI, F. S.; NASCIMENTO, F. A. S. DO. A propósito das noções de resistência e tomada de posição na Análise de Discurso: movimentos de resistência nos processos de identificação com o ser paraguaio. **SIGNUM: Estudos da Linguagem**, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 80–103, 2016. DOI: 10.5433/2237-4876.2016v19n2p80. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/25109>. Acesso em: 16 abr. 2023.

DE NARDI, F. S.; SOUZA, F.F.N. Letters to the fight: the Liga newspaper and its sayings about/to the peasant's education. **Global Journal of Human Social Sciences: Linguistics & Education**, [s.l.], v. 20, p. 27-41, 2020.

DELEUZE, G. A literatura e a vida. *In*: DELEUZE, G. **Crítica e Clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997, p. 11–30, 1997.

DOLTO, F. **A imagem inconsciente do corpo**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DURKHEIM, E. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Editora UFMG, 2009.

FINGERMANN, D. O que falar quer dizer. **Revista IDE**, v. 30, n. 45, p. 24–27, 1 dez. 2007.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia Covid-19: Suicídio na Pandemia Covid-19**. Coordenadoras: Débora Noal e Fabiana Damásio. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-e-saude-mental-cartilha-aborda-prevencao-do-suicidio>. Acesso: 2 jun. 2022.

FRANÇA, T. A.; GRIGOLETTO, E. Imagens do/no espaço virtual : sobre as condições de produção do discurso de ódio no Facebook. *In*: SILVA, F. V.; ABREU, K. F. (org). **O império do digital: teoria, análise e ensino**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018, p. 33-56.

FREUD, S. **Compêndio de psicanálise e outros escritos inacabados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FREUD, S. **Fundamentos da Clínica Psicanalítica**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, [1937] 2017.

FREUD, S. Observações Sobre o Amor de Transferência. *In*: FREUD, S. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”)**, artigos sobre técnica e outros textos. São Paulo: Companhia Das Letras, 2010.

FUKUMITSU, K. O.; KOVÁCS, M. J. De Quem é a vida afinal? A bioética na prevenção do suicídio e na posvenção. *In*: ADORNO, R. **Suicídio: escutas do silêncio**. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.

GUIMARÃES, M. C. P. **A Passagem ao Ato falha: da angústia ao Ato na teoria lacaniana**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) —Programa de Pós- Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2007.

KEHL, M. R. **Ressentimento**. 2.ed. São Paulo: Casa do psicólogo, 2020.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998. 937 p.

LACAN, J. Da estrutura como intromistura de um pré-requisito de alteridade e um sujeito qualquer. *In*: Macksey, R. & Donato, E. (orgs.). *In*: MACKSEY, R.; DONATO, E. **A controvérsia estruturalista**. São Paulo: Cultrix, 1976.

LACAN, J. **O ato psicanalítico: Seminário XV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967. 279 p.

LACAN, J. **O seminário : livro 3 - as psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1985.

LACAN, J. **O seminário : livro 5 - as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974/2003.

LEITE, P. M. T. O que quer dizer o suicida? A escuta psicanalítica do sujeito que constrói a própria morte. *In*: ADORNO, R. **Suicídio: escutas do silêncio**. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.

linguagem e no pensamento, 2., 2004, Rio de Janeiro.

LINS, R. de C. Albert Camus: da angústia ao suicídio filosófico. **Revista Ciências da Religião - História e Sociedade**, [s.l.], v. 14, n. 1, p. 35-55, jan. 2016. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/8357>. Acesso em: 21 jan. 2022.

LISPECTOR, C. **A paixão segundo G. H.** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2020.

LISPECTOR, C. **A paixão segundo G.H. 1**. Rio de Janeiro: ed. Rocco, 2009. 180 p.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso – (Re)ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução: Eni P. Orlandi. 1. ed. Campinas: Pontes, 2003. 110 p.

MARIANI, B. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB**
MARIANI, B. **Silêncio e metáfora, algo para se pensar**. *In*: Congresso da Metáfora na
MARX, K. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINOIS, G. **História do suicídio: A sociedade ocidental diante da morte voluntária**. Tradução: Fernando Santos. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018. 414 p.

MODESTO, R. Uma outra cidade? A resistência possível e o efeito de resistência: uma proposta. **Fórum Linguístico**, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 1083-1093, 29 mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2016v13n1p108>. Disponível em:

- <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2016v13n1p1083>. Acesso em: 26 mar. 2023.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020. 98 p.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. 150 p.
- ORLANDI, E. P. **Segmentar ou recortar**. In: Encontro Nacional de Linguística, 5., 1984, Rio de Janeiro.
- PATTI, A. R.; ABRAHÃO E SOUSA, L. M.; GARCIA, D. A. Pelos entremeios da Análise do Discurso: nos fios de Michel Pêcheux. **Psicologia Política**, [S. l.], p. 220-231, 14 jul. 2017
- PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 2012. DOI: 10.20396/cel.v19i0.8636823. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- PÊCHEUX, M. Especificidade de uma disciplina de interpretação. In: E. P. ORLANDI (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux – textos selecionados por Eni Orlandi**. Campinas, Pontes, p. 227-230, 2011.
- PÊCHEUX, M. Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo? In: PÊCHEUX, M. **Análise do discurso**. [S. l.]: [s. n.], 2011a.
- PÊCHEUX, M. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux – textos selecionados por Eni Orlandi**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011b.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlandi. 7. Ed. São Paulo: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, M. Por uma análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F; HAK, T. (org). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, [1969]2014. p. 59-158.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4 ed. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2009.
- PÊCHEUX, M.; HERBERT, T. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: E. P. ORLANDI (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux – textos selecionados por Eni Orlandi**. Campinas, Pontes, p. 21-54, 2011.
- PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F; HAK, T. (org). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, [1975]2014. p. 159-250.
- PIMENTA, D. R. O absurdo camusiano em O Mito de Sísifo. **Jangada**, [s.l.], v.1, n. 12, p. 52-67, jul./dez. 2018.DOI: 10.35921/jangada.v1i12.159. Disponível em: <https://www.revistajangada.ufv.br/Jangada/article/view/159>. Acesso em: 18 dez. 2021.

- PINTO, M. da C. **Um romance sempre é uma filosofia posta em imagens**. Editora Record: Rio de Janeiro, 2020.
- PLON, M; ROUDINESCO, E. **Dicionário de psicanálise**. Rio De Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- RIOS, I. C. Humanização: a essência da ação técnica e ética nas práticas de saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, São Paulo, v. 2, n. 33, p. 253-261, 2009.
- ROCHA, Z. **Ensaio psicanalítico em interface com a filosofia**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2016.
- SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N da; DUNKER, C. **Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N da; DUNKER, C. **Neoliberalismo : como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 2 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.
- SANTOS, M. C. D. A questão da duplicidade e da inadequação do ser em A Queda, de Albert Camus. **Revista Virtual de Letras**, Jataí, v. 1, n. 1, p. 63-76, 2009.
- SCHMITT, J. L. M. A dor manifesta: vestuário de luto no século XIX. **Revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 76-80, 2009.
- SILVA SOBRINHO, H. F. da. AAD-69: Uma referência incontornável. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n. 44, p. 340-352, jul./dez. 2019. DOI: 10.20396/lil.v0i44.8657820. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8657820>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- SILVA, A. H. Atos administrativos e políticas públicas na prevenção ao suicídio e atomutilação: uma análise geral da Lei 13.819/2019 em face da responsabilidade estatal da promoção da vida. 2021. 26f. TCC (graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32067> Acesso em: 7 de março de 2023.
- SILVA, F. F. S. **Depois do sagrado: A morte no pensamento de Albert Camus**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- SOUZA, A. L. A.; SILVA, E. B. O inquietante familiar que nos habita: o mito do duplo em A Queda, de Albert Camus. **Revista Científica da FASETE**, Bahia, v. s/n, n. s/n, p. 62-80, jun. 2018.
- SOUZA, F. F. N. **DIZ-ME COMO ME CHAMAS QUE TE DIREI QUEM ÉS**: formações discursivas em confronto nos modos de dizer o Camponês e sua luta nos periódicos Liga e Diário de Pernambuco. 2021. Tese (Doutorado em Linguística) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.
- SUICIDE: one person dies every 40 seconds. **World Health Organization**, [s.l.], 9 set. 2019. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/09-09-2019-suicide-one-person-dies-every-40-seconds>. Acesso em: 2 jun. 2022.
- SZYMBORSKA, W. **Um amor feliz**. 4.ed. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

VENTURA, R. Os paradoxos do conceito de resistência: do mesmo à diferença. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 32, p. 153–162, 1 nov. 2009.